

COTIDIANO E PRÁTICAS SOCIAIS

Indagações sobre futuros possíveis

Organizadoras

**Carla Guanaes-Lorenzi
Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Luciana Kind**



ABRAPSO EDITORA

COTIDIANO E PRÁTICAS SOCIAIS

Indagações sobre futuros possíveis

Organizadoras

Carla Guanaes-Lorenzi

Jacqueline Isaac Machado Brigagão

Luciana Kind



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2025



A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2024-2025

Presidenta: Iolete Ribeiro da Silva

Tesouraria: José Fernando de Andrade Costa

1ª Secretária: Suzana Santos Libardi

2ª Secretária: Edinaldo dos Santos Rodrigues

Direção de Comunicação: Caní Jakson Alves da Silva

Direção de Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos:

Adriana Eiko Matsumoto e Solange Struwka



ABRAPSO EDITORA

A ABRAPSO Editora é a editora da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Ela busca garantir um dos objetivos estatutários da associação, qual seja, o de “propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social”. Assim, ela promove a editoração de obras de Psicologia Social propostas pelos seus associados, Regionais, Diretoria Nacional e profissionais da área, sob a forma de coleções, livros dos Encontros Nacionais da ABRAPSO e obras propostas.

Sua gestão é realizada por uma Editoria Geral e uma Editoria Executiva. A Editoria Geral é selecionada por meio de edital público junto a seus associados, sob responsabilidade de Comissão designada para esse fim. Além disso, a Editora conta com um Comitê Editorial composto por pesquisadores reconhecidos no campo e que contribuem para o desenvolvimento das ações sob responsabilidade da Editora.

<https://site.abrapso.org.br/publicacoes/editora/>

Editor científico

Emerson Rasera

Editora executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ;

Andrea Vieira Zanella - UFSC;

Benedito Medrado-Dantas - UFPE;

Conceição Nogueira – Universidade do

Minho - Portugal;

Francisco Portugal – UFRJ;

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha;

Maria Lúcia do Nascimento - UFF;

Pedrinho Guareschi – UFRGS;

Peter Spink – FGV;



A Editora da ABRAPSO utiliza a licença Creative Commons CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam o material em qualquer meio ou formato, desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.

Arte têxtil

Alicia Schaeffer e Ninna
Bernardes

**Projeto gráfico &
Diagramação**

Arnoldo Bublitz

Apoio**Financiamento****Os capítulos deste livro foram avaliados por
pareceristas ad hoc:**

Ana Cristina Soares Nassif - UNESP
Ana Paula Soares da Silva – USP
Fábio Scorsolini-Comin – USP
Giovanna Cabral Doricci - UNAERP
Marcio Alessandro Neman do Nascimento - UFR
Mariana Prioli Cordeiro – USP
Murilo dos Santos Moscheta - UEM
Rosana Lázaro Rapizo - UERJ
Telma Low Silva Junqueira – UFAL
Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento – UNIP
Verônica Soares da Costa- PUC (Minas)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cotidiano e práticas sociais [livro eletrônico] :
indagações sobre futuros possíveis /
organização Carla Guanaes-Lorenzi, Jacqueline
Isaac Machado Brigagão, Luciana Kind. --
Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-37-5

1. Cotidiano social 2. Futuro - Perspectivas
3. Psicologia social 4. Sociedade I. Guanaes-Lorenzi,
Carla. II. Brigagão, Jacqueline Isaac Machado.
III. Kind, Luciana.

25-267587

CDD-301.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 301.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------------	---

Carla Guanaes-Lorenzi / Jacqueline Issac Machado Brigagão / Luciana Kind

I. INDAGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E O FUTURO

1. Antigas disputas, novos tempos: o debate construcionismo-realismo na construção de futuros possíveis	15
--	----

Carla Guanaes-Lorenzi / Emerson F. Rasesa

2. A possibilidade crítica da perspectiva construcionista social de produção de conhecimento	28
---	----

Laura Vilela e Souza

II. INDAGAÇÕES METODOLÓGICAS: NOVAS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

3. Trabalhando com a metodologia do “Ritmos da Vida” para a construção de inteligibilidades de pesquisa	41
--	----

Cintia Bragheto Ferreira

4. Memórias, Narrativas e a pesquisa construcionista	53
--	----

Jefferson Bernardes

5. Ciência como prática social: novas configurações a partir da pandemia da Covid-19	68
---	----

Pedro Paulo Freire Piani

III. INDAGAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS: OUTROS FUTUROS PARA A VIDA

6. Futuros possíveis a partir do resgate da ancestralidade: Narrativas produzidas por mulheres amarelas brasileiras	81
<i>Mayara Liye Arita / Carla Guanaes-Lorenzi</i>	
7. Futuros Possíveis num Mundo Incerto: Uma leitura do filme “O tempo que leva”	97
<i>Lenise Santana Borges / Jacqueline I. M. Brigagão</i>	
8. Trabalho de mulheres: uma releitura interseccional do curta baile	109
<i>Luciana Kind / Emanuelle Figueiredo / Cássia Beatriz Batista / Fernanda Sardelich Nascimento</i>	
Sobre os/as autores/as	123
Índice remissivo por ordem alfabética	126
Índice remissivo por capítulo	129

APRESENTAÇÃO

Carla Guanaes-Lorenzi

Jacqueline Issac Machado Brigagão

Luciana Kind

O que nos impulsiona para futuros (in)imagináveis? Essa foi uma das perguntas que moveu as discussões do Grupo de Trabalho (GT) “Cotidiano e Práticas Sociais” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), durante e após a pandemia da Covid-19, impulsionando a produção dos textos que compõem esta coletânea. Assim como provavelmente aconteceu em outros grupos e espaços acadêmicos, nosso GT se viu atravessado por inúmeros sentimentos e questões durante e após decretado o “término” da pandemia da Covid-19 (World Health Organization [WHO], 2023). Que tempo esperar, que futuro imaginar? Como contribuir, a partir de nosso histórico de produção de conhecimento sobre cotidiano e práticas sociais, com a reflexão sobre a construção de futuros preferíveis para as pessoas, grupos e comunidades, frente ao que, por vezes, nos parecia inimaginável?

A pandemia trouxe incontáveis desafios morais, éticos, sociais e políticos. O cotidiano das pessoas foi atravessado por imensas mudanças, em diferentes planos. No Brasil, o elevado número de mortes evidenciou a ausência de um plano ordenado de gestão da pandemia, e a presença de discursos negacionistas no cotidiano impactou a vida individual e em comunidade. Considerando esse contexto e tempo, nossas indagações iniciais se desdobraram em uma proposta coletiva de investigação, que foi aprovada para o 19º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, em 2022. Por meio dessa proposta, buscamos dar continuidade ao caminho já trilhado por nosso grupo em produções anteriores: investir na problematização dos modos mais padronizados de pesquisa no contexto das ciências humanas e sociais, de forma a manter o trabalho de investigação em sua potência crítica e ajustado aos desafios do contemporâneo; e buscar ampliar nossa compreensão sobre o potencial político e de transformação

social das práticas de pesquisa e produção de conhecimento (Moscheta, Souza, & Raser, 2020). Vivemos em um tempo em que muitos desafios se apresentam e nos incitam à construção de futuros preferíveis, com mais indicadores de justiça social. Como seguir juntos/as, sustentando a vida em comunidade e preservando uma ética que possibilita o bem comum?

A partir dessas indagações, desenvolvemos um projeto de pesquisa em rede, articulando experiências, trajetórias e questões de pesquisa dos/as vários/as integrantes do GT. Buscamos, com esse projeto, tanto preservar a autonomia e criatividade dos/as pesquisadores do grupo como fomentar um diálogo articulado, que pudesse ser provocador e transformador para cada um/a de nós. Este livro é o resultado das reflexões que construímos coletivamente a partir dessas indagações iniciais.

Assim, reconhecendo nosso GT como um espaço fértil de experimentação de novos modos de produção de conhecimento, organizamos nossas indagações iniciais em algumas questões, que foram distribuídas em três eixos distintos, mas articulados. No eixo epistemológico, algumas perguntas que nos guiaram foram: Como valorizar a pluralidade e, ao mesmo tempo, afastar o negacionismo na produção do conhecimento? Podemos dizer que “o real resiste”, tomando como inspiração a música de Arnaldo Antunes, que leva esse nome? Como podemos avançar nos debates sobre realidade e conhecimento, favorecendo a crítica sobre os efeitos dos discursos na configuração de práticas sociais e formas de vida?

No eixo metodológico, buscamos refletir sobre a prática de pesquisa em psicologia social, a partir de perguntas como: Que métodos de investigação podem ser potentes na construção de futuros preferíveis? De que modo a necessidade de se pensar a construção do futuro afeta as formas de produção do conhecimento?

Por fim, no eixo ético-político, perguntamos: Como a reflexão crítica e criativa sobre o que nos impulsiona para futuros (in)imagináveis pode contribuir para a produção de valores relevantes para a construção de um senso de coletividade? Como a produção de conhecimento pode contribuir para criar outros futuros para a vida, contribuindo com a justiça social?

No diálogo com tais questões, o tema “futuros possíveis” emergiu para o GT como um aglutinador para diferentes indagações sobre cotidiano e práticas sociais, sendo esse o tema que alinhava os capítulos apresentados neste livro. Esse tema é abordado pelos/as autores/as de diferentes modos, em diferentes estilos narrativos, a depender das escolhas que fizeram a partir das questões inicialmente propostas. Assim, ao longo do livro, ensaios teóricos e relatos inspirados em pesquisas se entrelaçam, trazendo inquietações e reflexões sobre futuros possíveis no cotidiano e práticas sociais, as quais estão atravessadas, direta ou indiretamente, pelos ecos da pandemia.

O livro se insere no campo da psicologia social e destina-se a professores/as, pesquisadores/as e estudantes de graduação e pós-graduação interessados/as

em refletir sobre cotidiano e práticas sociais, considerando alguns debates sociais contemporâneos. O livro é composto por oito capítulos, distribuídos em três seções articuladas: (a) Indagações epistemológicas: o construcionismo social e o futuro; (b) Indagações metodológicas: novas possibilidades de investigação; e (c) Indagações ético políticas: outros futuros para a vida.

Na primeira seção, dois capítulos refletem sobre o construcionismo social e o futuro. O primeiro capítulo do livro intitula-se “Antigas disputas, novos tempos: o debate construcionismo-realismo na construção de futuros possíveis”. Nele, Carla Guanaes-Lorenzi e Emerson F. Raserá apresentam uma discussão sobre as possibilidades que o construcionismo social oferece para sustentar um discurso eticamente comprometido. Para isso, retomam os embates da disputa ontológica e epistemológica entre relativismo e realismo, e apontam que é fundamental reconhecer a importância de uma ética relacional e o compartilhamento de uma “responsabilização relacional” na construção de futuros possíveis. A partir dessa discussão, eles apresentam uma leitura crítica acerca da universalidade dos direitos humanos e do poder da psicologia na criação de práticas e conhecimentos moralizantes. Porém, apontam também as possibilidades de posicionamentos para aqueles que adotam uma perspectiva construcionista e querem pautar suas práticas no discurso dos direitos humanos. No campo das práticas em psicologia, demonstram que a discussão dos valores é importante desde que esteja indissociavelmente entrelaçada com os contextos sociais, as comunidades e as tradições específicas dos grupos e locais onde elas acontecem.

O segundo capítulo do livro, produzido por Laura Vilela e Souza, intitula-se “A possibilidade crítica da perspectiva construcionista social de produção de conhecimento”. Nele, a autora reflete sobre os argumentos que utilizam a perspectiva antirrealista em ciência para justificar a validade de *fake news* e as narrativas negacionistas que foram tão exacerbadas no contexto da pandemia da Covid-19. Ao longo de seu texto, a autora faz um mapeamento da discussão sobre o debate realista e a perspectiva construcionista social, dialogando com autores de diversas correntes teóricas que têm se dedicado a pensar as imbricações entre ontologia e epistemologia nas ciências sociais e humanas. As indagações da autora presentificam o movimento permanente que tem marcado as discussões teóricas, epistemológicas e metodológicas em psicologia social, em seu caminho para novos futuros.

A segunda seção apresenta indagações metodológicas e é composta por três capítulos que refletem, a partir de diferentes olhares, sobre novas possibilidades de produção de conhecimento. Assim, o terceiro capítulo do livro, “Trabalhando com a Metodologia do ‘Ritmos da Vida’ para a Construção de Inteligibilidades de Pesquisa”, produzido por Cintia Bragheto Ferreira, propõe uma ampliação acerca de nossos modos de produzir conhecimento. Para a autora, o entendimento de que

podemos operar cientificamente apenas por meio de métodos construídos de formas tradicionais e legitimados como “bons” tem restringido as práticas de pesquisa. Em seu capítulo, ela ilustra como os recursos do construcionismo social, da *arts-based research* e da metodologia denominada “Ritmos da Vida”, no campo da pesquisa, podem orientar a construção de saídas inventivas frente aos valores de ciência tradicional vigentes. A delimitação metodológica proposta pela autora investe em uma ciência performativa social que conduza a colaborações produtivas gerando respostas às necessidades de mudança das comunidades com as quais trabalhamos e, assim, produzindo outros futuros possíveis para as práticas de pesquisa.

O quarto capítulo foi escrito por Jefferson Bernardes e intitula-se “Memórias, Narrativas e a Pesquisa Construcionista”. Nele, o autor reflete sobre dispositivos da memória, explorando as relações entre memórias e narrativas como parte do campo da linguagem social, além de indagar como a pesquisa construcionista pode ser ampliada a partir de reflexões sobre como esses dois fenômenos se entrelaçam. De modo mais específico, o autor destaca a importância dos esquecimentos, dos silêncios e vazios na produção do conhecimento. O autor aproxima-se desses fenômenos não a partir da ótica individual e intrapsíquica, mas relacional, refletindo sobre seus diversos efeitos no cotidiano, com destaque à potência das brechas, que convidam para novas escutas, sentidos, afetações e invenções. Essa reflexão é desenvolvida de modo dialógico, a partir da relação sensível e responsiva do autor às indagações que uma seleção de artistas lhe apresenta: a literatura de Italo Calvino; as artes visuais de Joan Miró; e a poética de Manuel de Barros. Nesse diálogo, podemos visualizar algumas frestas que se abrem para a produção de novos futuros para a investigação construcionista social.

No quinto capítulo, “Ciência como Prática Social: novas configurações a partir da pandemia da Covid-19”, Pedro Paulo Freire Piani retoma as grandes revoluções científicas da história e propõe pensarmos alguns marcadores que permitem definirmos a pandemia da Covid-19 como um acontecimento revolucionário, que transformou a ciência e os modos como as pessoas com ela se relacionam. Em um percurso histórico inicial, o autor dialoga com alguns autores que tomaram a própria ciência como objeto de reflexão, favorecendo debates epistemológicos e transdisciplinares que ampliaram nossa concepção sobre ciência como prática social. Em seguida, o autor apresenta a pandemia como um acontecimento emblemático, analisando alguns marcadores evidenciados em seu curso, tais como a construção de redes colaborativas de pesquisa, o tempo para produção das vacinas, a elevada produção de artigos com ênfase epidemiológica e as disputas midiáticas sobre o tema. Para o autor, o evento pandemia trouxe também uma mudança interpretativa do fazer ciência, sendo fundamental analisarmos as configurações atuais dessa prática social e refletirmos sobre seus itinerários e compromissos éticos para a produção do bem comum.

Esses textos abrem caminho para a terceira seção, na qual algumas indagações ético-políticas se fazem presentes. Por meio de análises aplicadas sobre o cotidiano, os três capítulos que compõem essa seção convidam os/as leitores/as a indagarem sobre outros futuros possíveis para a vida. Assim, o sexto capítulo do livro intitula-se “Futuros possíveis a partir do resgate da ancestralidade: narrativas produzidas por mulheres ‘amarelas’ brasileiras”. Nele, as autoras Mayara Liye Arita e Carla Guanaes-Lorenzi apresentam uma reflexão sobre os processos de racialização de mulheres amarelas brasileiras, a partir dos relatos de histórias ancestrais e de como o resgate dessas histórias pode contribuir na construção de novas versões de *self*e, consequentemente, de futuros preferíveis no cotidiano e nas práticas sociais. As autoras tomam como objeto de análise três narrativas: a narrativa autobiográfica de uma das autoras e a de duas participantes de uma pesquisa realizada pelas autoras com pessoas que se autodenominam como amarelas. Ao longo do texto, as autoras fazem um duplo movimento: articulam a discussão sobre racialização e os contextos sociais, explicitando como, em momentos de crise como a pandemia da Covid-19, discursos violentos, preconceituosos e estigmatizantes, foram exacerbados; e refletem sobre o processo de reconhecimento da ancestralidade como um possível caminho para a descolonização das identidades, a construção de novos sentidos de *self* e de futuros preferíveis para as pessoas amarelas.

Os dois capítulos seguintes tecem diálogos com filmes de curta-metragem realizados por Cíntia Domit Bittar. A incerteza do mundo contemporâneo e os impactos da Covid-19 são temas também presentes no sétimo capítulo, intitulado “Futuros Possíveis num Mundo Incerto: Uma leitura do filme ‘*O tempo que leva*’”. Nesse capítulo, as autoras Lenise Santana Borges e Jacqueline Isaac Machado Brigagão buscam refletir sobre alguns aspectos fundamentais da nossa vida em sociedade, as narrativas de fim do mundo, e o tempo que leva para reconhecermos que estamos fabricando o fim do mundo. O filme nos possibilita refletir sobre as interdependências subjetivas, sociais, materiais e ambientais através do percurso e das relações de uma jovem protagonista em busca de consertar um ventilador. Trata-se de uma discussão pautada pelos feminismos e pela psicologia social construcionista.

Por fim, o oitavo capítulo é o ensaio intitulado “Trabalho de mulheres: uma releitura interseccional do curta metragem ‘*Baile*’”. As autoras Luciana Kind, Emanuelle Figueiredo, Cássia Beatriz Batista e Fernanda Sardelich Nascimento, em um exercício de criatividade e de reflexão teórica, refletem sobre o trabalho de mulheres à luz do conceito de interseccionalidade. Como desenho metodológico, amparam-se na leitura histórica para operarem como um diagnóstico do presente sobre o trabalho de mulheres e criam uma narrativa ficcional no formato de roteiro. Elas utilizam o dispositivo da ficção para ampliar o diálogo e a reflexão que o curta metragem “*Baile*” provoca. Elas nomeiam o roteiro de “Antes do Baile”

e buscam concretizar nesse texto relações de trabalho, racismo e violência entre cinco personagens, duas mulheres negras trabalhadoras domésticas e um casal de pessoas brancas da classe alta de Belo Horizonte e sua bebezinha. Na discussão e reflexão sobre a obra, as autoras mobilizam autoras feministas negras que têm problematizado as armadilhas e os lugares socialmente construídos para as mulheres negras no Brasil.

Como apresentamos, por meio de diferentes caminhos, os/as autores/as deste livro nos convidam a refletir sobre como as demandas do contemporâneo têm tensionado os campos de pesquisa e prática em psicologia social. Esperamos que tais reflexões provoquem novas perguntas e, assim, contribuam com o dinamismo criativo que tem marcado o campo da psicologia social no Brasil e no mundo nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

Moscheta, M. S., Souza, L. V., & Rasera, E. F. (Orgs.). (2020). *A dimensão política do pesquisar no cotidiano* (1ª ed.). Letra e Voz.

World Health Organization (2023, May 5). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing*. Author. <https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing---5-may-2023>

I

INDAGAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS:

O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E O FUTURO

ANTIGAS DISPUTAS, NOVOS TEMPOS:

O DEBATE CONSTRUCIONISMO-REALISMO NA CONSTRUÇÃO DE FUTUROS POSSÍVEIS

Carla Guanaes-Lorenzi

Emerson F. Rasera

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem vivenciado tensões que nos fazem questionar que mundo vivemos e que futuro seria possível: o enfrentamento da pandemia de Covid-19, os ataques à democracia, a crise climática, a desvalorização da educação, os negacionismos e as polêmicas das “pseudociências”. Frente a manifestações de dúvida, descrença e medo, afirmações absolutistas sobre a realidade e definições de supostas verdades sobre as quais todos devem se curvar são bradadas como a solução. Por que o apelo ao real, de repente, pareceu tão necessário? Seria esse o melhor caminho para sairmos do impasse que a convivência com discursos contrastantes sobre o mundo e as pessoas tem criado? Assim, revisitamos o debate construcionismo e realismo e buscamos refletir sobre alguns desafios trazidos por ele. Como enunciamos em nosso título: antigas disputas, novos tempos.

Para apresentar nossa reflexão, estruturamos este capítulo do seguinte modo. Primeiramente, retomamos o debate entre construcionismo social e realismo, revisitando como o deslocamento da ideia de realidade como essência para os processos de produção social da realidade se desenvolveu. Posicionando-nos a partir de um discurso construcionista social, apresentamos a ideia de que moralidades e valores resultam da coordenação da ação humana, o que nos distancia da possibilidade de ver um

discurso moral universal. A partir dessa construção teórica, buscamos ilustrar como uma visão relacional sobre a construção de conhecimento pode sustentar posições eticamente comprometidas por parte do pesquisador/profissional, o que ilustramos com discussões em dois campos distintos: direitos humanos e práticas terapêuticas. Esperamos, dessa forma, questionar posições dicotômicas no debate construcionismo e realismo, interpelando uma lógica fundacionista, e favorecer uma perspectiva relacional da ética e da responsabilidade no processo de construção de futuros possíveis.

QUE DEBATE É ESSE?

Termos genéricos como “realismo”, “construcionismo” e outros, convidam a debates intermináveis e perturbadores, a maior parte dos quais pode ser resolvido apenas se atentando para as variedades obscurecidas pelo excesso de generalidade. Como alguém que se liga ao construcionismo social (linguístico) evita escorregar no relativismo? Como um realista evita escorregar no essencialismo? A resposta certamente é “Ao fazer distinções suficientes” . . . Não haverá resoluções para as grandes questões colocadas acima que sejam boas para todas as circunstâncias e todas as ocasiões. A cada contexto, o equilíbrio entre construcionismo e essencialismo . . . será decidido de modos diferentes, em diferentes contextos. (Harré, 1998, p. xi)

Ao longo dos anos 1980 e 1990, assistimos no cenário nacional e internacional debates acalorados acerca da natureza da realidade e dos processos de produção de conhecimento. Parte dessas discussões foram centrais ao advento do movimento construcionista social na ciência psicológica que, como definiu Gergen (1997), resultou da confluência de contribuições oriundas de diferentes tradições teóricas, as quais o autor nomeou como críticas: a Crítica Social, que ressaltava o caráter social e histórico do conhecimento produzido; a Crítica Ideológica, que problematizava a ideia de neutralidade científica, apontando o atravessamento presente em algumas teorizações de determinadas visões de mundo; e a Crítica Retórico-Literária, que ressaltava o papel da estrutura do texto e das convenções narrativas na produção da realidade observável. Tais críticas construíram o solo propício para o que Gergen (1997) definiu como “a Crise da Representação”, isto é, para o questionamento da ideia de que a realidade existe de modo independente do observador, sendo passível de uma representação objetiva.

Para o desenvolvimento de uma posição construcionista social na pesquisa psicológica, algumas ideias centrais passaram a ser valorizadas, sintetizadas por Rasera e Japur (2005) em quatro descrições centrais. A primeira delas refere-se à *especificidade cultural e história das formas de conhecer o mundo* – que enfatiza o entrelaçamento entre realidade e discurso. Produzimos o mundo de determinados modos a partir das nossas descrições, que são cultural e historicamente contingentes.

A segunda descrição afirma a *primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento* – que desloca nossa atenção da mente individual para os processos relacionais. Os termos que usamos para definir o mundo e a nós mesmos resultam da ação-conjunta (Shotter, 1993). É por meio da coordenação da ação humana que sentidos emergem, assim como as tradições, as regras e os valores morais que organizam nossa vida em sociedade.

A terceira descrição aponta a necessária *interligação entre conhecimento e ação*. A linguagem adquire seu sentido no uso social e, sendo assim, descrições de mundo devem ser consideradas formas de ação social. Há, portanto, uma dimensão pragmática que passa a ser considerada. Descrições e explicações compartilhadas como verdadeiras sustentam determinadas formas de agir e viver no mundo.

A quarta descrição aponta a *valorização de uma postura crítica e reflexiva*. Se diferentes jogos de linguagem produzem diferentes formas de vida, como definiu Wittgenstein (1999), devemos refletir sobre como nossa participação em determinados jogos de linguagem contribuem para a construção do mundo em que vivemos em uma ou outra direção. Para além da problematização de realidades sociais que foram naturalizadas, a postura reflexiva pode favorecer a produção de novos entendimentos e futuros preferíveis.

Essas descrições deram subsídio a discussões em torno da polaridade realismo/construcionismo. No campo da psicologia social, o livro editado por Ian Parker (1998) sintetiza alguns pontos importantes desse debate, com ênfase em reflexões sobre os riscos do relativismo identificado por alguns críticos em algumas posturas construcionistas; e do essencialismo identificado em algumas posturas realistas.

Para Burr (1998), muita confusão se faz em torno da polarização entre realidade (essência) *versus* construção social, sendo esta última com frequência associada à falsa ideia de “ilusão”. Para a autora, é como se pudéssemos falar da realidade como sendo ou “real” ou “meramente construída” – expressão que, com frequência, aparece carregada de valor negativo, como se fosse algo menos importante. No entanto, valorizar o entendimento sobre os processos relacionais de produção do conhecimento não é o mesmo que negar a existência da realidade, o mundo físico ou a materialidade. É enfatizar que significados derivam de relacionamentos, os quais, por sua vez, estão imersos em tradições culturais (Gergen, 1997). Construções sociais têm efeitos reais em nossa vida cotidiana. Autoritarismo, sectarismo, xenofobia, fanatismo e trabalho infantil não são ilusões.

Essa é uma discussão também desenvolvida por McNamee (2017). Para a autora, dizer que para os construcionistas não existe uma realidade é absurdo. A questão principal é “a quem cabe decidir o que conta como realidade em um dado momento? Que padrões aplicar?” (p. 3). Para McNamee, os autores construcionistas estão muito distantes de assumirem uma visão de que “tudo pode”, ou qualquer coisa vale. A discussão central para eles é considerar que existem

múltiplas realidades e que essas ganham coerência e legitimidade no interior das comunidades de relacionamento humano. Por reconhecerem não ser possível ou desejável reduzir a justificativa da “verdade” ou moralidade a um fundamento essencialista, os autores buscam refletir sobre os processos relacionais e sociais que produzem as inteligibilidades e moralidades que organizam nossa vida social. Ou seja, o foco se desloca da essência ou fundamento universal para o processo local de coordenação da ação humana (McNamee, 2017) ou para a “ação-conjunta” (Shotter, 2000).

Concordamos com Burr (1998) que, no mundo acadêmico, dificilmente encontramos realistas e construcionistas caricatos, que se mostram incapazes de ponderar as limitações de seus enquadres teórico-epistemológicos, ou que ainda se deixam seduzir pelo fetiche do método, isto é, de que o método é garantia para a verdade/realidade. Como apontou Rose (2011), “filósofos e historiadores da ciência já aceitaram há muito tempo que a verdade científica é uma questão de construção” (p. 78).

Por que, então, retomar esse velho debate construcionismo-realismo agora? Porque, se por um lado, a ideia do real postulado pelo mito da ciência neutra e objetiva parece ter sido amplamente problematizada, expandindo nossas possibilidades de investigação e ação social, por outro, vivemos cotidianamente os desafios de sustentar em nossas relações a multiplicidade de visões e descrições de mundo. Entendemos, por isso, que é outro debate que se faz agora necessário. Não se trata apenas de debater se produzimos o mundo em linguagem, mas sim reconhecer que moralidades também derivam dos relacionamentos. Ou seja, trata-se não apenas de reconhecer os embates da disputa ontológica e epistemológica entre construcionismo e realismo, mas de analisar suas implicações éticas.

Assim, é necessário avançar no campo da “responsabilidade relacional” (McNamee & Gergen, 1999) e da “ética relacional” (McNamee, 2017). Essas propostas conceituais representam a tentativa de redimensionar perspectivas essencialistas que caracterizam indivíduos (ou outras unidades sociais) como portadores de virtudes ou vícios, do bem ou mal, sem reconhecer a trama relacional da qual eles emergem. Assim, o foco se torna os processos históricos, sociais e dialógicos por meios dos quais são produzidas relacionalmente as definições do bem viver e da adequada vida em sociedade. Dessa forma, passamos a nos perguntar: como é possível sustentar um discurso eticamente comprometido a partir de uma perspectiva relacional?

CONSTRUCIONISMO SOCIAL, RELATIVISMO E DIREITOS HUMANOS

Na construção do futuro, muitos pensam como os direitos humanos devem ser valorizados na promoção da justiça social e ativamente afirmados como con-

dição para uma boa vida para todas as pessoas, em todo o mundo. Ao mesmo tempo, muitos consideram que o construcionismo social sustenta um relativismo moral que não permite aderir a nenhum discurso ético particular (Nightingale & Cromby, 1999) e, nesse sentido, não pode referendar uma proposta universal de direitos humanos. Desse embate, surgem três questões: O construcionismo social é moralmente relativista? Há direitos humanos universais que devem ser aplicados em todo o mundo? Como o construcionismo social pode se posicionar frente à busca de direitos humanos universais? A partir da resposta a essas perguntas, esperamos refletir como é possível uma ética relacional, processual e não fundacional, ao considerarmos o discurso dos direitos humanos

1. O CONSTRUCIONISMO SOCIAL É MORALMENTE RELATIVISTA?

Gergen (1997) discute a relação do construcionismo social com as ordens morais e os questionamentos sobre o relativismo moral. Ele aponta como o construcionismo não defende um conjunto de pressupostos morais específicos, mas convida a um exercício constante de deliberação. Em sua análise do debate moral, ele questiona as bases individuais de uma vida moral, as visões românticas e modernas de moralidade, a suposta necessidade e importância de um discurso moral na coordenação da ação humana, e os perigos de uma linguagem da superioridade moral. Ele promove o deslocamento de uma perspectiva individualista e propõe que a vida moral se dá como uma forma de participação na comunidade.

Nesse sentido, ele afirma a contribuição de um relativismo construcionista como uma “orientação mais pragmática ou centrada-na-prática para reconciliar modos de vida contrastantes” (Gergen, 1997, p. 109), a qual pode constituir uma forma alternativa de promover “uma boa sociedade”. Não se trata de qualquer forma de relativismo, mas uma que se traduz em três deslocamentos: (a) do imperialismo para a colaboração: a busca por uma ética universal é substituída pela criação de estratégias de diálogo que ampliem as vozes e enriqueçam os entendimentos e a análise das consequências das ações realizadas; (b) da retribuição para a reorganização: a culpabilização e punição individual é recontextualizada pela investigação das redes de relacionamento nos quais os problemas emergem, das origens históricas desses problemas e de padrões amplos de interdependência social; (c) dos princípios para as práticas: os esforços para a definição de teorias e princípios sobre a ação moral são redirecionados para a criação de modos práticos de resolver situações de conflito e alcançar um sentido compartilhado de “bem”.

Acreditamos que essa forma de compreender o debate da ação moral pode ser útil ao analisar a questão dos direitos humanos, um tema que não tem sido foco de discussão na comunidade construcionista.

2. HÁ DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS QUE DEVEM SER APLICADOS EM TODO O MUNDO?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi promulgada em 1948, em resposta aos horrores da Segunda Guerra Mundial. Enquanto tal, ela busca “a promoção do respeito universal e da observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais” (Organização das Nações Unidas, 1948). Contudo, o processo de definição de quais são os direitos humanos e as liberdades fundamentais envolve um debate complexo e polêmico entre relativistas e universalistas.

Conforme Agyeman e Momodu (2019), de um lado, os relativistas consideram que não há valores universais e por isso não haveria direitos universais. Por outro lado, os universalistas afirmam que há direitos decorrentes do fato de sermos humanos e que são válidos em qualquer lugar e tempo. Segundo esses autores, o jogo de argumentos e contra-argumentos pode ser sintetizado como vemos a seguir. Para os relativistas, a DUDH carrega uma perspectiva de mundo cosmopolita associada às sociedades onde viviam quem a redigiu. Nesse sentido, ela representaria os valores ocidentais, marcado por perspectivas liberais e individualistas, constituindo uma forma de imperialismo cultural. Além disso, a despeito de sua retórica universalista, os países legislam localmente e nem sempre seguem todos os direitos humanos. Para os universalistas, o que importa não é a origem da DUDH, mas seu objetivo de proteger a dignidade humana, sendo que muitos valores por ela propostos já são sustentados por diversas culturas. Apesar de focalizar a liberdade individual, a DUDH também valorizaria a comunidade e os vínculos sociais.

Essa forma de situar o debate constitui duas posições oponentes, de negação completa ou afirmação incondicional, e uma encruzilhada paralisante que pouco contribui para avançar na reflexão sobre como construir uma sociedade justa e digna para todos. Frente a esse impasse, há na literatura do campo dos direitos humanos a busca por alternativas para a polarização entre universalismo e relativismo radicais.

3. É POSSÍVEL ÀQUELES QUE ADOTAM UMA SENSIBILIDADE CONSTRUCIONISTA SUSTENTAR O DISCURSO DOS DIREITOS HUMANOS?

Os esforços críticos ao universalismo radical dos direitos humanos têm originado contribuições que, em nosso entendimento, são compatíveis com as propostas construcionistas em psicologia, tal como apresentadas por Gergen (1997). Entre elas, destacamos aquelas que revisam vocabulários do discurso dos direitos humanos, tal como o “universalismo crítico”, e as que oferecem outros modos de implementar os direitos humanos, tal como a “abordagem hermenêutico-dialógica de direitos humanos”.

Em relação à proposta de um universalismo crítico, Namli (2018) analisa se a universalidade dos direitos humanos é uma característica intrínseca ou uma forma de imperialismo. Ela distingue três formas de universalismo: descritivo, que supõe que algumas normas são comuns a todas as sociedades; normativo, que sustenta que normas morais são universais; e epistemológico, que propõe que a justificativa para uma norma deve ser razoável para todos os seres humanos. A partir da reflexão crítica dessas diferentes formas de universalismo e dos desafios de um universalismo descritivo e epistemológico, ela propõe um universalismo crítico tomado como “uma universalidade normativa que reconhece a ambivalência da razão humana como dependente e transcendente do contexto” (Namli, 2018, p. 137). Assim, ela considera que o desejo de universalidade é justificado como forma de buscar uma vida justa para todos, contudo, é necessário reconhecer o exercício de poder na busca de universalidade e os riscos da afirmação dos valores de uma cultura sobre outra.

Sensível a esse debate, porém, interessado em como promover o diálogo intra e intercultural sobre direitos humanos, Healy (2006) apresenta uma abordagem hermenêutico-dialógica para os direitos humanos. Em sua proposta, ele analisa criticamente os problemas de um universalismo e relativismo radicais; sustenta a importância da validade comparativa entre diferentes sistemas morais, bem como, de uma equidade dialógica legitimadora que os membros de diferentes culturas falem por si; defende o mútuo-entendimento e a aprendizagem intercultural como fundamentos para a implementação de direitos humanos; e enfatiza a necessidade de uma responsabilização tanto interna a cada cultura como externa a ela.

Retomemos, então, as três perguntas iniciais desse breve exercício analítico. Como vimos, nenhuma resposta pode ser dada de forma simplista, pois tais perguntas exigem reconhecer as nuances de um debate complexo. Ao mesmo tempo, elas permitem superar o impasse inicial sobre uma suposta incompatibilidade entre construcionismo social e direitos humanos, abrindo espaço e convidando para um posicionamento situado, crítico e dialógico.

DISCUSSÕES CONSTRUCIONISTAS NO CAMPO DAS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS

Na construção do futuro, tem havido um crescente reconhecimento sobre a necessidade de investimento em saúde e bem-estar, o que inclui saúde mental. Temos assistido a um aumento significativo de problemas de saúde mental no mundo, tais como depressão, ansiedade, autolesão, desatenção, entre outros, além do agravamento de diversos determinantes da saúde e saúde mental, tais como pobreza, desastres ambientais e desigualdade social (WHO, 2022). No contexto terapêutico, profissionais mobilizam seus recursos teóricos e técnicos para o exercício do cuidado e atenção às novas demandas em saúde mental. No entanto, no que tange à definição do que será

considerado como “problema” e “mudança”, o campo está longe da possibilidade de uma definição única – o que, considerando as particularidades de nosso campo e falando a partir da posição construcionista social que nos orienta na produção deste texto, avaliamos não ser nem possível, nem desejável.

1. COMO SE DÁ O DEBATE MORAL NA CIÊNCIA PSICOLÓGICA?

O debate construcionista social tem habitado o campo das práticas terapêuticas há algum tempo, apresentando uma série de questionamentos aos pilares da psicologia moderna. Relevante para os debates iniciais desse campo foi o posicionamento de Shotter (1977) ao descrever a psicologia como uma “ciência moral da ação”, assim questionando as práticas de produção de conhecimento e, sobretudo, o poder da psicologia na criação de moralidades. Na época, ele chamava a atenção para como as visões de ser humano sustentadas pela psicologia pautavam-se na visão de um sujeito autocontido, sendo pouco sensível à relação do indivíduo com seus arredores o que, conseqüentemente, trazia implicações para a criação dos modelos de cuidado propostos (Guanaes-Lorenzi *et al.*, 2013).

Hoje, esse debate tem sido visto como relevante, havendo uma maior consciência de que a ciência (incluindo a ciência psicológica) é uma prática social (Rasera, Guanaes-Lorenzi, & Corradi-Webster, 2016). Os riscos de violência epistêmica na pesquisa e na prática da ciência psicológica passaram a ocupar os debates contemporâneos, chamando pelo maior comprometimento dos profissionais e pesquisadores na relação estabelecida com as pessoas, grupos e comunidades (Held, 2020), bem como maior comprometimento com a promoção de justiça social no campo da psicologia e do aconselhamento (DeBlaere *et al.*, 2019; Hailes *et al.*, 2020).

Esse debate contribuiu para apontar o potencial colonizador das práticas de saúde mental, marcadas fortemente por valores ocidentais e, assim, pouco sensíveis às diferenças étnicas, culturais e de contexto; ao reconhecimento de seu atravessamento por uma visão normativa de desenvolvimento humano; e pela hierarquização na relação entre profissionais e clientes (Guanaes & Rasera, 2006; Hoffman, 1995). Contribuiu também com a produção de outros modos de prática, sugerindo a possibilidade de operar a partir de outras epistemologias e valores – tal como será apontado adiante neste texto.

2. É POSSÍVEL SUSTENTAR DETERMINADOS VALORES NAS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS?

A despeito de retóricas tradicionais que sustentam a busca da neutralidade na ciência e na prática psicológica, é fácil reconhecer como muitos valores organizam implicitamente o fazer cotidiano da psicologia em diferentes campos. Contudo, frente

aos desafios sociais no campo da saúde mental apresentada anteriormente, terapeutas têm se posicionado explicitamente sobre os valores que orientam suas práticas.

Recentemente, no campo da terapia familiar, um grupo de terapeutas publicou uma declaração que destaca possíveis valores comuns aos profissionais que se autodenominam como relacionais, sistêmicos, pós-modernos, colaborativos etc. Inspirados por estudos na área de justiça social e libertação, eles compreendem que “profissionais precisam se manter vigilantes em relação a que valores eles privilegiam e ignoram” em suas ações visando a produção de bem-estar. Como definem: “nosso pressuposto é que a razão desengajada não é suficiente; ela não pode formar a base suficiente para formar nossas ações. Ao contrário, nossas escolhas como profissionais e cidadãos devem estar enraizadas em valores que são conscientemente escolhidos e articulados explicitamente” (Gosnell *et al.*, 2017, pp. 22-23). Assim, os autores buscam explicitar os valores que orientam preferencialmente sua ação como terapeutas.

A Declaração apresenta quatro amplas categorias de valores que, para os autores, falam da “possibilidade de se criar uma ecologia sustentável para desenvolvimento e crescimento humano” (p. 24). Defendem, assim, que o pluralismo de visões, a visão de fluxo (o espaço aberto e a responsabilidade ou generatividade) são valores preferíveis à singularidade de significados, à visão estática (de identidade e tratamento), ao espaço fechado (à imposição de uma determinada escolha) e ao foco no déficit nas práticas clínicas com famílias (Gosnell *et al.*, 2017).

Observamos, contudo, que a leitura da declaração suscita uma série de questões. Ao tentar definir tais categorias de “valores”, os autores elaboram uma série de ações que, para nós, remete mais a práticas relacionais do que a “fundamentos”. Ou seja, a declaração parece apresentar mais orientadores pragmáticos para uma prática social e culturalmente sensível do que fundamentos para uma prática valorosa ou universalmente válida. Nesse sentido, estariam os autores fazendo uma declaração de “valores” ou fazendo um convite à importância da sensibilidade aos valores? Também, nesse caso, o argumento do Gergen (2018) parece ser visível: ainda que a intenção seja orientar boas práticas terapêuticas, a orientação se faz a partir de um determinado grupo ou comunidade – ou seja, o que acaba por ser definido como preferível depende da comunidade relacional que valoriza mais algumas ações do que outras como geradoras de saúde, bem-estar e justiça social.

3. QUAL É A ÉTICA DAS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS CONSTRUCIONISTAS?

De forma geral, propostas terapêuticas de inspiração construcionista não descrevem explicitamente o conjunto de valores que as orientam. Contudo, um exercício rápido nos permite apontar algumas apostas éticas aí presentes.

Tom Andersen, por exemplo, era um terapeuta familiar e psiquiatra norueguês que trabalhava em contextos tradicionais de atendimento psiquiátrico na década

de 1980. Sua proposta dos processos reflexivos é marcada pela intenção de maior democratização das posições no diálogo e pela valorização da polissemia, como uma alternativa à forte hierarquização das práticas profissionais em saúde mental. Para o autor, garantir às pessoas a possibilidade de escolherem por si mesmas deveria ser um princípio de uma prática reflexiva. Em síntese, tal prática explicita a ética de democratização do diálogo (Andersen, 2002).

Harlene Anderson é uma autora norte-americana conhecida por desenvolver, em conjunto com Harry Goolishian, a proposta dialógico-colaborativa que tem, dentre seus princípios, a valorização da incerteza e recusa de exercer um saber do terapeuta sobre a história do cliente. A autora posiciona-se contra a posição de um terapeuta especialista que, com base em suas teorias explicativas, transforma a história do cliente, atribuindo-lhe um sentido predeterminado (Anderson, 2012). Inspirada em Shotter, a autora sugere que se desenvolva o diálogo *com* as pessoas (e não *por* ou *sobre* elas) sobre aquilo que elas definem como relevante, de modo que o cliente apresenta ao terapeuta o novo da história que juntos irão desenrolar. Em síntese, tal prática explicita a ética da colaboração.

A proposta das práticas narrativas, desenvolvida pelos terapeutas e assistentes sociais Michael White (Australia) e David Epston (Nova Zelândia), define-se pela sensibilidade aos efeitos dos discursos sociais naquilo que é vivido individualmente como problema. Assim, os autores são conhecidos por resistirem a uma definição de problema como uma posse individual e por desenvolverem uma série de recursos conversacionais que permitem ao cliente compreender que o “problema é o problema” e resistir aos efeitos subjugadores desses na sua vida e em seus relacionamentos. Em síntese, tal prática explicita a ética da externalização do problema (White, 2012).

A terapia breve focada na solução (Shazer *et al.*, 1986) também serve como exemplo. Essa se orienta pelo manejo da conversa terapêutica a partir de recursos presentes na história do cliente, e não de déficits ou determinismos passados. Ao orientar-se para a construção do futuro e nos recursos, a terapia trabalha a posição do cliente como agente e o faz de modo cooperativo a partir de uma determinada expectativa de mudança, passível de ser alcançada em breve espaço de tempo. Em síntese, tal prática explicita a ética da mudança possível.

Para concluir, um outro exemplo relevante é a terapia socialmente justa. Essa se destaca pela sensibilidade às epistemologias dos povos originários e pelo reconhecimento de que as famílias procuram terapia não por dificuldades internas, mas sociais, relacionadas diretamente ao histórico de opressão e violência a que estiveram e ainda estão submetidas (Waldergrave & Tamasese, 1993). Em síntese, tal prática explicita a ética da resistência aos efeitos opressivos das práticas de dominação das comunidades indígenas.

Em todas essas práticas uma ética subjacente é possível de ser explicitada. No entanto, isso não se faz pela adoção de uma discussão de valores fundacionais a priori, mas como resultado da coordenação de ação de uma comunidade de prática profissional que produz respostas situadas aos desafios por ela vivenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível sustentar um discurso eticamente comprometido a partir de uma perspectiva relacional? Essa pergunta nos orientou na discussão apresentada ao longo deste capítulo, quando buscamos mostrar como é possível adotar um discurso eticamente comprometido sem precisar retornar à uma posição realista.

Assim, por um lado, esperamos ter convidado à reflexão crítica sobre o que vem a ser o relativismo construcionista, sobre as tensões próprias do discurso dos direitos humanos, e apontado possibilidades de posicionamentos para aqueles que adotam uma inteligibilidade construcionista e queiram sustentar o discurso dos direitos humanos, segundo seus compromissos contextuais e relacionais. Por outro lado, no campo das práticas terapêuticas, esperamos ter contribuído com a reflexão sobre o quanto a discussão sobre valores se faz entrelaçada a práticas que têm sua origem no seio de comunidades e tradições específicas. Isso nos distancia de uma perspectiva fundacional, ao mesmo tempo em que nos convida a refletir sobre qual é a ética presente em nossas ações, evidenciando o modo como participamos da construção do mundo em que vivemos.

Em nosso entendimento, essas são diferentes formas de responder ao duplo convite da responsabilidade relacional, que nos chama a assumirmos nossa responsabilidade sistêmica pelo mundo em que vivemos, e de uma ética relacional, que alerta para o caráter contextual, negociado, sensível social e historicamente, dos nossos discursos de valores.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- Agyeman, N. K. & Momodu, A.** (2019). Universal Human Rights ‘Versus’ Cultural Relativism: the Mediating Role of Constitutional Rights. *African Journal of Legal Studies*, 12, 23-46.
- Andersen, T.** (2002). *Processos Reflexivos* (2ª ed.). Instituto Noos.
- Anderson, H.** (2012). Collaborative relationships and dialogic conversations: ideas for a relationally responsive practice. *Family Process*, 51(1), 8-34. doi: 10.1111/j.1545-5300.2012.01385.x.
- Burr, V.** (1998). Overview: Realism, Relativism, Social Constructionism, Discourse. In I. Parker (Ed.), *Social constructionism, discourse and realism* (pp. 13-25). Sage.
- DeBlaere, C., Singh, A. A., Wilcox, M. M., Cokley, K. O., Delgado-Romero, E. A., Scalise, D. A., & Shawahin, L.** (2019). Social Justice in Counseling Psychology: Then, Now, and Looking Forward. *The Counseling Psychologist*, 47(6), 938-962. <https://doi.org/10.1177/0011000019893283>
- Gergen, K. J.** (1997). *Realities and relationships: soundings in social construction*. Harvard University Press.
- Gergen, K. J.** (2018). Ética relacional para a prática terapêutica. In M. Grandesso (Org.), *Colaboração e Diálogo: Aportes Teóricos e Possibilidades Práticas* (pp. 189-199). CRV.
- Gergen, K. J. & Ness, O.** (2016). Therapeutic practice as social construction. In M. O’Reilly et al. (Eds.), *The Palgrave Handbook of Adult Mental Health* (pp. 502- 519). Palgrave MacMillan. https://doi.org/10.1057/9781137496850_26
- Gosnell, F., McKerbogow, M., Moore, B., Mudry, T., & Tomm, K.** (2017). A Gavelston declaration. *Journal of Systemic Therapies*, 36(3), 20-26. doi: 10.1521/jsyt.2017.36.3.20
- Guanaes, C. & Rasera, E. F.** (2006). Therapy as social construction: an interview with Sheila McNamee. *Revista Interamericana de Psicologia / Interamerican Journal of Psychology*, 40(1), 127-136.
- Guanaes-Lorenzi, C., Martins, P. P. S., Corradi-Webster, C. M., Amorim, K. S., Rasera, E. F. & Moscheta, M. S.** (2013). Envisioning a participatory democracy: an interview with John Shotter. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 561-569. doi: 10.1590/S1413-73722013000300017
- Hailes, H. P., Ceccolini, C. J., Gutowski, E., & Liang, B.** (2020). Ethical guidelines for social justice in psychology. *Professional Psychology: Research and Practice*, 52(1), 1-11. <https://doi.org/10.1037/pro0000291>
- Harré, R.** (1998). Foreword. In I. Parker (Ed.), *Social constructionism, discourse and realism* (pp. xxi-xii). Sage.
- Healy, P.** (2006). Human rights and intercultural relations: a hermeneutico-dialogical approach. *Philosophy & Social Criticism*, 32(4), 513-541.
- Held, B. S.** (2020). Epistemic violence in psychological science: Can knowledge of, from, and for the (othered) people solve the problem? *Theory & Psychology*, 30(3), 349-370. <https://doi.org/10.1177/0959354319883943>
- Hoffman, L.** (1995). Uma postura reflexiva para a clínica de família. In S. McNamee & K. Gergen (Orgs.), *A terapia como construção social* (pp. 13-33). ArtMed.
- McNamee, S.** (2003). Bridging incommensurate discourses: a response to Mackay. *Theory in Psychology*, 13(3), 387-396. <https://doi.org/10.1177/09593543030130030>

- McNamee, S.** (2017). Far from anything goes: ethics as communally constructed. *Journal of Constructivist Psychology*, 31(4), 361-368. <https://doi.org/10.1080/10720537.2017.1384338>
- McNamee, S. & Gergen, K. J.** (1999). *Relational responsibility: Resources for sustainable dialogue*. Sage.
- Namli, E.** (2018). Critique of Human Rights Universalism In M. Stenmark et al. (Eds.), *Relativism and Post-Truth in Contemporary Society* (pp. 123-140). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-96559-8_8
- Nightingale, D. J. & Cromby, J.** (Orgs.). (1999). *Social constructionist psychology*. Open University Press.
- Organização das Nações Unidas – ONU** (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Author. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- Rasera, E. F. & Japur, M.** (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100005>
- Rasera, E., Lorenzi, C. G., & Corradi Webster, C. M.** (2016). Pesquisa como prática social: o pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. *Athena Digital*, 16(2), 325-347. <http://atheneadigital.net/article/view/v16-n2-rasera-guanaes-corradi/1839-pdf-pt>
- Rose, N.** (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Vozes.
- Shazer, S., Gergen, I. K., Lipchik, E., Nunnally, E., Molnar, A., Gingerich, W., & Weiner-Davis, M.** (1986). Brief Therapy: Focused Solution Development. *Family Process*, 25, 207-221. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1986.00207.x>
- Shotter, J.** (1977). *Imagens do homem em pesquisa psicológica*. Zahar.
- Shotter, J.** (2000). *Conversational realities: constructing life through language*. Sage.
- Waldegrave, C. & Tamasese, K.** (1993). Some Central Ideas in the “Just Therapy” Approach. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 14, 1-8. <https://doi.org/10.1002/j.1467-8438.1993.tb00930.x>
- White, M.** (2012). *Mapas da prática narrativa*. Pacartes.
- Wittgenstein, L.** (1999). *Investigações Filosóficas*. Nova Cultural.
- World Health Organization - WHO** (2022). *World mental health report: transforming mental health for all*. Author. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>

A POSSIBILIDADE CRÍTICA DA PERSPECTIVA CONSTRUCIONISTA SOCIAL DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Laura Vilela e Souza

No encontro do Grupo de Trabalho (GT) *Cotidiano e práticas sociais* no 19º Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), a discussão sobre a produção de conhecimento sobre/no cotidiano foi atravessada pela constatação das consequências nefastas do fortalecimento de discursos negacionistas em nossa sociedade contemporânea. Para produção escrita derivada dessa e de outras discussões no GT, foram definidos alguns eixos reflexivos. O nomeado “eixo epistemológico” propôs que as reflexões se dessem a partir das seguintes perguntas norteadoras: “Como valorizar a pluralidade e, ao mesmo tempo, afastar o negacionismo? Como avançar nos debates sobre realidade e conhecimento, favorecendo a crítica sobre os efeitos dos discursos na configuração de práticas sociais e formas de vida?” (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia [ANPEPP], 2022). É a partir desses questionamentos que este capítulo foi construído.

Essas questões apontam para dois desafios/provocações/pontos de tensão que o GT enfrenta a partir das epistemologias utilizadas em suas pesquisas. Historicamente, diferentes perspectivas sobre produção de conhecimento inspiraram a produção do GT. Ao longo dos últimos anos, epistemologias construcionistas sociais têm sido assumidas: na valorização de diferentes verdades na possibilidade de coordenar diferenças e conflitos de opiniões (Souza & Moscheta, 2016), no

entendimento da linguagem como ação social para se reconhecer as implicações de diferentes repertórios interpretativos na proposição de estratégias de governamentalidade (Martins *et al.*, 2016), na compreensão dos sentidos produzidos pelas pessoas como emergindo do intercâmbio social para a análise dos efeitos dessa produção nas práticas cotidianas em serviços de saúde (Menezes & Guanaes-Lorenzi, 2016), na assunção dos problemas psicológicos como construídos na linguagem para a exploração de formas alternativas de compreendê-los (Rasera *et al.*, 2016), para citar alguns exemplos.

Esse modo de fazer pesquisa traz como primeiro desafio/provocação/ponto de tensão a questão de que a epistemologia construcionista social, ao questionar a possibilidade de uma definição única e fundante sobre qual seria a descrição mais correta “do mundo” (Gergen, 1997), não oferece uma base teórico-epistemológica consistente para sustentar outros parâmetros de avaliação dessas diferentes versões que não acabem tendo como consequência prática a sua equiparação para além do nível epistemológico, derivando para o nível ético e político. O segundo desafio/provocação/denúncia/ponto de tensão diz respeito a como assumir uma postura antirrealista em ciência e ao mesmo tempo não enfraquecer o caráter crítico da produção de conhecimento. Trata-se da definição e avaliação de quais critérios (que não a adequação ao real) permitem a manutenção de uma postura crítica do/a pesquisador/a construcionista social e que não caiam em um ceticismo.

Esses dois pontos articulam-se ao que Ibáñez (2003) já apontava vinte anos atrás, sobre sua percepção da dificuldade dos/as pesquisadores/as construcionistas sociais abordarem em suas pesquisas as consequências políticas dos pressupostos dessa perspectiva, ou ao que Iñiguez (2005) chamou de “posição complacente”, na qual a própria perspectiva construcionista social deixa de tomar a si mesma como uma construção discursiva, não mais reconhecendo seus limites na produção de mundos.

Bartesagui e Castor (2008) relacionam a perda de capacidade crítica da perspectiva construcionista social com o uso exclusivo de uma versão pragmática e exclusivamente epistemológica, o que deixaria de lado as questões ontológicas. Considero que essas autoras apontam um elemento crucial para esse debate, a saber, a questão da relação entre epistemologia e ontologia na proposta construcionista social em ciência. A discussão sobre pluralidade e realismo a partir dos diferentes construcionismos sociais é mais dificilmente abordada quando não nos damos conta que as pesquisas construcionistas sociais estão a todo tempo afirmando modos de ser no mundo. Acredito que é no reconhecimento dessa produção ontológica que será possível o exercício da crítica. Assim, o objetivo deste capítulo é o desenvolvimento deste argumento.

Gergen (2023) abordou, de certa forma, essas questões quando afirmou recentemente sua preocupação com o que chamou de “ideias distorcidas” sobre

a perspectiva construcionista social. O teórico se disse preocupado com a forma como a defesa construcionista social de valorização de múltiplas verdades tem sido usada para justificar “mentiras públicas”, com como uma postura de “análise crítica” foi entendida como culpabilização e “promoveu a polarização social”, com como o entendimento de que “as racionalidades carregam ideologia” levou à “rejeição da deliberação racional” e com como a abertura para que “todas as vozes sejam ouvidas” levou a uma “cacofonia”.

Podemos ver nos exemplos dados por Gergen a impossibilidade de separação entre epistemologia e ontologia na colocação em prática da perspectiva construcionista social. A fala do autor destaca (a) como a postura de valorização de múltiplas verdades está ligada à produção de ontologias morais, (b) como a análise dos efeitos das formas de descrever o mundo pode estar ligada à produção de ontologias causais, (c) como o pressuposto de que toda afirmação racional sobre o mundo emerge de núcleos de inteligibilidade pode levar a um mutismo ontológico (como o próprio autor chegou a defender em um certo momento, Gergen, 1997), e (d) como a equalização epistemológica quanto à inexistência de elementos fundantes de verdade pode endossar a ideia de que é possível escutar diferentes vozes sem se levar em conta o tanto de existências (ontologias) que elas implicam.

No livro *Realities and Relationships*, Gergen (1997) afirmava que a perspectiva construcionista social refutava afirmações ontológicas. Ao mesmo tempo, o autor estendia esse ceticismo ontológico ao próprio construcionismo social, e assim, defendia a autocrítica dessa perspectiva para “questionar as implicações pragmáticas do construcionismo” (p. 77) e desafiar “os seus valores implícitos” (p. 77). Todavia, na sequência do texto, o autor afirmava que, já que não era possível atingir uma certeza moral contra a qual o relativismo construcionista social seria comparado, seria preferível assumir uma postura de “deliberação moral”. Para o autor, a falência da promessa iluminista das certezas morais não tornava o construcionismo social responsável por recuperá-las.

O problema nesse posicionamento parece ser o fato de Gergen (1997) tomar a crítica a partir de seus extremos. O autor entende que quem denuncia a superficialidade moral do construcionismo social estaria fazendo essa denúncia a partir da defesa de uma moral única. Nesse sentido, ele afirmou que “é possível que uma teoria que opte por não defender uma hierarquia do bem seja mais promissora para a humanidade do que aquela que esteja moralmente comprometida” (pp. 81-82). A questão é que, se por um lado, uma ética universal é vista como totalizante e opressiva, por outro lado, não se discutem os efeitos da defesa de uma ética relativista. Além disso, nem todo pressuposto crítico em ciência se alinha a uma visão absolutista ou fundacional de moral. O autor afirmou ainda que a crítica de “vacuidade moral” do construcionismo social mascarava a frustração de teóricos/as de não poderem defender sua teoria sem perceber as vulnerabilidades e de seu próprio posicionamento. Entendo

que posicionar os/as críticos/as dessa forma é bastante problemático, primeiro por adotar uma estratégia defensiva ao rebater a crítica, segundo porque insinua que não há autocrítica em outras perspectivas teóricas. Gergen (1997) chegou a se perguntar se discursos morais eram necessários ou desejáveis socialmente:

Tal discurso [moral] pode figurar de forma proeminente em nossas ações diárias, permitindo-nos interceder, fazer uma pausa significativa e considerar as consequências amplas de nossas ações. No entanto, isso não quer dizer que os termos de moralidade (ética, valores, direitos) sejam essenciais para formação de uma boa sociedade. Em vez disso, devemos perguntar se - e quais - os interesses comunitários são mais bem atendidos por esses tipos de performativos. (p. 105, tradução da autora)

A alternativa oferecida por Gergen (1997) para a “falta de fundamentação ontológica para a linguagem” (p. 71) seria a possibilidade de avaliação de seus efeitos nas relações. Assim, as diferentes versões de mundo seriam avaliadas a partir de sua maior ou menor aproximação com um mundo preferido por uma determinada comunidade discursiva. Dessa forma, a possibilidade de não cair em um relativismo absoluto e contraditório ou de ter que voltar a se respaldar em algum tipo de realismo revisitado (como o realismo crítico, por exemplo, Elder-Vass, 2012) se daria pelo reconhecimento de que a crítica sobre uma versão de mundo sempre será feita a partir de uma outra versão de mundo igualmente questionável (Gergen & Rasera, 2023). Destaco três complicações derivadas dessa noção sobre como deve acontecer a crítica (ou autocrítica) construcionista social.

A primeira relaciona-se a um aspecto que Cordeiro e Spink (2013) já haviam chamado a atenção, sobre aquilo que Mol (2002) nomeia como a “política do quem”. Ou seja, em termos práticos, quem define quem são as pessoas que avaliam essas diferentes versões de mundo e quais são as suas condições de participação nessa decisão? Discutirei mais sobre esse ponto em momento posterior do texto.

O segundo complicador relaciona-se a como se dá esse exercício autorreflexivo de análise sobre qual é a versão do mundo a partir da qual alguém parte para avaliar outras versões. O risco é de um aprisionamento no “discurso sobre o discurso” que impeça a consideração de elementos não discursivos que ainda que não possam ser afirmados em termos da garantia de sua existência, também não podem (ou não deveriam) ser negados, uma vez que o pressuposto de não conseguirmos acessar a verdade sobre eles não significa que eles não tenham efeito sobre nós. Efeitos esses que podem inclusive limitar/impor/circunscrever as próprias possibilidades do sujeito autorreflexivo de avaliar o universo de inteligibilidade do qual participa e aquele com o qual antagoniza.

O terceiro complicador é trazido pelo próprio Gergen, ao reconhecer em entrevista recente (Gergen & Rasera, 2023) que “o construcionismo social é fa-

lho, entre outras coisas, pelas deficiências ideológicas resultantes de sua ênfase no processo sociocultural em oposição ao meio ambiente” (p. 49) e que as discussões do *novo materialismo* estariam caminhando na direção de lidar com essa questão. Ainda que Gergen entenda que as teorias desse novo materialismo são, assim como o construcionismo social, “construções em si, alojadas em linguagem, cultura e ideologia” (p. 49), o movimento autocrítico aqui realizado abre espaço para que, frente à impossibilidade de reconhecimento de qual teoria está certa ou errada em termos realistas, não se tome a escolha pelo foco exclusivo de análise das práticas discursivas como uma consequência lógica ou inevitável. Ainda que eu não possa saber - pressuposto epistemológico construcionista social - se aquilo que falo sobre o mundo reflete o mundo em si (seja em sua estabilidade ou dinamismo), isso não quer dizer que materialidades não estejam presentes na forma como eu falo desse mundo.

No próprio GT da ANPEPP, essa discussão dos perigos de um reducionismo linguístico das pesquisas construcionistas sociais já vem sendo feita por alguns membros há mais de uma década. O que inspira essa discussão são autores/as da *virada ontológica*, um movimento que busca tomar como objeto de estudo as implicações ontológicas da produção de conhecimento (Holbraad *et al.*, 2017). Cordeiro e Spink (2013), por exemplo, tomam seu objeto de pesquisa (“a” Psicologia Social) como “efeito de práticas” de pesquisa que “envolvem uma série de elementos heterogêneos” (p. 342) não discursivos. Essa discussão é feita a partir dos estudos de teóricos/as da Teoria Ator-Rede e dos estudos do campo da ciência, tecnologia e sociedade (Mol, 1999, 2002; Law & Mol, 2008). A partir desses/as teóricos/as, as autoras discutem que entender realidade como construção social “não significa dizer que não existam realidades, que a verdade não possa ser descoberta ou que nossos instrumentos de investigação sejam inerentemente inadequados” (p. 345). O ceticismo de nunca podermos afirmar o real ou o realismo ingênuo de termos a certeza de tê-lo encontrado poderiam ser remediados pela ideia de que

existem realidades, mas que elas não são dadas *a priori*: elas são produzidas dentro de relações... Desse modo, a questão que agora precisamos nos colocar não é mais: como podemos descobrir ou iluminar o real?; mas sim: qual realidade queremos tornar mais real por meio de nossas práticas de pesquisa? (Cordeiro & Spink, 2023, p. 345)

Aqui retornamos à “política do quem” mencionada anteriormente. As autoras discutem que a decisão sobre qual realidade destacamos em nossa pesquisa deve ser tomada como uma decisão política, ou, como Mol (2002) chama, de uma política ontológica. Assim, as pesquisadoras entendem que a articulação nas pesquisas construcionistas sociais entre “materialidades e pessoalidades” (p. 350) envolvidas

na complexa trama de produção de realidades seria um caminho para escapar da limitação imposta por um construcionismo social fechado em análises discursivas.

A análise crítica entendida como ação política avança com relação ao risco do aprisionamento metadiscursivo dessa crítica, permitindo o destaque de elementos não discursivos. Mas aqui incorre-se em um novo risco, alertado por Souza (2015). A autora afirma que, se por um lado, a proposta de Mol da crítica acontecer via uma discussão política - que leve em conta o que é bom para sujeitos humanos e não humanos, as contestações e dissensos envolvidos nessa definição de bom e a coexistência de diferentes noções desse bom - é capaz de sustentar a possibilidade de uma multiplicidade ontológica, por outro, a noção de política aqui utilizada se restringe também aos aspectos discursivos dessa política, deixando de lado: “instituições e procedimentos, democracia e representação” (p. 69). A autora conclui, então, que nesse movimento crítico, “a ontologia é politizada, mas a política não é ontologizada” (p. 69).

Outro exemplo de uso da Teoria Ator-Rede por membros de nosso GT está em Mélo *et al.* (2016), que partem das ideias do teórico Bruno Latour para proporem uma noção crítica alternativa que supere a dicotomia “realismo e construcionismo” (p. 424). A crítica aqui é tomada como a possibilidade de se considerar os humanos e não humanos que participam da construção de “redes heterogêneas agregando materialidades e socialidades diversas” (p. 424) na produção de mundos.

Trago a crítica dessa crítica feita por Noys (2011) para mostrar como é desafiadora essa busca por alternativas. O autor analisa como, em seu entendimento, essa proposição desativa a própria possibilidade crítica em ciência. Para Noys (2011), Latour, ao negar a possibilidade de uma crítica global que defina hierarquias sobre essas redes heterogêneas, o que seria “o pecado do modernismo” (p. 6, tradução da autora), e buscando também fugir do “nivelamento do pós-modernismo” (p. 6) onde nenhuma hierarquia pode ser construída, assume que há a possibilidade de hierarquização, mas que esta é sempre feita dentro da própria rede e sempre localizada. O autor entende que essa forma de entender a crítica acaba sendo a suspensão da própria crítica, uma vez que seria “um gesto frustrado por seu próprio e necessário fracasso, por sua própria futilidade” (p. 8). A crítica aqui é tomada como podendo acontecer apenas por meio de duas polaridades: ou reduzida a uma “posição transcendente diante do mundo” (p. 9) ou como uma “composição imanente à realidade” (p. 10). Ou seja, ou uma crítica que se coloca acima ou além do mundo ou uma crítica que está tão profundamente imbricada nele que nada consegue dizer sobre o real. Noys (2011) chama a atenção para o fato de que a crítica a qualquer afirmação realista sobre o mundo também positiva um determinado mundo. Nesse caso, ele problematiza em que medida a postura latouriana de defesa de hierarquias locais está alinhada a uma ideologia democrática (burguesa) que equaliza as diferenças e teme hierarquizações, planejamentos e reconhecimento de estruturas.

Gabriel (2016), filósofo alemão contemporâneo, na busca por um *novo realismo* que mantenha o caráter emancipatório do antirrealismo, mas que permita que se recorra a alguma noção de realidade para garantia do pensamento crítico, faz uma crítica à perspectiva construcionista social afirmando que nela a epistemologia precede à ontologia, o que deveria ser o contrário. Ou seja, na perspectiva construcionista social, o que não é tomado como verdade/realidade não existe. Esse autor é contrário à ideia de uma ontologia política, como a defendida por Mol (2002), por considerá-la uma *ontologia correlacionista*, ou seja, que apenas consegue discutir a realidade a partir de suas correlações (a correlação discursiva, no caso da perspectiva construcionista social). Em uma ontologia correlacionista, como afirma St. Pierre (2017), a ontologia é substituída por epistemologia e acaba igualando epistemologia a política. Ponto esse que vem justamente sendo problematizado neste texto.

Gamble *et al.* (2022) defendem o *novo materialismo* como possibilidade de superar as teorias correlacionistas e, também, os limites de alguns estudos de teóricos/as da virada ontológica que teriam feito a virada para a “ontologia orientada aos objetos”, mas que continuariam tratando epistemologia e ontologia como coisas separadas. A partir da leitura dos trabalhos de Karen Barad e Vicki Kirby, esses autores discutem esse novo materialismo como um *materialismo performativo*, que pensa epistemologia e ontologia como mutuamente constituídas, e não restrita aos humanos:

A ontologia não é meramente um construtivismo antrópico ou materialismo falho em que “o real” da matéria sempre recua. A matéria e as práticas ontológicas são realmente co-construídas e emaranhadas nos movimentos intermináveis de suas performances. (Gamble *et al.*, 2022, p. 215)

No materialismo performativo, a tentativa de entender a existência é a própria matéria em ação, é a própria matéria observando-se e moldando-se nesse processo. Nesse novo materialismo, o foco da produção de conhecimento está na identificação das condições reais de “uma emergência histórica particular da qual nós mesmos somos uma parte integral e totalmente material” (p. 215). Não cabe neste texto o detalhamento dessa teoria, mas o que levo em conta aqui para mencioná-la é que, primeiro, ela mostra como o campo da crítica é um campo vivo de controvérsias, segundo, ela tem sido considerada como uma das alternativas que se sobressaem na possibilidade de resolução dos desafios postos nessa controvérsia, como mencionado por Gergen (Gergen & Rasera, 2023) e, terceiro, porque ela tem apontado para os limites de propostas que tomaram o campo de debate sobre alternativas críticas nos últimos anos como a do *realismo especulativo* (Meillassoux, 2006).

O anarquismo ontológico proposto por Almeida (2021) também merece ser mencionado. Em seu livro *Caipora e outros conflitos ontológicos*, o autor aborda em que medida os conflitos ontológicos podem ser enfrentados com o uso da noção de verdade pragmática. A partir de uma questão semelhante à que mobilizou as discussões de nosso GT da ANPEPP, Almeida se questiona sobre como lidar com o fato de que “o relativismo cultural tem sido manipulado para justificar a ausência de diferença entre *fake news* e verdade” (p. 312), e como seria possível afirmar existentes sem a adoção de uma postura realista “tolerante” que filtre das visões locais de mundo aquilo que endossa. Assim, o autor defende a possibilidade de acordos entre ciências globais e ciências locais, nos quais ontologias incomensuráveis são passíveis de conciliação em encontros pragmáticos. O autor exemplifica: ontologias como aquecimento global, erosão da biodiversidade e pandemia são compatíveis com as verdades pragmáticas da seca, enchente e desordens naturais do meio ambiente. Já uma ontologia terraplanista ou climanegacionista não o é. A verdade pragmática seria o “chão comum de múltiplas ontologias e o critério que permite distinguir falácias e mentiras de raciocínios consistentes e verdade de fato” (p. 328). A crítica aqui é posta como a possibilidade de verificação pragmática das ontologias, ou seja, uma *virada pragmática*, como nomeia Queiroz (2023).

A noção de concordância pragmática nada tem a ver com acordos para fins práticos. . . Em vez disso, trata-se do reconhecimento de que existem critérios pragmáticos de verdade que são válidos em diferentes visões de mundo: o reconhecimento da diferença entre vida e morte, entre dor e prazer. (Almeida, 2021, p. 329)

A busca aqui é por fundamentos éticos e racionais que admitam diferentes ontologias, ontologias locais-universais. Queiroz (2023) entende essa postura de Almeida (2021) como um alerta do “contrassenso politicamente temerário” (p. 5) de substituir realidade e objetividade por “arbitrariedades nominalistas ou ficcionais” (p. 5). Admitir que nosso acesso à realidade é mediado não significa que não continuemos coexistindo com aquilo que está para além dessa mediação.

Assim como na teoria latouriana e de certa forma na própria proposição de Gergen (1997), Almeida propõe o local como possibilidade de resposta para os conflitos ontológicos. A diferença com relação a Latour, como analisa o próprio Almeida, é que os acordos locais para o antropólogo francês seriam de natureza apenas política e não epistemológica e ontológica, “deixando de lado a definição de ciência como atividade dirigida à busca de conhecimento” (Almeida, 2021, p. 318). Para Almeida, a ciência deve buscar por verdades (as verdades pragmáticas), pois a incerteza gerada pelos discursos antirrealistas em ciência sobre as afirmações científicas é diferente da incerteza de hipóteses que são colocadas à prova, “que

testam sua verdade no sentido pragmático” (p. 318). Outra diferença é que a proposta de Almeida não se restringe à escala de análise do local, parte do local para encontrar os acordos com as ciências globais. A proposta de Almeida difere da de Gergen (1997) porque não se restringe a uma análise epistemológica do conflito (avaliação dos efeitos das diferentes versões de mundo), mas à exploração de ontologias incomensuráveis a partir de critérios pragmáticos de verdade e de “evidências pragmáticas de existência” (p. 316) que as unam. Esses critérios envolvem muito mais do que uma análise discursiva, envolvem documentos, objetos, instituições, imagens, histórias orais, experimentos etc.

Desde o início das discussões sobre o movimento construcionista social em Psicologia, na década de 1980, a crítica de reducionismo linguístico dessa perspectiva vem sendo feita. Essa crítica já foi abordada (Gergen, 1997) mostrando, principalmente, como ela costuma ser feita a partir de um equívoco de se achar que o que esse movimento estaria propondo seria que “o” mundo, “as” coisas, “os” entes, “o ser” seriam de natureza discursiva. O que se afirma é, outrossim, a impossibilidade de um critério único de correspondência desse mundo com suas categorias de entendimento (realismo) e assim, as descrições sobre o mundo são compreendidas como construções sociais, “artefatos sociais, produtos de situações intercâmbios historicamente situados entre as pessoas” (Gergen, 1985, p. 267).

É sobre a proposição de que uma postura antirrealista sobre a produção de conhecimento (epistemologia) leva necessariamente à compreensão da linguagem como construção social (na produção de ontologias relacionais, como aponta Gergen, 1997) que entendo que a crítica deve se voltar. Há aqui uma escolha, nada moralmente neutra, de responder ao enigma da esfinge posto por teóricos do “pós-modernismo” - sobre como lidar com a afirmação da inexistência de possibilidade de nos apoiarmos em princípios últimos para a garantia da pertinência entre o mundo e o conhecimento sobre este mundo -, com o posicionamento de que, então, a produção de conhecimento deveria residir naquilo que é dito sobre esse mundo, ainda que eu considere em minhas pesquisas que esse mundo participa dessas construções discursivas (por exemplo, no uso de uma noção de linguagem corporificada, ou na busca pelas materialidades performadas nas pesquisas ou na consideração da agência dessas construções divididas entre humanos e não humanos).

Em outras palavras, se o critério de isomorfismo entre “o” ser e a afirmação sobre esse ser não é plausível de consenso, concluir, então, que devemos nos voltar para as afirmações sobre esse ser é uma das respostas possíveis, mas não é a conclusão inevitável desse enigma. E mais, é uma resposta que opta por não se envolver na discussão das consequências de se considerar que a própria afirmação da esfinge pós-modernista também não se sustenta em termos fundacionais. Além disso, a resposta do movimento construcionista social a esse enigma deixa de lado toda

uma riqueza teórica construída historicamente pela humanidade que, se por um lado não pode nos dar garantia de suas certezas, também não pode ser desprezada por não o fazer. Teorias essas que trazem um histórico não desprezível de embate na busca de compreensão das existências no mundo.

Se as ontologias relacionais propostas pelo construcionismo social são defendidas a partir de critérios de utilidade local negociada como alternativas preferíveis para o mundo, entender o que está sendo entendido como útil é importante. Mas, para realmente ontologizarmos a política, como propõe Souza (2015), precisamos levar em conta o fato de que elementos materiais, estruturais, determinações sociais, não humanos, ainda que não possam ser comprovados em sua existência, não quer dizer que não existam. Dessa forma, a abertura epistemológica de valorização do plural não se perderia na assunção de uma posição ontologicamente nem um pouco muda de afirmar o mundo como construção social.

Recuperando a pergunta disparadora do GT sobre como valorizar a pluralidade, manter uma postura crítica antirrealista e afastar o negacionismo, trago a letra de música de Arnaldo Antunes “*O real resiste*”. Essa letra foi apresentada como um dos disparadores artísticos para as discussões no GT sobre os efeitos do negacionismo e das respostas possíveis para lidar com ele – para afirmar a impossibilidade de querermos achar uma saída para equiparação entre “autoritarismo, sectarismo, xenofobia, fanatismo” com “bruxa, fantasma, bicho, papão” que não implique termos que nos posicionar sobre o que é verdade ou ilusão.

REFERÊNCIAS

Almeida, Mauro (2021). *Caipora e outros conflitos ontológicos*. UBU.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia - ANPEPP (2022). 19º. *Simpósio de pesquisa e intercâmbio científico da ANPEPP*. Autor. https://www.simpósio2022.anpepp.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=50

Bartesaui, Mariaelena & Castor, Theresa (2008). Social Construction in Communication Re-Constituting the Conversation. *Annals of the International Communication Association* 32(1), 1-39. <https://doi.org/10.1080/23808985.2008.11679074>

Cordeiro, Mariana Prioli, & Spink, Mary Jane Paris (2013). Por uma Psicologia Social não perspectivista: Contribuições de Annemarie Mol. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 338-356. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300003&lng=pt&tlng=pt

Elder-Vass, Dave (2012). Towards a realist social constructionism. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, 9-24. <http://journals.openedition.org/spp/1041>

Gabriel, Markus (2016). *O sentido da existência: Para um novo realismo ontológico*. Civilização Brasileira.

Gamble, Christopher N., Hanan, Joshua S., & Nail, Thomas (2022). O que é o novo materialismo? *(Des)troços: Revista De Pensamento Radical*, 2(2), 188-219. <https://doi.org/10.53981/destroos.v2i2.36348>

Gergen, Kenneth (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.

Gergen, Kenneth (1997). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Harvard University Press

Gergen, Kenneth (2023, setembro). Fala de abertura (T. Emerson & F. Rasera). Comunicação apresentada no evento de lançamento do livro “Diálogos sobre Construcionismo Social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez”. *Youtube*. <https://www.youtube.com/watch?v=sbuF3W3MZCI>

Gergen, Kenneth, & Rasera, Emerson F. (2023). Diálogo com Kenneth Gergen. In Mariana Prioli Cordeiro, Felipe Tavares Paes Lopes, Jacqueline I. M. Brigagão, & Emerson F. Rasera (Orgs.), *Diálogos sobre Construcionismo Social: Entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez* (1ª ed., pp. 29-50). CRV; IPUSP.

Holbraad, Martin & Pederson, Morten A. (2017). *The Ontological Turn*. Cambridge University Press.

Ibáñez, Tomás (2003). La construcción social del socioconstruccionismo: Retrospectiva y perspectivas. *Política y Sociedad*, 40(1), 155-160. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0303130155A>

Íñiguez, Lupicinio (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era “postconstruccionista” *Athena Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 8, 523-534. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n8.235>

Law, John & Mol, Annemarie (2008). The actor-enacted: Cumbrian sheep in 2001. In Carl Knappett & Lambros Malafouris (Orgs.), *Material Agency: Towards a non-anthropocentric approach* (pp. 57-77). Springer.

- Meillassoux, Q.** (2006). *Após a finitude*: Ensaio sobre a necessidade da contingência. Editora 7 letras.
- Méllo, R. P., Spink, M. J., & Menegon, V. M.** (2016). Redes em conexão com a teoria ator-rede na psicologia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 423-432. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p423>
- Mol, Annemarie** (1999). Ontological Politics: a word and some questions. In John Law & John Hassard (Orgs.), *Actor Network Theory and after* (pp. 74-89). Blackwell Publishing.
- Mol, Annemarie** (2002). *The body multiple*: Ontology in medical practice. Duke University Press.
- Martins, Mário Henrique M., Tavanti, Roberth M., & Spink, Mary Jane, P.** (2016). Versões de vulnerabilidade em artigos científicos brasileiros sobre desastres ambientais. *Athenea Digital*, 16(3), 347-366. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.200>
- Menezes, Luiza C. & Guanaes-Lorenzi, Carla** (2016). Sentidos de família construídos com profissionais de saúde na Estratégia de Saúde da Família. *Athenea Digital*, 16(3), 401-421. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2013>
- Noys, B.** (2011). *The Discreet Charm of Bruno Latour, or the Critique of 'Anti-critique'*. Centre for Critical Theory, University of Nottingham. http://www.academia.edu/1477950/The_Discreet_Charm_of_Bruno_Latour_or_the_critique_of_anti-critique
- Queiroz, V.** (2023). A voadeira mágica de Mauro Almeida. *Revista de Antropologia*, 66, e203374. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.203374>
- Souza, I. M. de A.** (2015). A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. *Ilha Revista de Antropologia*, 17(2), 49-73. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p49>
- Souza, Laura V. & Moscheta, Murilo S.** (2016). Ética e diferença no processo de pesquisa com grupos de conversações públicas. *Athenea Digital*, 16(3), 327-346. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1829>
- St. Pierre, Elizabeth A.** (2017). Post qualitative inquiry: The next generation. In Norman K. Denzin & Michael D. Giardina (Eds.), *Qualitative inquiry in neoliberal times* (pp. 37-47). Sage.

II

INDAGAÇÕES METODOLÓGICAS:

NOVAS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

TRABALHANDO COM A METODOLOGIA DO “RITMOS DA VIDA” PARA A CONSTRUÇÃO DE INTELIGIBILIDADES DE PÊSQUISA

Cintia Bragheto Ferreira

“Canta, canta minha gente
Deixa a tristeza pra lá
Canta forte, canta alto
Que a vida vai melhorar”
(*Martinho da Vila, 1974*)

Iniciamos este capítulo refletindo sobre a produção do conhecimento em pesquisas científicas. Para tanto, nos orientamos pelo construcionismo social, pela perspectiva da *arts-based research* e pela metodologia do “Ritmos da Vida”, além dos tempos futuro e presente. Esses tempos são tomados enquanto fronteiras que participam de nossas práticas de pesquisa.

O construcionismo social pode ser entendido como um movimento sensível e poroso, produzido por múltiplos(as) autores(as) e em contínua transformação do conjunto de ideias sobre a construção social da realidade (Cordeiro *et al.*, 2023). A partir dessa orientação, o futuro pode ser tomado como um tempo a ser (re)construído que convida a nos localizarmos no presente, enquanto tempo vivido no cotidiano, impulsionando-nos para a produção de formas futuras de conhecimento.

Para percorrermos esse caminho presente-futuro de inventividade, nos ancoraremos na perspectiva da *arts-based research* (Leavy, 2015) e na metodologia conhecida como “*Ritmos da Vida*” (Müller, 2011) enquanto recursos para a produção

de inteligibilidades de pesquisa entre os diferentes atores participantes da produção do conhecimento. Ao final, esperamos que essa jornada ofereça possibilidades de pesquisas ampliadoras de solidariedade e pertencimento.

Enquanto tempo presente, convivemos com tradições que são cultural, relacional e contextualmente situadas (McNamee, 2020). Por isso, nos importa a contextualização histórico-social e cultural em que vivemos, pois ela nos informa onde estamos e para aonde podemos seguir. Atualmente, vivemos uma incrível rapidez e imprevisibilidade de mudanças; antagonismos religiosos e econômicos, dentre outros, marcados por conflitos cada vez mais mortais; nações interessadas preferencialmente em seu próprio bem-estar, em detrimento de necessidades globais, com ações coletivas deixadas em segundo plano (Gergen, 2021).

Considerando a pandemia de Covid-19 e um mundo com o novo coronavírus enquanto marcadores para a reflexão sobre o tempo presente, tivemos a revelação de que estamos todos juntos, mas, na mesma intensidade, nos falta capacidade de união. Portanto, vivemos em um mundo fora de controle, porém, a aposta e o desenvolvimento de práticas relacionais emergem como possibilidades para o desenvolvimento de futuros mais viáveis (Gergen, 2021).

No tempo presente e suas formas mais legitimadas e conhecidas de se produzir conhecimento, nos deparamos com as noções clássicas de ciência ou pesquisa tradicional, as quais propõem: o pesquisador como elemento central para a construção de protocolos confiáveis e condução de pesquisas; os participantes dos estudos tratados como objetos a serem desvendados e os resultados definidos como entidades objetivas e capazes de espelhar a realidade (McNamee, 2020; McNamee & Hosking, 2012). Contudo, são formas de produção de conhecimento que não ampliam os limites atualmente impostos na realidade cotidiana vivida (Gergen, 2021).

Todavia, as práticas relacionais emergem enquanto alternativa viável para vivermos o tempo futuro. Mais recentemente, inclusive, tem havido o investimento no uso do termo construcionismo relacional como concorrente para construcionismo social, com o intuito de legitimar os processos relacionais como *locus* potente de construção de multiplicidades de vidas e relações (McNamee & Hosking, 2012). Contudo, neste capítulo, optamos pela utilização da terminologia construcionismo social, visto que nosso interesse não está centrado em uma discussão epistemológica, mas, nos efeitos do discurso construcionista para a produção do conhecimento científico.

No âmbito da produção do conhecimento científico, o construcionismo social convida pesquisadores ao entendimento de que as pesquisas nascem: dos relacionamentos e das formas de conversar dos envolvidos nos estudos; das escolhas metodológicas definidas de maneira reflexiva entre pesquisador e participantes; de que existem verdades prováveis (McNamee, 2020; McNamee & Hosking, 2012) e de que o conhecimento científico não representa de maneira fidedigna a realidade,

mas é condição para sua produção, visto que a linguagem dá forma aos sentidos, mas também é formatada relacionalmente pelos indivíduos (Cordeiro *et al.*, 2023).

Portanto, ao refletirmos sobre a noção de ciência tradicional e de ciência orientada pelo movimento construcionista social, temos: o foco na ciência e no pesquisador passa para o processo de desenvolvimento do conhecimento; o protocolo de pesquisa emerge da negociação entre pesquisador-participantes; os dados e os resultados passam a ser considerados como processo; o controle passa a ser constituído por estruturas mínimas ou mesmo articulado aos desdobramentos do processo de pesquisa; o método ganha formas de práticas em contexto; a confiabilidade é entendida como generatividade, isto é, em como o conhecimento auxilia a comunidade a caminhar junto e a validade está atrelada a como a pesquisa pode ser útil para as comunidades locais (McNamee, 2017). Portanto, é possível afirmar que o construcionismo social alterou, pelo menos nos espaços sensíveis à epistemologia construcionista, as práticas de pesquisa acadêmicas, com reverberações ainda na atualidade (McNamee *et al.*, 2023).

Considerando os valores que constituem a ciência tradicional e a ciência orientada pelo construcionismo social, nos visualizamos na travessia presente-futuro para a produção do conhecimento. Nesse caminho, nos deparamos com os valores que constituem a ciência performativa social que, ao ser composta por performances artísticas diversas na execução de um protocolo de pesquisa (Gergen, 2001), pode convidar a colaborações produtivas (Gergen & Gergen, 2011).

Tomando como referência que o tempo presente e a ciência performativa social nos convidam à construção de formas mais inventivas, múltiplas e diversas para a produção do conhecimento, ofertamos o caminho das diversas formas de expressão da arte para essa jornada. A arte pode promover: diálogos; entendimentos (Leavy, 2015; Paschoal & Grandesso, 2014; Rasera *et al.*, 2004); engajamentos relacionais inventivos; autonomia; ampliação de identidades; início e encerramento de conversas de pesquisa (Ferreira, 2022); enriquecimento de dados e ampliação das abordagens tradicionais de pesquisa (Leavy, 2015).

A perspectiva da *arts-based research* propõe que a arte seja entendida como produto sócio-histórico dos contextos de sua produção. É uma abordagem que utiliza ferramentas como poesia, história, dança, teatro, filme e artes visuais que, empregadas de maneiras inventivas, podem contribuir com os processos de mudança das pessoas que conversam (Ferreira, 2022; Leavy, 2015).

Em nossa prática de pesquisa cotidiana no campo da psicologia social e saúde, temos buscado pistas para inovar nos modos como construímos nossas propostas de pesquisa e em como as executamos. Neste tempo presente, temos percebido que propor conversas de pesquisa ancoradas exclusivamente em roteiros semiestruturados de entrevista, desvinculados da arte, por exemplo, têm restringido nossas formas de produzir conhecimento.

Trabalhamos com pessoas que convivem com condições crônicas de saúde, as quais frequentemente representam desafios à autonomia e à sobrevivência. Essas condições parecem recuperar os limites atuais que vivemos, que, quando ancorados na perspectiva relacional (Gergen, 2021), disponibilizada pela arte, podem então ser contadas, suportadas com menos sofrimento e (re)construídas (Billington, 2019).

No cotidiano presente que vivemos, selecionamos apresentar como temos trabalhado com a metodologia conhecida como “Ritmos da Vida” (Müller, 2011), aplicada a contextos de pesquisa em saúde. Esperamos que esta descrição ofereça recursos para convivermos com um futuro de ciência a ser (re)construído.

O “Ritmos da Vida” é uma metodologia ancorada nas práticas narrativas coletivas, as quais partem do entendimento de que nossas vidas podem ser contadas por meio de histórias (Müller, 2017). O processo de narrar as histórias pode ajudar as pessoas a se tornarem agentes das próprias histórias (White, 2012) e alcançarem versões novas da história (Müller, 2017).

David Denborough, ancorado na terapia narrativa proposta por Michael White e David Epston (1990) e na perspectiva de mudança social de Paulo Freire (1999), formulou as práticas narrativas coletivas (Lion, 2017). Por meio da separação da pessoa do seu problema, realizada a partir de exercícios como o de externalização do problema e o de re-autoria são buscadas as habilidades da comunidade. São compostas por metáforas cotidianas da cultura popular, tais como músicas, desenhos, dentre outros, utilizadas para auxiliar pessoas que enfrentam ou enfrentaram traumas (Denborough, 2008).

A cultura popular, rica em significados, é capaz de consolar, confortar e celebrar (Denborough, 2008). Sendo assim, o conhecimento das comunidades é fortalecido em relação ao conhecimento do especialista, além da abordagem de assuntos emocionalmente desafiadores, sem a promoção da revitimização dos participantes (Carvalho *et al.*, 2022; Hung, 2011; Nyirinkwaya, 2020), contribuindo para que as pessoas, ao contarem suas histórias, se sintam mais fortalecidas (Carvalho *et al.*, 2022; Lion & Souza, 2022; Ribeiro do Val, 2018).

Internacionalmente, é oportuno citar algumas metodologias originais, como a do “Time da Vida” (*Team of Life*). Elaborada por David Denborough (2008), utilizando metáforas esportivas, busca auxiliar crianças, jovens e adultos que testemunharam dificuldades, perdas e violência a falarem sobre o que vivenciaram, no que se agarraram e os meios de proteção utilizados frente aos desafios vividos. Outra metodologia, a “Árvore da Vida” (*Tree of life*) (Ncube, 2006), é voltada ao trabalho com crianças que sofreram violência, ficaram órfãs em decorrência do hiv/aids dos pais e, consequentemente, sem esperança.

No Brasil, temos Adriana Müller como representante das práticas narrativas coletivas. Em 2011 elaborou a metodologia denominada “Ritmos da Vida”. É uma metodologia que pode ser utilizada no contexto de trabalho grupal e individual

também. Nela, o terapeuta é convidado a reger o grupo buscando transformar os ruídos que os problemas provocam, em sintonias, que, juntos, podem compor sinfonias. Na metodologia, busca-se: sedimentar os momentos positivos das histórias das pessoas; conectar as histórias narradas e mobilizar o coletivo para lidar com os desafios experimentados pelos participantes, como os vivenciados por filhos de pais separados (Müller, 2017).

A metodologia utiliza instrumentos musicais para representar metaforicamente a identidade das pessoas, buscando auxiliá-las a lidarem com dilemas cotidianos. O processo acontece em cinco encontros, intitulados: “meu instrumento”, “minha interpretação”, “a orquestra da vida”; “entrando em sintonia” e “nossa música”. Inicialmente, é solicitado que os participantes desenhem um instrumento musical que os represente e reflitam sobre ele. No decorrer dos encontros, é pedido que as pessoas identifiquem possíveis capacidades individuais. No encontro de encerramento é solicitado que o grupo escolha uma música ou construa uma melodia que os identifique enquanto coletivo (Almeida & Müller, 2016; Müller, 2011). Assim, as músicas também agem em nós, moldando nossa identidade, nossa comunidade, nos auxiliando em nossa reação aos desafios, cocriando a mudança (Denborough, 2008).

TRABALHANDO COM O “RITMOS DA VIDA”

A metodologia do “Ritmos da Vida” tem sido por nós utilizada a partir do entendimento que é um recurso de trabalho potente, pois é adaptado à cultura brasileira. Contudo, exige o desenvolvimento de conhecimento prévio para o trabalho com grupos, visando dar visibilidade à riqueza das conversas em grupo. Temos utilizado essa proposta em pesquisas científicas, em intervenções grupais para a formação de psicólogos no campo da saúde e, no campo da terapia, com casais e individualmente também. Nesse percurso, a experimentação prévia da metodologia em contextos de sala de aula e/ou em estudos pilotos têm sido bastante útil para a construção dos contextos das conversas. Além disso, optamos pelo “Ritmos da Vida” para trabalharmos com profissionais de saúde, principalmente da área de enfermagem, atuantes da atenção primária, secundária, terciária e de unidades de urgência e emergência.

Na atenção primária e secundária, devido a uma maior previsibilidade dos casos a serem atendidos, a metodologia tende a acontecer em cinco encontros. Em contrapartida, o ritmo de trabalho frequentemente imprevisível das unidades de urgência e emergência e de atenção terciária, como nos hospitais, tem requerido adaptações frente à proposta original.

No campo da produção do conhecimento científico, temos feito condensações de modo a garantir que as cinco etapas ocorram em quatro (Ferreira & Ferreira, 2022) ou até em dois encontros (Silva, 2023). Nos campos de pesquisa, o acesso

aos participantes ocorre após as autorizações necessárias das chefias, quando, então, são diretamente convidados. Os trabalhadores, salvo intercorrências no trabalho, participam de todos os encontros propostos. Nos campos de prática de estágio profissionalizante em Psicologia, os convites para participação ocorrem também mediados pelas chefias dos trabalhadores. Contudo, muitas vezes, os gestores escolhem os trabalhadores que participam das oficinas.

De todo modo, percebemos que o convite para conversar mediado pela metáfora musical e do desenho é de fácil entendimento e oportuniza leveza e disponibilidade dos participantes em compartilharem suas experiências, concordando com Müller (2017), ao afirmar que a música é capaz de conectar pessoas de culturas diversas.

Em nossa experiência de utilização do “Ritmos da Vida” com profissionais atuantes em contexto de residência terapêutica, participaram profissionais mulheres, para caracterização dos desafios e potencialidades experimentados no trabalho. Na referida pesquisa (Ferreira & Ferreira, 2022), o “Ritmos da Vida” foi organizado em quatro encontros: “meu instrumento” e “minha interpretação”, trabalhados no primeiro encontro; “a orquestra da vida”; “entrando em sintonia”; e “nossa música”, no último encontro (Müller, 2011).

Inicialmente, para a pesquisadora, foi difícil, pois, ao chegar à residência, ainda que em horário agendado, as trabalhadoras seguiam seus afazeres. A dificuldade das profissionais esteve relacionada a falar sobre o cotidiano de trabalho na residência terapêutica (Ferreira & Ferreira, 2022).

Contudo, os assuntos trabalhados na primeira etapa das oficinas proporcionaram um momento para as participantes resgatarem suas potencialidades por meio de instrumentos musicais como: violão, viola, guitarra, flauta e violino. Posteriormente, passaram de suas histórias particulares para a construção de uma orquestra, discorrendo sobre valores tais como: respeito das diferenças, sintonia, empatia, compreensão, amizade, parceria e complementaridade (Ferreira & Ferreira, 2022). Nesses momentos de interações face a face, as vozes ativas construíram a noção de colaboração, resultante de um processo de negociação situado em um espaço de interpeçoalidade histórico-socialmente constituído (Spink & Medrado, 2013).

Na segunda etapa, foram relatadas dificuldades que a orquestra enfrenta cotidianamente, como a diferença de idade e o cansaço que o trabalho ocasiona; entretanto, se caracterizaram como um grupo harmônico, que preza pelo respeito. Relataram também que a falta de harmonia é mais relacionada aos moradores do que entre a própria equipe. A falta de harmonia parece ser combatida com algumas práticas mecanicistas, como o cuidado associado à oferta das refeições, a medicação, o banho e a troca de fraldas. Dentre os desafios relatados destacaram-se, ainda, a vinculação do morador à sua família de origem, a falta de inovação nas práticas de cuidado e a dificuldade de ter um olhar abrangente de toda a casa (Ferreira & Ferreira, 2022).

Em contrapartida, na terceira etapa, as participantes relataram tentativas de construção de práticas de cuidado mais associadas ao desenvolvimento da autonomia dos moradores. Dentre elas, ensiná-los a pegar água de forma independente na cozinha (Ferreira & Ferreira, 2022).

As oficinas foram finalizadas com a criação da música: “Viver, sonhar, trabalhar, cuidar, aprender/Ser forte por dentro e por fora/Transformar, respeitar, ter carinho e fé/Caminhar/De uma humanidade melhor/Com mais bondade, mais respeito e mais caráter/Doar e receber/O que é normal?/Quem é normal?/Normal é doar, receber e respeitar/Ter menos mágoas dos acontecimentos”, revelando versões de mundo laborais mais associadas aos preceitos da Reforma Psiquiátrica (Ferreira & Ferreira, 2022). Além disso, demonstraram que palavra e som podem coexistir e expressar as emoções vividas no cotidiano (Novis & Cascarani, 2019).

Seguindo a produção de conhecimento científico ancorada no “Ritmos da Vida”, trabalhamos com enfermeiras, de maneira remota, atuantes na Covid-19 e síndrome pós-Covid-19, com o intuito de compreender como a referida metodologia poderia contribuir com as participantes para lidarem com possíveis sofrimentos vividos, tais como: o medo de se infectarem e infectarem seus entes queridos; a surpresa decorrente dos impactos avassaladores da Covid-19 na saúde das pessoas infectadas e a falta de treinamento para cuidar de pacientes com síndrome pós-Covid-19 (Silva & Ferreira, 2023).

Considerando o modelo remoto e o ritmo exaustivo de trabalho das profissionais participantes, as oficinas foram organizadas em dois encontros. Em virtude das condições sanitárias, o estudo foi realizado de maneira *online*. No primeiro deles, foram trabalhadas as etapas: “meu instrumento”, “minha interpretação”, “a orquestra da vida” e, no segundo, as etapas “entrando em sintonia” e “nossa música” (Silva, 2023).

No primeiro encontro, as participantes escolheram o violão, a arpa e o piano como instrumentos para representá-las. Pessoas queridas, vivas e falecidas, animais de estimação e o trabalho foram lembrados, associados a desafios e aprendizagens. Além disso, sonhos foram associados a uma família feliz, à manutenção da própria saúde, um ambiente de trabalho respeitoso e capaz de valorizar seus trabalhadores. Contudo, as memórias foram associadas a se tornarem pessoas mais fortes. Em relação à Covid-19, as participantes relataram como precisaram ser corajosas para vivenciar inúmeras perdas, dúvidas, medos, ansiedade e solidão. Em contrapartida, resgataram a calma atual. Ao final, ao serem convidadas a pensarem em uma mensagem para seus colegas de profissão, a música “Raridade” (Freire, 2013) foi escolhida e o encontro encerrado (Silva, 2023).

No segundo encontro, foram resgatadas a desvalorização da Enfermagem enquanto profissão e o desejo de proporcionarem uma vida melhor para seus familiares. Posteriormente, ao avaliarem os encontros, relataram o quanto aprenderam,

pois tiveram a oportunidade de narrar momentos nunca revelados. Ao final, a pesquisadora responsável pela condução dos encontros apresentou o refrão que construiu adaptado da música “Raridade” (Freire, 2013), o que despertou emoção em todas as pessoas participantes, inclusive na pesquisadora, que também é enfermeira e atuou na linha de frente de enfrentamento da Covid-19 (Silva, 2023).

Considerando a metodologia “Ritmos da Vida” enquanto recurso útil para inovarmos em nossos fazeres de pesquisa e a relevância das práticas narrativas coletivas para auxiliarem pessoas a lidarem com traumas (Denborough, 2008), ofertamos alguns caminhos para a utilização da metodologia no campo da pesquisa:

1. Interesse e crença nas artes como dispositivos de produção do conhecimento científico;
2. Ancorar-se no pressuposto de que é um trabalho realizado com as artes musicais e visuais, que ampliam a criatividade e a inovação em conversar. Além disso, desenvolve a cultura de que as artes são acessíveis a todos os indivíduos;
3. Reconhecimento de que o “Ritmos da Vida” pode ser útil para trabalhos ancorados na perspectiva de que pesquisa e intervenção fazem parte de um mesmo processo;
4. Responder qual seria a importância do “Ritmos da Vida” para o estudo em questão;
5. Utilidade da metodologia, considerando suas devidas adaptações, tanto para encontros presenciais quanto remotos;
6. Considerando a construção dos dados em grupo, recomenda-se que o pesquisador-artista construa conhecimento prévio de teoria e prática de grupo;
7. Exercitar estudo piloto com o intuito de adequar a metodologia ao contexto do estudo-intervenção;
8. Trabalhar com a metodologia combinada com outras estratégias de produção de dados, tais como diários de campo e entrevistas semiestruturadas, construídas coletivamente com a comunidade, pois juntas são potentes para o enriquecimento dos dados;

9. Definir as possibilidades de devolutiva e utilidade do estudo para a comunidade envolvida, incluindo a própria comunidade, de modo que o texto possa alcançar outros possíveis públicos;
10. Planejar e executar a divulgação do estudo realizado em periódico e evento científicos.

Convidamos você, leitor(a), a refletir sobre os caminhos que ofertamos para o trabalho com o “Ritmos da Vida” enquanto recurso capaz de auxiliar a desenvolver pesquisas em sintonia com a perspectiva construcionista social de produção do conhecimento. Ressaltamos a importância de que cada leitor(a) também possa somar caminhos a esta jornada inspiradora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a metodologia conhecida como “Ritmos da Vida” é apresentado neste capítulo como um potente recurso para a ampliação dos modos de planejar e executar propostas de pesquisa e pode ser adaptado em função dos diferentes cenários de pesquisa, disponibilizando assim aberturas frente ao esgotamento que geralmente experimentamos ao conversar baseados apenas em métodos, construídos de formas tradicionais e, muitas vezes, desenvolvidos a partir de uma perspectiva bastante positivista e que visa, em suma, “retratar” uma “realidade”, o que pode ser questionado pela perspectiva construcionista.

Contudo, o “Ritmos da Vida” exige uma maior temporalidade para ser desenvolvido quando comparado aos modos tradicionais de fazer pesquisa, o que exige das equipes adaptações em seus cronogramas. Apesar dessa limitação, disponibiliza que a comunidade desenvolva novas possibilidades de conversar sobre seus problemas e, a partir disso, construir mudanças.

De todo modo, nos parece que, para seguirmos construindo pesquisas úteis e geradoras de possibilidades para comunidades e pesquisadores, precisaremos permanecer interessados em delineamentos de pesquisas ancorados em perspectivas relacionais. Esperamos que este capítulo convide seus(uas) leitores(as) a terem esperança em futuros de pesquisa mais em sintonia com as necessidades das comunidades com as quais trabalhamos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, B. B. & Müller, A.** (2016). Jardim de flores: Uma experiência com grupos familiares no contexto da socioeducação. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(49), 73-87. <https://revistanps.com.br/nps/article/view/67>
- Billington, K.** (2019). Contos folclóricos: Novos horizontes para a terapia narrativa. In A. L. Novis (Org.), *Dando asas às narrativas: O encontro das histórias de vida com as narrativas literárias em diferentes contextos* (pp. 72-100). Jaguatirica.
- Carvalho, A. S., Araújo, L. P. C. R., Queiroz, A. C. O. & Guimarães, L. A.** (2022). Grupo com crianças no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Inspirado pelas práticas narrativas coletivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(72), 23-37. <https://doi.org/10.38034/nps.v31i72.649>
- Cordeiro, M. P., Lopes, F. T. P., Brigagão, J. I. M., & Rasera, E. F.** (2023). Uma breve introdução ao movimento construcionista. In *Diálogos sobre construcionismo social* (pp. 13-28). CRV; IPUSP.
- Denborough, D.** (2008). *Práticas narrativas coletivas: Trabalhando com indivíduos, grupos e comunidades que vivenciaram traumas*. Dulwich Centre Publications.
- Ferreira, C. B.** (2022). Construindo dados com as artes. In S. M. Barroso (Org.), *Pesquisa em psicologia e humanidades: Métodos e contextos contemporâneos* (pp. 171-185). Vozes.
- Ferreira, C. D. S. & Ferreira, C. B.** (2022). Residência terapêutica: Permanências e rupturas no trabalho. *Psicologia em Estudo*, 27, 1-10. <https://doi.org/10.4025/psicoles-tud.v27i0.49795>
- Freire, Anderson** (2013). Raridade. *Essência* [Álbum]. MK Music.
- Freire, Paulo** (1999). Making history and unveiling oppression. *Dulwich Centre Journal*, 3, 37-39. https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2015/12/Making_history_and_unveiling_oppression_by_Paulo_Freire.pdf
- Gergen, K. J.** (2021). *The relational imperative: Resources for a world on edge*. Taos Institute.
- Gergen, M.** (2001). *Feminist reconstructions of psychology: Narrative, gender & performance*. Sage.
- Gergen, M. M. & Gergen, K. J.** (2011). Performative social science and psychology. *Forum: Qualitative Social Research*, 12(1), 291-299. <https://www.jstor.org/stable/23032295>
- Hung, S. S. L.** (2011). Collective narrative practice with rape victims in the chinese society of Hong Kong. *International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 14-31. <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.870589297245238>
- Leavy, P.** (2015). *Method meets art: Arts-based research practices*. The Guilford Press.
- Lion, C. M.** (2017). Caminhando no contexto das práticas colaborativas e narrativas: experiências profissionais transformadas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(57), 21-36. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-78412017000100003&script=sci_arttext
- Lion, C. M. & Souza, L. V.** (2022). Terapia narrativa: aspectos relevantes sobre o processo e a relação terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(74), 18-35. <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.687>
- McNamee, S.** (2017). Pesquisa como construção social: Investigação transformativa. In M. A. Grandesso (Org.), *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos*

e populações: Um diálogo entre teoria e práticas (pp. 459-478). CRV.

McNamee, S. (2020). Relational research (trans)forming practices. In M. Ochs, M. Borcsa, & J. Schweitzer (Orgs.), *Systemic research in individual, couple, and family therapy and counseling* (pp. 115-124). Springer.

McNamee, S. & Hosking, D. M. (2012). *Research and social change: A relational constructionist approach*. Routledge.

McNamee, S., Rasera, E. F., & Martins, P. (2023). *Practicing therapy as social construction*. Sage.

Müller, A. (2011). *Ritmos da vida*. Dulwich Centre. https://dulwichcentre.com.au/wp-content/uploads/2014/08/Ritmos_da_Vida.pdf

Müller, A. (2017). “Ritmos da vida”: Ajudando crianças na superação da separação. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22(45), 35-47. <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/229>

Ncube, N. (2006). The Tree of Life Project: Using narrative ideas in work with vulnerable children in Southern Africa. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 3-16. <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.197106237773394>

Nyirinkwaya, S. (2020). Games, activities and narrative practice: Enabling sparks to emerge in conversations with children and young people who have experienced hard times. *The International Journal of Narrative Therapy and Community Work*, 1, 35-45. <https://search.informit.org/doi/10.3316/INFORMIT.066538358989484>

Novis, A. L. & Cascarani, A. P. (2019). Letra e música – o projeto em canto. In A. L. Novis

(Org.), *Dando asas às narrativas: O encontro das histórias de vida com as narrativas literárias em diferentes contextos* (pp. 247-263). Jaguatarica.

Paschoal, V. N. & Grandesso, M. A. (2014). O uso de metáforas em terapia narrativa: Facilitando a construção de novos significados. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(48), 24-43. <https://revistanps.com.br/nps/article/view/48>

Rasera, E. F., Vieira, E. M., & Japur, M. (2004). Influence of gender and sexuality on the construction of being HIV positive: As experienced in a support group in Brazil. *Families, Systems & Health*, 17(3), 340-351. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/1091-7527.22.3.340>

Ribeiro do Val, E. (2018). Pipa corporativa: Uma ferramenta da terapia narrativa aplicada às famílias empresárias. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61), 100-119. <https://doi.org/10.38034/nps.v27i61.413>

Silva, A. M. (2023). *Rastros da Covid-19: desafios, conhecimentos e habilidades de enfermeiras da linha de frente*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG].

Silva, A. M. & Ferreira, C. B. (2023). Desafios e construção de conhecimentos por enfermeiros na assistência às pessoas com síndrome pós-covid 19. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 32, e20230018. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0018en>

Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2013). Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). Edição Virtual.

Vila, Martinho da (1974). *Canta canta, minha gente. Revisitando meus clássicos* [Álbum]. RCA Victor.

White, M. (2012). *Mapas da prática narrativa*. Pacartes.

White M. & Epston D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. Dulwich Centre Publications.

MEMÓRIAS, NARRATIVAS E A PESQUISA CONSTRUCIONISTA

Jefferson Bernardes

Neste capítulo exploro algumas relações entre memórias e narrativas, interpe-lando como, a partir de uma leitura construcionista, podemos avançar nas pesquisas sociais. Considero memórias e narrativas fenômenos do campo da linguagem social, coletivamente compartilhados e correlacionados. Nessas correlações, como dispositivos da memória, destaco a importância e a potência dos esquecimentos e dos silêncios, comumente interpretados como falha do psiquismo individual, indicando que tanto os esquecimentos quanto os silêncios, permitem a construção de novas narrativas, produzindo sentidos e efeitos os mais diversos no cotidiano das pessoas. O percurso para estas reflexões será realizado em diálogo com a literatura (Italo Calvino), as artes visuais (Joan Miró) e a poética (Manuel de Barros). Problemático, ao final, o que as maneiras de registrar, armazenar e recuperar informações costumeiramente trabalhadas na pesquisa social têm a ver com a pesquisa construcionista.

MEMÓRIA, LITERATURA, ARTES PLÁSTICAS E POÉTICA

Para iniciar o trabalho com memória, inspiro-me em três fontes oriundas de meios artísticos distintos: literatura, artes visuais e poesia. Logo após, apresento uma das formas como o construcionismo social, por meio do trabalho sobre memória social de Félix Vasquez (2001), aborda este conceito.

Primeiramente, para abrir o diálogo com a literatura, trago a obra “*Cidades Invisíveis*” do escritor Italo Calvino (1990). É um desses livros que não possuem começo, meio ou mesmo fim. Podemos lê-lo da maneira que quisermos, sem ordens preestabelecidas.

O livro é uma conversa entre Kublai Khan, neto do famoso Gengis Khan, imperador mongol, detentor do maior império em extensão territorial de toda a história da humanidade, com o comerciante e navegador italiano Marco Polo. Duas pessoas que se encontram e passam a dialogar sobre as muitas cidades visitadas por Marco Polo. Khan, de tão vasto e extenso que é seu império, é aquele que não consegue sair. Marco é justo seu oposto: é aquele que sai a todo o momento. Um devir fixo e um devir nômade se encontram e produzem belas histórias sobre cidades fantásticas, imaginárias, reais, afetuosas, desesperadas... invencionices puras!

Um desses contos é a cidade de Zora. Calvino (1990) descreve a memória que tudo guarda dessa cidade. Quem a viu uma vez, jamais a esquecerá. Não porque possua imagens extraordinárias, belas ou raras, e sim porque tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto. Não se elimina Zora da cabeça e isso vira uma armadura, uma prisão. Aquelas e aqueles que conhecem Zora de cor são consideradas/os os seres mais sábios/as do mundo. Surpreendentemente, conclui Calvino (1990, p. 10): “foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo”. Ficou retida somente na memória de viajantes que a conheceram.

Nas histórias que narramos no cotidiano, encontramos muitas cidades, territórios que se apresentam diferentes a cada narrativa. O que se narra em determinado contexto e o que se esquece em outro, inventam muitas São Paulos ou mesmo muitas Olho D'Água do Casado, cidade lá do interior de Alagoas. Calvino nos brinda com cidades que ganham beleza e relevo dependendo dos ouvidos de quem ouve suas histórias. A cidade não é a mesma para diferentes ouvidos/olhos. Ao contrário de Zora, que caiu no esquecimento nas tentativas de fixar-se no tempo e no espaço, a memória deve ser viva, criar espaços abertos, vazios, esquecimentos, silêncios. Não num jogo de armazenamento e recuperação, mas de criação e poder. Paradoxalmente, parece que só assim a memória se mantém.

Para Nathália Silva (2018), Calvino propõe uma teoria da memória por meio das *Cidades Invisíveis*. A autora afirma que espaço, tempo e imaginação são os marcadores da memória na referida obra. O espaço, por exemplo, é o marcador por excelência da memória. As conversas entre Khan e Polo se dão sempre em espaços específicos:

Mas o que Kublai considerava valioso em todos os fatos e notícias referidos por seu inarticulado informante era o espaço que restava em torno deles, um vazio não preenchido por palavras. As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível se perder, parar para tomar ar fresco ou ir embora rapidamente. (Calvino, 1990, p. 19)

Boa parte das cidades narradas por Polo é feita de fragmentos, que podem ser vistos como símbolos facetados da memória, permanentemente esburacada, tênue, porosa, fracionada. É nessa descontinuidade que o espaço pode se comportar como memória.

O espaço é descontínuo, mas o tempo é contínuo e, em contraponto, desordenado (Silva, 2018). O tempo como marcador da memória não é linear, nem fixo. Nas viagens de Polo, o passado varia, se atualiza e se reatualiza de acordo com o caminho seguido. O passado do viajante é lembrado e interfere tanto no presente (pois muda conforme a viagem) quanto no futuro (pois é criado a partir da chegada a uma nova cidade).

De certa maneira, aproxima-se da concepção bergsoniana de memória que apresenta dimensões mais psicológicas e subjetivas aos processos mnemônicos. Myrna Guimarães (1989) afirma que a conservação do passado implica, para Bergson, certa inconsciência, enquanto lugar metafísico das puras lembranças. É isso que possibilita que passado e presente sejam significados conforme as sensações vivenciadas em determinado evento (Silva, 2018).

Apesar de desordenado e subjetivo, o tempo é contínuo, por meio da duração: “O passado se ‘atualiza’ à medida que avança, ou seja, ele está sempre presente e se prolonga em um passado ‘atual’, residindo nele a duração. Pode-se compreender, então, que a duração retém em si a própria ideia do que se entende por memória, seguindo o fluxo contínuo de um tempo indivisível” (Silva, 2018, p. 54).

Em outras palavras, o passado se atualiza e se modifica de acordo com a narrativa e as leituras todas que fazemos de cada evento, ou dos caminhos que percorremos em cada viagem, mas também de acordo com os ouvidos de quem escuta. Esse processo não é individual. O espaço e o tempo são fundamentais para que viajantes construam sua própria memória, por meio das memórias produzidas nas relações com outras pessoas.

O terceiro marcador para Silva (2018) é a imaginação. A memória é produzida não somente com o que foi real, mas com o que imaginamos que seria real. O ato de narrar e de rememorar produz imagens e nos faz atribuir sentido onde antes não havia. Nos contos de Calvino, na cidade de Zirma, por exemplo, viajantes retornam com memórias diferentes sobre a mesma situação. Imaginação e lembrança são colocadas em um mesmo nível.

Retomo o exemplo de Zora, baseado em Bergson, pois o que é memorizado nela são as imagens, considerando que não somente se decora a cidade inteira, mas em cada lembrança o/a habitante se imagina nela. “Zora, enquanto ‘a cidade que não se elimina da cabeça’, traz para Marco Polo a ideia de busca pela memória, de passado no presente” (Silva, 2018, p. 60).

A imaginação, criação e os espaços em branco deixados pelas narrativas fazem parte de suas construções. O/A leitor/a ou o/a escutador/a preenche os tempos

e os espaços de suas cidades, como se as visitasse e revisitasse a todo momento, feito não somente engenheiro/a, arquiteto/a, construtor/a, mas também e, por excelência, habitante. Articula-as a outras questões e acontecimentos de sua própria vida. Esse processo é sempre coletivo e está marcado por uma linguagem ordinária, cotidiana, que as pessoas destas cidades usam.

Nossas memórias apresentam histórias contadas e recontadas a todo momento. Histórias que modificam passado, presente e futuro. Histórias que se transformam, dependendo de quem é interlocutor ou interlocutora, do contexto, do tempo. Uma comédia onde antes era uma tragédia. Um escracho no lugar do respeito, uma esperança onde não havia nada. Seguramente, muitos e muitas de nós conferem tons distintos nas histórias que contamos e recontamos.

A segunda inspiração para trabalhar memórias vem das artes visuais. Se fosse representar visualmente a relação entre memórias e narrativas, seguramente seria a imagem abaixo feita pela Alícia, minha filha (Figura 1). Solicitei a ela uma capa para meu memorial para progressão funcional de professor titular. Pedi a ela que lesse o memorial e se inspirasse nele. A meu ver, a ilustração de Alícia traduz o que eu queria produzir: espaços em branco, vazios deliberadamente deixados ali, para que cada pessoa os preenchesse como quisesse, caso desejasse. Que cada um/a produzisse suas próprias imagens, que poderiam se modificar com o tempo e com o contexto.

Inspirada no catalão Joan Miró (e, também, em Calvino), a gravura de Alícia é assim, generosa, deixa a imaginação ganhar asas. Retira espectadores/as de posições passivas de contemplação e os/as insere na obra, provocando afetações as mais diversas. Convida a preencher os vazios com novos traços, novas imagens, produzindo novos caminhos e histórias. Gosto de textos que sejam um convite a isso: escrever e reescrever novas histórias conjuntamente a todo o momento.

Miró, inspirador da imagem, é um contador de histórias pelas artes visuais. Ao deixar espaços abertos entre as linhas, chama os/as espectadores/as a preenchê-los, usando sua imaginação e fantasia. Poucas linhas abstratas, cores primárias e muitos espaços vazios distanciando-se sempre de leituras realistas na pintura. A meu ver, Miró está para as artes visuais como Calvino está para a literatura.

Vale lembrar que a memória é sempre escapista e inventa pontes em lugares vazios a todo momento. Assim, no campo da poesia, minha terceira inspiração, a licença poética é sempre a força motriz de contadores/as de histórias. A invenção da memória não tem a ver com a mentira: é o possível de ser realizado, em determinado contexto, produzindo sentidos diversos. Em célebre frase, Manuel de Barros (1996, p. 67) fala desta questão: “Tudo que não invento é falso”. O poeta contrapõe invenções da memória às mentiras. Provavelmente em alguns casos as memórias não sejam reais, mas não significa dizer que sejam mentirosas. As invenções da memória às vezes são maneiras de darmos algum sentido à existência.

Figura 1: Capa do Memorial para Professor Titular



Autoria: Alícia Schaeffer Bernardes, 2022.

Manuel de Barros é um brincante das palavras. As inventa com sensibilidade, envoltas em peraltices. Seus poemas são invenções, brincadeiras com o vernáculo, com a linguagem, produzindo efeitos diversos. Barros faz na poesia movimento parecido com Miró nas artes visuais ou Calvino na literatura: convida o/a leitor/a a participar da interpretação da obra, de seu preenchimento ou esvaziamento, visto que boa parte de suas palavras são imaginárias. Ele brinca com as palavras, e isso permite criar muitas possibilidades e efeitos de linguagem. Silva (2018) diz que Calvino brinca com as palavras e transforma seus contos em poéticas do espaço. Assim também, penso eu, o faz Barros com as palavras.

MEMÓRIAS - HUM... NÃO ME LEMBRO O SUBTÍTULO QUE DEVERIA VIR AQUI...

Como disse Ivan Izquierdo (2004), a boa memória é aquela que tem condições de esquecer. Para ele, esquecer é uma arte! A memória é saturável e é necessário esquecer, caso contrário, ficaríamos enlouquecidos/as e não conseguiríamos conviver e sobreviver. O esquecimento permite criar espaços para novas aprendizagens, imaginações e criatividade.

Para Izquierdo o esquecimento é inevitável e necessário. Precisamos sempre abrir espaços para novas memórias, pois, para ele, somos também aquilo que decidimos esquecer (Schneider, 2017). A etimologia da palavra aprender nos indica isso: a (anti, negação) + prender (estar preso, isolado). Aprender é a antítese do prender, do fixar, do imóvel. Só se aprende com a fluidez, com a transformação, com as mudanças. O que se fixa ou tenta se prender na memória, como a cidade de Zora, paradoxalmente se perde, se esquece ou se torna inútil, não se aprende.

Comumente, atribuímos ao esquecimento caráter quase sempre negativo, como uma ausência de memória. Memória e esquecimento são interdependentes, com relação intrincada e complexa, fazendo parte do mesmo processo. Identificar um esquecimento implica afirmar que ali houve uma memória, provavelmente perdida, mas presente.

Por meio do pensamento pragmático na filosofia da linguagem de Rorty (1990), do construcionismo social (Gergen, 2009) e da análise das práticas discursivas e produção de sentidos (Spink, 2013), aprendemos que a veracidade de determinado discurso vai além de seu conteúdo em si ou de sua correspondência aos “fatos”. É fundamental ir além da compreensão dos processos que tipificaram um discurso como verdadeiro, conferindo certo grau de solidez ao status produzido (verdadeiro ou falso), centrando atenção nos exercícios de poder que engendra, indo em direção à análise dos sentidos e efeitos que produz. Mesma coisa acontece com o que se recorda, conforme Vazquez (2001), cuja literalidade ou exatidão costumam carecer de importância, visto que as recordações sempre se constituem para conseguir determinadas ações pragmáticas e, por isso, variam.

O interesse é buscar analisar os sentidos produzidos no cotidiano a partir do que é rememorado, esquecido na memória social ou silenciado.

Com base no construcionismo social, não significamos memória como um processo psicológico internalista. Félix Vásquez (2001), por exemplo, a define como um fenômeno eminentemente social. A memória que Vasquez apresenta não tem a ver com uma capacidade individual, privativa, da cabeça de cada um/a, mas sim, processo e produto construído no cotidiano, em que a linguagem e a comunicação são fundamentais (Vazquez, 2001).

A memória é uma construção social que produz efeitos diretos no contexto em que se apresenta, tendo como fundamento seu caráter discursivo. A memória se constrói em cada relação mediante negociações, acordos, justificativas, ações conjuntas, sempre compartilhadas em movimento dialético. Para Vasquez (2001), a memória possui grande força simbólica e tem sido frequentemente usada para apropriar e manipular “fatos” e comumente reificada como instrumento e dispositivo museográfico para legitimar o presente.

A memória e o esquecimento são centrais para a construção (ou reconstrução) do passado, mas também do futuro (Vazquez, 2001). Como já apresentado, a memória não pode ser considerada uma série de recordações lineares compartilhadas sobre “fatos” que já ocorreram e irremediavelmente fixados no tempo. Ao contrário, segundo Rodriguez (2001), é um processo de reconstrução e resignificação de elementos vivos que reativa a realidade passada e presente e projeta o futuro.

As histórias são produzidas pelas memórias. Vale lembrar, não falo aqui de uma memória individual, interna ao psiquismo, definida a partir de um movimento de armazenamento e recuperação. Esta leitura sobre a memória destina toda dificuldade de recuperar o passado como sendo uma falha do psiquismo, seja utilizando concepções biológicas (estados degenerativos, demenciais etc.), seja por meio de concepções cognitivistas (problemas no processamento de informações) ou mesmo com leituras metapsicológicas (atos falhos).

Memorizar e esquecer são processos imbricados que auxiliam na definição e articulação da ordem social, por meio das narrativas. “Vivir en sociedad implica en *hacer memoria y hacer olvido*” (Vazquez, 2001, p. 26). Memória possui, portanto, um caráter social que é processo e produto dos significados compartilhados engendrados pela ação conjunta das pessoas em determinado contexto histórico.

A memória pode se tornar esquecimento. “Se pueden producir indiferencias, se puede rechazar la memoria, puede ser interferida, puede surgir una circunstancia catastrófica que reclame la amnesia o puede darse el silencio, que ya no sería olvido sino memoria, efervescencia sumergida” (Vazquez, 2001, p. 30). Os esquecimentos e silêncios fazem parte deste processo e auxiliam na compreensão das narrativas.

Izquierdo, em entrevista a Bezerra (2014), afirma que o esquecimento é tão importante quanto a própria preservação da memória. Para ele, a impossibilidade

de reter ou mesmo de descartar informações pode tornar a vida insuportável. Em consonância, Vazquez (2001), refere que a memória e o esquecimento produzem a continuidade e a manutenção da vida social, mas a memória não é uma restituição de um tecido perdido no passado. Ela é uma construção do presente realizada e atualizada pela linguagem e práticas sociais. Daí a importância de pensarmos memórias e esquecimentos nas narrativas.

O problema é quando a memória se transforma em história e é apropriada como patrimônio privado, desprovido de sua dimensão social. É o processo em que a memória está plena de preenchimentos, sem vazios, sem possibilidades de se transformar em outra coisa que não ela mesma. Esses são os momentos que já não se tornam mais possíveis os vazios, os esquecimentos, e produzem-se somente silenciamentos. Estados autoritários por excelência.

A partir dessa preocupação de apropriação da história, Vázquez (2001) aponta três grandes dificuldades nos estudos de memória: primeira, quando memória é reduzida a comemorações, tentando fixá-la a acontecimentos abstratos em que a dimensão humana se dissipa. É a objetificação do acontecimento, sua fixação regular no tempo e sua estabilização em um ponto determinado da história. É a história única.

A segunda dificuldade é quando a memória se torna um bem de consumo no mercado da memória, por meio de modismos e banalizações do passado. Trivialidade, rapidez no consumo, eventos atomizados e convertidos em moda. Eis a fórmula para a venda da memória. E conclui Vasquez (2001) que a criação não consegue satisfazer as necessidades de novas demandas de consumos, por isso se recicla, se reproduz.

A terceira dificuldade envolve as tecnologias da imagem e as tecnologias da informação. Todas tecnologias levaram a certa dissolução do espaço e do tempo. Os acontecimentos passam a ser simultâneos, independente do espaço, e instantâneos, em tempo real. Com as tecnologias, para Vasquez (2001), o importante passa a ser o olhar, e não a experiência. Estar frente à telinha e ver o que passa de acontecimentos. A tecnologia da imagem se opõe exatamente à tecnologia do armazenamento de dados. O mecanismo passa a ser a aceleração com que as imagens passam frente aos olhos, impulsionada por uma novidade a cada instante subsequente. Para Paul Virilo (citado por Vazquez, 2001), a tecnologia da tela desloca os seres de um espaço tópico (da experiência direta) para um espaço teletópico (distante dos lugares onde ocorrem os acontecimentos, a experiência direta).

Há, portanto, uma perda da importância do tempo longo da história em função da experiência em benefício exclusivo da novidade. Para Vazquez (2001), citando a obra de Virilo, a antiga cronologia transformou-se em dromologia, o imperativo da velocidade e da telepresença com a dinâmica da velocidade, fazendo desaparecer o espaço. Esse processo, para eles, abre a possibilidade de uma civilização do esquecimento.

Historificação (hipertrofia historiográfica), espetacularização (banalização do passado) e telepresença (velocidade e desespacialização) conduziram a uma espécie de temporalidade hipertrofiada traduzida pelo imediatismo absoluto (Rodríguez, 2001). Dessa maneira, talvez compreendamos melhor os esquecimentos e os silêncios.

Vale lembrar que passado e futuro são sempre referências para falar do presente. Entretanto, falar de algo que já passou é reconstruí-lo e fazer referência a algo que virá é sempre o redefinir. Assim, o presente perde seu caráter gerado a partir de uma ilusão do absoluto, abrindo-se para leituras das relações de poder e convertendo-se em um processo de construção pleno de sentidos diversos.

La temporalidad, el recuerdo y la imaginación, el presente, el pasado y el futuro, como resultado de actos de creación, son formas de la experiencia histórica y son siempre susceptibles de ser modificados, reconstruidos, reimaginados. Están siempre presentes en el imaginario social otorgando sentido a la existencia, que es siempre y unívocamente acción. (Rodríguez, 2001, n.p.)

MEMÓRIAS E NARRATIVAS - “PARA PEDIR SILÊNCIO EU BERRO!”

No Nordeste brasileiro em geral e em Alagoas, em particular, há uma riqueza cultural grande a alimentar os exercícios da memória por meio de tradições orais presentes nas contações de histórias e processos culturais. Da Literatura de Cordel às danças folclóricas que narram o cotidiano das populações, são todos fenômenos populares enraizados nos discursos das histórias, canções e danças. Tais manifestações populares o são porque estão nas ruas. Já me deparei com um grupo de dança de coco em uma rua sem saída na periferia de Maceió. Já topei com uma banda de maracatu no coreto de uma praça no centro da cidade. A ironia e o drama são as marcas da narrativa do Cordel. A alegria incontida é a marca das danças (Pastoril, Guerreiros, Baianá etc.) ou as vozes guerreiras bonitas que se agregam é o que caracteriza o toque (Maracatu). Há vários significados para a palavra Maracatu. Por licença poética, adoto a interpretação de Mário de Andrade (2002): *maracá* (instrumento ameríndio de percussão, vozes); *catu* (bom, bonito em tupi); ou *mara* (guerra, confusão) *emaracatú/maracatú* (guerra bonita). São sentidos próximos à suposta origem do termo a partir de encontros entre homens que deixavam suas comunidades (rupturas), mas que formavam novas comunidades (agregações) a cada ano com o intuito de promover a convivência e demonstrar destreza nos movimentos dos pés e das mãos com suas lanças.

Nas narrativas culturais, sempre apresentamos experiências as mais diversas: marcadas por rupturas, torções, fragmentos, acasos e algumas confusões, mas também, continuidades e linearidades. Produzimos, a todo momento, histórias que delimitam nossa própria realidade e cotidiano.

Nossas relações cotidianas ocorrem em espaços e tempos plenos de memórias e histórias. Como todo bom *mineirin*, gosto de um *dedipross*! Nessa direção, como falar de memórias, de nós mesmos/as, sem considerar as inúmeras possibilidades de construção da experiência em narrativas múltiplas? Como não levar em consideração, nessas narrativas, os esquecimentos e silêncios que nos convidam (ou não) a dialogar?

O ser humano é conversador e narrador. Sua existência é vinculada às histórias que conta. Claro, as histórias podem aprisionar ao fixar e enrijecer-se aos relatos trágicos da própria existência (Cecchin como citado em Grandesso, 2007). Quantas vezes ouvimos pessoas dizerem que rememorar algo trágico é um sofrimento! Mas as narrativas também possuem potência libertária. Meu trabalho como docente, por exemplo, é muito de (re)escrever, conjuntamente com estudantes e orientandos/as, novas histórias/narrativas.

Para Gergen (2006), o ser humano é sempre um contador de histórias. Está imerso em suas histórias e nas das demais pessoas que o cercam. Este ser lê todas as coisas que lhe acontecem por meio dessas histórias e a cada vez tem que contar e recontar as mesmas histórias e modificá-las, transformá-las, inventá-las, pois só assim se vive uma vida.

Nascemos e crescemos em meio às histórias. São elas que nos constituem humanos, pessoas que somos. As histórias são conservadas, transformadas e mantidas em parte ou em todo, produzindo sentidos no mundo em que vivemos (Grandesso, 2007).

As narrativas organizam nossas vidas e dão sentido à experiência vivida. Mas, mais que isso, tecem a trama cultural que constituem os enredos da vida conservados nas histórias vividas. Ninguém vive sem registrar a sua história (Grandesso, 2007).

As histórias são o que possibilitam o viver, em que cada experiência se organiza segundo certa temporalidade, produzindo sentidos (White, 2012). Para White, contar histórias tem outra função primordial, a de re-membrar: é retomar e reorganizar quem são os membros das comunidades a que pertencemos e que fazem sentido para nossa própria existência.

White e Epston (1993) afirmam que as narrativas são constituídas por espaços vazios que possibilitam a imaginação e a construção de novos sentidos. Os espaços vazios nas palavras podem ser os esquecimentos ou os silêncios. Gosto de conversar, e gosto mais ainda dos silêncios. Nele repousam as potências para reinventar as histórias.

O silêncio não é o vazio ou a ausência da conversação. Estar em silêncio é também comunicar, é exigir dos ouvidos, habituados ao ritmo da fala sustentada pela palavra, uma nova forma de perceber os sentidos produzidos (Henrique, 2020).

Para Shotter (2008), o silêncio é uma forma particular de expressão e de uso da linguagem, portanto, faz parte da interanimação dialógica. Ora, nas conversas se pode ouvir, fazer perguntas diretas, argumentar, debater, ficar em silêncio etc. O silêncio é, portanto, um dispositivo da comunicação dialógica (Guanaes-Lorenzi; Martins, 2023).

Nos trabalhos terapêuticos com famílias, Grandesso (2007) afirma que as histórias coconstruídas entre familiares utilizam palavras, gestos, atitudes, silêncios e outras formas de dialogia.

O silêncio é parte da comunicação dialógica, mas não necessariamente um processo de conversação do sujeito consigo mesmo. O silêncio, boa parte das vezes, está pleno de palavras (imaginárias), produzindo sentidos os mais diversos. O silêncio não necessariamente é uma “voz interior” ou “voz baixa” como costumemente lidamos. Ele é parte da interanimação dialógica por si. O silêncio não é falta, falha ou a ausência da palavra. Não é uma falha ou algo que impede o diálogo. Ele é o próprio diálogo. Pleno de palavras as mais diversas.

Os silêncios e os esquecimentos nas narrativas possuem funções próximas aos espaços generosos em Miró, ou à imaginação das descrições das cidades em Calvino ou mesmo à poética de Barros. Eles também possibilitam a construção do diálogo. Preenchemos silêncios com muitas vozes! Inventamos por meio dos esquecimentos, inclusive quando esquecemos os momentos silenciosos.

O silêncio é a página em branco para poetisas e poetas, é a tela vazia para quem pinta, uma pausa antes do som para musicistas. O silêncio não é somente um amontado de palavras difíceis de escutar. O silêncio é uma narrativa inteira! São esses marcos potência a gerar formas de vida e criações. Para Negreiros (2016), o silêncio contém a possibilidade de todos os sons. O silêncio é imenso e há tanta coisa a falar, um paradoxo, pois é impossível falar tudo sobre o silêncio.

O silêncio é presença e ausência simultaneamente. “O silêncio não dorme. Seu sono é leve e tudo lhe acorda: o brilho da estrela, o mormaço do sol, o frio da lua, a música das águas, o desatino pela felicidade. Só o coração que bate não perturba o seu sossego. O silêncio escuta o mundo, e pelo oceano do silêncio navegamos” (Campos de Queirós, 2007, pp. 18-19).

Quanto à palavra, ela somente se desperta diante do ruído do silêncio. Antes do som (música, por exemplo), como apresenta Negreiros, vem o ruído, derivado do silêncio. Prestamos pouca atenção ao silêncio e aos ruídos. Fixamos ouvidos para o som na ilusão de que a tudo ele responderá. Ainda para Campos de Queirós (2007), o silêncio nos acorda perguntas que exigem cuidado ao respondê-las e tudo o que está por ser criado encontrará lugar no falso vazio do silêncio.

Polissêmico, o silêncio abre infinitas possibilidades de leituras e significação:

Silêncio original, de onde nascem todos os sons. Silêncio da contemplação, quando aquieta os pensamentos, silêncio interior, em que o olhar poussa em coisas sem nome, em formas e cores. Silêncio como esquecimento, quando aquilo que foi é como se nunca tivesse sido. Silêncio como representação, quando calamos por medo, quando não pensamos por medo, quando apagamos as palavras ou as engolimos. Silêncio diante do espanto com o que vemos no mundo. Na música, o silêncio funciona como uma espécie de

limite, separando os sons e possibilitando que se distingam e definam as notas musicais, além de ser, juntamente com a duração, responsável pelo ritmo. Silêncio final - a morte, silêncio-jazigo para onde tudo o que foi dito converge e é sugado, enigma que, ao mesmo tempo que é ausência de voz e das vozes que aquela voz continha, instaura uma pluralidade de vozes ditas, imaginadas, um coro de vozes, polifonia de possíveis e impossíveis sentidos em aberto, *ad infinitum*. (Negreiros, 2016, p. 122)

Há muitas maneiras de se contar uma história e, claro, os silêncios e esquecimentos fazem parte das narrativas. Como os silêncios e esquecimentos, as histórias são polifônicas e polissêmicas. Outros/as envolvidos/as na mesma “história” vão provavelmente narrá-la de forma distinta da anterior (McNamee, 2015). Ouvidos distintos escutarão de formas diferentes aquela mesma história. A mesma história faz uma pessoa chorar e outra sorrir. A mesma história produz sentidos e efeitos diversos.

As muitas histórias e narrativas apresentam desejos, obras do acaso, planejamentos, permanências e rupturas, convergências e divergências, continuidades, contradições, sortes e azares, frutos de um *self* dialógico sempre fragmentado e cambaleante (Bakhtin, 1992).

MAS O QUE A PESQUISA CONSTRUCIONISTA TEM A VER COM ISSO?

Diante disso, a pesquisa construcionista pergunta: como ficam conceitos como “fatos”, “evidências”, “dado”, “campo” na pesquisa social? Como ficam processos de registros de narrativas como gravações, transcrições, diários de campos etc.? Podemos pensá-los como tentativas de simulacros do real? Dispositivos para fixar ou prender na memória, armazená-los e depois recuperá-los? Tem sentido isso?

Como ficam determinados métodos, por exemplo, de análise de conteúdo? Ou qualquer possibilidade vinculada a métricas de palavras em que o conteúdo é dado de antemão pelo próprio significado da palavra, desprezando totalmente o contexto e as interanimações dialógicas que constituem aquela relação? Como ficam análises focadas na fala do sujeito e não na conversação em si? Que retiram da análise os “ruídos” (conjunções, onomatopeias, expressões idiomáticas, figuras de linguagem no geral, leituras corporais etc.), e seus silêncios e os esquecimentos, na tentativa de “limpar” o que foi dito? O ouro puro da análise discursiva não está centrado na palavra em si. Mas, na interanimação dialógica que a constitui em determinado contexto. Esquecimentos, ruídos e silêncios fazem parte do repertório das interanimações dialógicas (Iníiguez, 2004; Potter; Wheterell, 1987).

Que tempos utilizamos em nossas pesquisas sociais? Parece que presenciamos a busca pelas “comemorações”, tempos que datam os acontecimentos abstratos, objetificando-os, marcando processos lineares da história, que retiram de cena a

diversidade de possibilidades de narrativas frente a uma história única. Ou mesmo os processos de pastichização do passado e do futuro. Quantas vezes já ouvi verdadeiros marketings em relação à psicologia quando surge uma nova onda ou modismo em relação a uma prática profissional: “a última fronteira da psicologia”, “a psicologia possui um longo passado e um breve presente”...

Como utilizamos as tecnologias da informação e da comunicação em nossas pesquisas? Como fica a dissolução do espaço e do tempo em relação a nossas produções de conhecimento? Não estaríamos aí diante de novas formas colonialistas e globalizadas de produção de conhecimento? Formas colonizadoras que abrem mão dos contextos e das historicidades nos processos investigativos.

Por fim, a experiência em si não seria uma das formas de produção de conhecimento? As narrativas não seriam formas de dar sentido a essas experiências? Se retiramos de cena as experiências, como ficam as narrativas? Claro, a experiência por si só não dá conta da produção do conhecimento, mas a ciência não pode simplesmente anulá-la.

Em nossas pesquisas atuais, não corremos o risco, como apontado por Calvino (1990) em Zora, de, ao utilizar técnicas de fixar, tornar imóvel e imutável nossas informações nas pesquisas, torná-la também esquecida, não lida, abandonada? Algo me diz que estamos perdendo a capacidade narrativa e de escuta na pesquisa científica social. Algo me diz que o acúmulo requeentado é o que marca a produção de informações em nossas pesquisas. Algo me diz que estamos perdendo a capacidade de reconhecer o/a outro/a pela sua experiência em si e de estabelecer diálogos mínimos sobre essas experiências.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Mário** (2002). *Danças dramáticas do Brasil*. Garnier.
- Bakhtin, Mikhail** (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec.
- Barros, Manoel** (1996). *Livro sobre nada*. Record.
- Bezerra, Daniele Borges** (2014). Sobre memória: entrevista com Ivan Izquierdo. *Revista Memória em Rede*, 4(10), 324-388. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9448/6188>
- Calvino, Italo** (1990). *As cidades invisíveis*. Biblioteca Folha. https://monoskop.org/images/c/c7/Calvino_Italo_As_Cidades_Invisiveis.pdf
- Campos de Queirós, Bartolomeu** (2007). *Para ler em silêncio*. Moderna.
- Gergen, Kenneth** (2006). *Therapeutic Realities*: Collaboration, oppression and relational flow. Taos Institute.
- Gergen, Kenneth** (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Florianópolis. *Revista INTERthesis*, 6(1), 299-325. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>
- Grandesso, Marilene** (2007). Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In Ceneide M. de O. Cervený (Org.), *"Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos Divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção sistêmica, Rede Social* (pp. 13-29). Casa do Psicólogo.
- Guanaes-Lorenzi, Carla & Martins, Pedro** (2023). *A comunicação dialógica na prática das reuniões familiares em saúde mental*. Pedro & João Editores.
- Guimarães, Myrna de Barros** (1989). *A qualidade do pensamento em Bergson*. Editora CEPE.
- Henrique N. Menezes, Afonso** (2020). *O ser e o silêncio: a trajetória poética do Ser na obra de Orides Fontela*. Ed. UFPE.
- Iñiguez, Lupicínio** (Org.). (2004). *Análise do discurso - Manual para as ciências sociais*. Vozes.
- Izquierdo, Iván** (2004). *A arte de esquecer*. Vieira Lent.
- Mcnamee, Sheila** (2015). Practitioners as People: Dialogic Encounters for Transformation. *Metalogos Systemic Therapy Journal*, 28, 1-25. www.metalogos-systemic-therapy-journal.gr
- Negreiros, Eliete Eça** (2016). Os sentidos do silêncio. *Rev. Bras. Psicanálise*, 50(4), 121-132. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2016000400010&lng=pt&nrm=iso
- Potter, Jonathan & Wetherell, Margaret** (1987). *Discourse and social psychology*. Sage.
- Rodriguez, Eduardo** (2001). Resenha. La memoria como acción social. *Athenea Digital*, 1(0). <https://atheneadigital.net/article/view/n0-rodriguez-2/9-html-es>
- Rorty, Richard** (1990). *El giro lingüístico*. Paidós.
- Schneider, Neiva** (2017). Entrevista com Ivan Izquierdo. *Revista Gente que faz*, 18 (online). <https://gentequefaz.com/ivan-izquierdo-somos-aquilo-que-decidimos-esquecer/>
- Shotter, John** (2008) *Conversational realities revisited: life, language, body and world*. Taos Publications.

Silva, Nathália Guedes (2018). *As cidades invisíveis e a memória: um estudo sobre espaço, tempo e imaginação na narrativa de Italo Calvino* [Dissertação de Mestrado em Literatura (PósLit), da Universidade de Brasília. Brasília/DF].

Souza, Laura Vilela, Lion, Camila Martins, Vidotto, Letícia Trombini & Moscheta, Murilo dos Santos (2020). Recursos da terapia narrativa de sessão única em tempos de pandemia e isolamento social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 7-22.

Spink, Mary Jane Paris (Org.). (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. https://www.academia.edu/37485408/SPINK_Mary_Jane_Pr%C3%A1ticas_Discursivas_e_Produ%C3%A7%C3%A3o_de_Sentido_no_Cotidiano

Vasquez, Félix (2001). *La memoria como acción social - relaciones, significado e imaginario*. Paidós.

White, Michael (2012). *Mapas da prática narrativa*. Pacartes.

White, Michael & Epston, David (1993). *Medios Narrativos para Fines Terapéuticos*. Paidós.

CIÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL:

NOVAS CONFIGURAÇÕES A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19

Pedro Paulo Freire Piani

O pressuposto deste capítulo é o da ciência como prática social, histórica, com método discursivamente intitulado como próprio, resultante de um longo período de construção que teve no Renascimento uma intensificação do afastamento de pressupostos religiosos ou de autorização de instituições religiosas, do contrário, restrições e perseguições continuariam impostas àqueles que construíam novos conhecimentos (Bynum, 2019; Santos, 2010). E, recentemente, este saber a que chamamos de ciência passou por um acontecimento que a transforma intensamente – a pandemia da Covid-19 (Piani, 2023). No século XX, a ciência produziu e agregou campos densos de disciplinas que a tomaram como objeto de estudo como a história da ciência, a filosofia da ciência, a sociologia das ciências e, mais recentemente, os *science studies*, numa dinâmica explicitada por abordagens dialéticas, positivistas, estruturalistas, pós-modernas e outras mais neste mar de epistemologias atuantes. Isso atesta a importância da ciência e seu lugar a partir da modernidade e no mundo contemporâneo, ora denominada de forma singular, ora denominada em sua pluralidade, pelas disciplinas que a estudam. Não há como negar o momento intenso que a ciência passa hoje, que poderia ser caracterizado como outra grande transformação histórica desse saber. É sobre isso que vou tratar neste texto de forma introdutória, pois é um tema que nos interessa como programa de estudos no campo das ciências humanas e sociais.

INTRODUÇÃO

O objetivo aqui é apresentar a abordagem de que a ciência passou por mais um evento - a pandemia da Covid-19 no mundo - que tem como efeitos uma nova reconfiguração. Que características tem essa nova reconfiguração? Se Thomas Kuhn (2017) revolucionou a epistemologia da ciência, trazendo um novo olhar para a interpretação da ciência, a Covid-19 foi um acontecimento mundial com efeitos de grande escala que nos coloca a seguinte questão: que mudanças já estão ocorrendo nas configurações do fazer ciência? Essa questão é colocada em decorrência do que se visibilizou nos dois anos mais intensos da pandemia, 2020 e 2021, com início da pandemia decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo que em 2022 ocorre uma considerável diminuição de óbitos por Covid-19, levando à decretação do fim da situação de emergência em Saúde Pública, a pandemia, em 05 de maio de 2023. O que se evidenciou nestes dois intensos anos de 2020 e 2021 foram as formações de redes de pesquisas colaborativas, alta produção de artigos sobre a Covid-19, de natureza epidemiológica, clínica, reabilitação e outros efeitos, e disputas midiáticas envolvendo vários atores (Spink, 2021). O uso de tratamentos testados e contestados, como o da hidroxicloroquina, rendeu muitos debates e processos judiciais, como no caso do médico infectologista francês Didier Raoult, que tinha ao seu lado o forte argumento da emergência de uma pandemia que coloca a necessidade de testes com medicações já aprovadas e utilizadas, o chamado redirecionamento de drogas, que no seu caso havia alcançado sucesso com outras enfermidades (Sayare, 2020).

O tempo para produção de vacinas encurtou bastante. A vacina, pelos relatos científicos publicados, leva em média 3 anos para sua dispensação em humanos, pois é necessária passar por suas fases. A Covid-19 levou em torno de 10 meses. Uma justificativa para a celeridade dos testes e uso em humanos é do aproveitamento de plataformas de vacinas e estudos já existentes em testes para outros tipos de vírus que abreviaram o caminho para a vacina da Covid-19. Outra justificativa foi a própria concorrência entre as empresas do ramo farmacêutico como Pfizer, Oxford/AstraZeneca, Janssen, a Sputnik (Gamaleya) e outras grandes empresas da indústria farmacêutica. Essa concorrência e disputa foi percebida por meio da veiculação em canais abertos de televisão para amplos setores da sociedade e despertaram a esperança, a desconfiança ou medo na população, característica central desta pandemia que foi o televisionamento e as publicações nas redes sociais. As notícias científicas circulavam de forma ampla e rápida.

Para tratar essa pretenciosa e difusa questão, que dá título a este ensaio, escolhemos três autores que se dedicaram em suas trajetórias ao estudo da ciência como saber histórico, intrinsecamente conectado ao seu tempo. Thomas Kuhn,

Boaventura Souza Santos e Bruno Latour são autores que apresentam dimensões que correspondem a olhares que apontam caminhos analíticos interessantes para alguns e inaceitáveis para outros. O dispositivo da autoridade é bastante forte no campo da ciência, por isso, quem fala sobre a ciência pode despertar apoios ou críticas, o que é fundamental para o debate, a revisão, o avanço das construções epistemológicas que ancoram a produção científica. Podem avançar para a disputa visceral, de cancelamentos ou para instâncias judiciais, uma autêntica guerra de ciências. Quando as críticas advêm de pesquisadores das áreas das ciências sociais e humanas, o argumento da autoridade ou de propriedade da técnica, por vezes, é acionado para demarcar uma área circunscrita por sociedades científicas, instituições públicas ou áreas profissionais (Latour, 2011; Santos, 2010).

CAMPOS DA CIÊNCIA: KUHN, SANTOS, LATOUR

Um marco epistemológico que não pode deixar de ser considerado, nessa trajetória da ciência como campo de saber, é o trabalho de Thomas Kuhn, que empreendeu uma mudança de interpretação sobre o fazer da ciência a partir dos seus dois livros *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962, e *A Tensão inicial*, de 1977. O livro *A Estrutura...*, como refere Kuhn, traz os conceitos: paradigma, incomensurabilidade, revoluções. A própria noção de paradigma sofreu diversas interpretações e aplicações. Aqui ficaremos com a noção indicada por Kuhn, reconhecendo que foi apreendida posteriormente com sentidos variados:

Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Quando esta peça do meu quebra-cabeça encaixou no seu lugar, um esboço preliminar deste ensaio emergiu rapidamente. (Kuhn, 2017, p. 53)

Foi em *Estrutura...*, o trabalho que discursou sobre o modo da dinâmica e das mudanças científicas naquilo que ele convencionou chamar de paradigma, onde apresentou a ciência como um saber histórico, com períodos de predomínio de modelos explicativos mais aceitos e períodos de rupturas. Vale a pena ressaltar que a tese de Kuhn se ancorou na ruptura entre ciência normal e ciência extraordinária, alvo da crítica de Feyerabend em *Contra o método*, texto de 1975 que discutiu suas ideias, descreveu o caso Galileu e apresentou uma posição não contra o método científico, mas por sua liberdade, visto que ideias e procedimentos circulavam e transgrediam o próprio método estabelecido. Por isso, para Feyerabend, a transição de um modelo para outro em Kuhn não era algo aceitável como evidência. O que se tinha era uma transição obscura, não explicitada. Feyerabend afirma que

o componente normal e o componente crítico da ciência estão em coexistência, ora com tenacidade, ora com proliferação. É como se fosse um movimento que extrapola a linearidade das fases para dar lugar a uma autoalimentação histórica que possibilita uma ciência experimental permanente.

A noção de liberdade de método em Feyerabend é potente, principalmente porque possibilita a defesa de investigação livre em instituições de pesquisa e universidades, que têm na autonomia um princípio para realizar seus propósitos institucionais e dos pesquisadores que a compõem. Contudo, não é uma categoria abstrata, é uma noção que tem configurações, contextos e normas diversas. Especificamente no campo da Saúde, a história recente do nazismo e suas experiências médicas trouxeram preocupações e normas diferentes de outros campos da ciência, como o Código de Nuremberg, de 1947, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A Declaração de Helsinque, em suas versões de 1964, 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000, elaborada pela Associação Médica Mundial, foi uma resposta, um tanto tardia, aos acontecimentos da década de 40 na Alemanha, agora sempre atualizada em decorrência das transformações biotecnológicas da área da Saúde. Todas essas normas afirmam a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano, geralmente assinadas pela maioria dos países membros da ONU.

Autonomia institucional e autonomia do ser humano como princípios instituídos dialogam e apresentam suas tensões. Método científico, dignidade do ser humano, interesse institucional, políticas de estado passaram a conviver nos debates de forma mais explícita ou ocultando interesses. Era um cenário propício para novas interpretações, surgimento de categorias conceituais e instrumentais para a demarcação, a repartição ou o hibridismo do conhecimento, este tão presente nas conexões das redes sociotécnicas, mas rejeitado conforme os interesses dos envolvidos nos debates.

Boaventura de Souza Santos ocupa um lugar importante nesse debate acerca dos campos da ciência. Com uma produção extensa de crítica ao positivismo na ciência, centrando como eixo principal da crítica a redução do olhar e produção do mundo em que vivemos a partir dos pressupostos da ciência positivista, Santos é um dos envolvidos na chamada “Guerra de Ciências”, tendo um dos auge na década 80 do século XX. Uma passagem do seu livro desencadeador do conflito vale a pena para situar quem ouve pela primeira vez sobre este evento:

O momento mais intenso desta guerra ficou conhecido pelo nome do Sokal affair por ter tido origem num embuste redigido pelo físico matemático Alan Sokal e publicado na revista *Social Text*, com o objectivo de denunciar as supostas debilidades das posições anti-positivistas ditas pós-modernas. Nesse artigo Sokal menciona, como textos representativos desta corrente, um discurso sobre as ciências e introdução a uma ciência pós-moderna. Logo depois, o esclarecimento do embuste é publicado em língua franca,

num artigo intitulado “*A Physicist Experiments with Cultural Studies*” (Língua Franca, 1996, 62 /64). Em 1997 Sokal publica, conjuntamente com Jean Bricmont, o livro *Impostures intellectuelles* (Paris: Odile Jacob; Lisboa: Gradiva; Rio de Janeiro: Record), em que é desenvolvida a crítica aos filósofos e cientistas sociais “pós-modernos” franceses, genericamente acusados de uso incorrecto de teorias e conceitos das ciências físico-naturais. (Santos, 2010, p. 10)

A ciência crítica proposta por Santos leva em consideração outras formas de conhecimento e reconhece a política como determinante para induzir uma agenda de ciência. Trabalhando ainda com a ideia de paradigma, o pensador português afirma que a ciência positiva centra na observação, experimentação e nos modelos matemáticos para tratar os fatos dignos de ciência. Aponta uma crise do paradigma dominante de ciência e o surgimento de um paradigma que chama de emergente, em que categorias como o local e o total, o autoconhecimento e a superação da dicotomia entre o científico-natural e o científico-social se entrelaçam numa equação de produção da sociedade.

Nesse sentido, Latour se constituiu como um autor seminal para uma nova interpretação da ciência no final do século XX e primeiras décadas do século XXI. Em seu livro de 1991, *Nous n'avons jamais été modernes*, relata:

Há cerca de vinte anos, eu meus amigos estudamos estas situações estranhas que a cultura intelectual não sabe bem como classificar. Por falta de opções, nos autodenominamos de sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos. Mas a estas disciplinas veneráveis, acrescentamos sempre o genitivo: das ciências e das técnicas. *Science studies* é a palavra inglesa; ou ainda este vocábulo por demasiado pesado: “Ciências, técnicas, sociedade”. Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quanto necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos dos exercícios de poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instalado sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas. (Latour, 1991/2013, pp. 8-9)

Esta longa citação foi necessária aqui, tal a sua densidade e clareza ou ainda distinções em relação a outras perspectivas que Latour expõe em praticamente toda sua obra, a fim de trazer o arcabouço aberto proposto por esse pensador francês contemporâneo, em uma iniciativa inovadora e radical de desconstrução das

separações implementadas por correntes das ciências, tão afirmativas de campos quase intransponíveis tanto epistemológicos como metodológicos. As grandes divisões da modernidade como o empirismo e o racionalismo que produziram diversas correntes de pensamento, escolas filosófico-científicas, obnubilaram as conexões do fazer científico e sua inserção no mundo da cultura e descartaram saberes que podem acrescentar possibilidades de conhecimentos como no caso do saber psiquiátrico (Latour, 2019)

A noção de rede aplicada à ciência pode ser vista como uma novidade na interpretação do fazer ciência sobre a qual Bruno Latour se debruçou com estudos etnográficos e análises sociológicas, realizando missões antropológicas em laboratórios, em territórios de floresta na Amazônia como campos desses estudos e análises. As categorias que ora encontrava ou que formulava na sua trajetória investigativa formaram uma rica abordagem que incentivou uma parcela crescente de acadêmicos e pesquisadores. Por exemplo, entre suas categorias analisadas, o polo natureza e o polo sujeito/sociedade não poderiam ser explicados assimetricamente em sua primeira formulação (Latour, 2013, p. 94). Categorias ou conceitos estanques seriam um problema na compreensão do fazer ciência e seus efeitos.

A chamada “teoria ator-rede”, trabalhada por Latour, pode ser definida trazendo aqui o que Mariana Cordeiro (2012, p. 22) coloca em sua tese, a partir de Tirado-Serrano e Domènech-Argemí:

A Teoria Ator-Rede (TAR) é uma etiqueta utilizada para se referir a um conjunto de princípios metodológicos, epistemológicos e de trabalhos de campo que há mais de duas décadas vem questionando o pensamento social tradicional. Também conhecida como “Antropologia Simétrica”, “Sociologia das Associações” e “Sociologia da Tradução”, essa “teoria” surgiu a partir de discussões ensejadas no campo dos Estudos da Ciência e Tecnologia e hoje suas contribuições abarcam o problema da produção e estabilização da ordem social. (Tirado-Serrano; Domènech-Argemí, 2005, p. 2)

Esse modo de investigação da “teoria ator-rede”, que nas palavras de seus principais expoentes não é uma teoria estruturada como uma escola, poderia facilmente ser enquadrado como uma investigação participante a fim de acessar o que está sendo investigado de forma ativa pelos cientistas sociais e demais pesquisadores que fazem uso dessa ferramenta metodológica e epistemológica. Ou seja, a TAR pode proporcionar como ferramenta de investigação sobre o fazer da Ciência, tão complexo e repleto de actantes que a produzem, a visibilidade necessária para as relações estabelecidas e conexões possíveis. Se é para falar comparativamente a outras formas de investigação como a filosofia da ciência ou a sociologia da ciência, poderíamos afirmar que a TAR traz vários actantes à cena a partir de seus lugares de ação, suas atividades em construção, seus efeitos na rede.

De alguma forma, vários autores já apontaram essa forma de produzir Ciência. Simon Schwartzman (2015, p. 59) traz como exemplo o “Projeto Manhattan”, liderado pelos EUA para produção das primeiras bombas nucleares, durante a segunda guerra mundial, chegando a seu êxito com o lançamento das duas bombas atômicas no Japão, e que envolveu centenas de cientistas (físicos, engenheiros, matemáticos e outros), trabalhando em rede, num estilo segmentado, por questões de segurança sobre o produto final.

No entanto, desde o Projeto Manhattan (ou dramatizada por ele) a Ciência parece ter dado um salto no sentido da *big science*, caracterizada por grandes orçamentos e atividades de pesquisa de alta complexidade, envolvendo os esforços coordenados de centenas e mesmo de milhares de pessoas. Sempre que a pesquisa atinge esse nível de custo de complexidade, desaparecem as fronteiras que separam a Ciência da tecnologia, e o livre mercado da “República da Ciência”, concebido por Polanyi é substituído, de um lado, pela lógica do mercado propriamente dito e, de outro, pelas políticas nacionais relacionadas pelos projetos tecnológicos de grande escala. (Schwartzman, 2015, p. 59)

A PANDEMIA DA COVID-19: O EVENTO EMBLEMÁTICO

A pandemia da Covid-19 caracterizou-se como evento internacional em larga escala. Diferente de outros eventos internacionais, como as guerras locais que têm suas repercussões internacionais nos aspectos econômicos, ora prejudicando mercados, ora favorecendo outros mercados, esta pandemia foi o primeiro grande acontecimento sanitário do século XXI pela série de outros acontecimentos que proporcionou de toda ordem. Economia, política, instituições, tudo dimensionou o problema a uma escala internacional, a ponto de vários classificarem-no como uma sindemia (Horton, 2020; Piani, 2023). Não mais só a chamada televisão aberta noticiou o que estava acontecendo, pois agora soma-se um imenso público na *internet* com suas redes sociais. Para o propósito deste texto, podemos dizer que nesse veículo de comunicação, a ciência com as suas políticas, procedimentos, descobertas, imagens, estava em circulação diária, e essa é uma novidade da relação da ciência com a comunicação na pandemia, ou seja, a circulação diária de informações científicas e seus debates.

O tempo de produção de vacina em torno de 3 anos foi reduzido para menos de 1 ano no caso da Covid-19. A corrida das empresas ora era explicada pela urgência da situação por seu nível pandêmico, ora pela corrida por patentes do produto para a venda, que nesse caso ficou a nível de saúde pública governamental. Dispositivo que ainda persiste nas grandes crises, por mais que privilégios e transgressões sejam noticiadas ou passem até por processos judiciais, o bem público é a ideia mestra

que conduz os governos a manterem a vacina gratuita e distribuída por critérios da área de Saúde. Desigualdades podem ser notadas no acesso aos hospitais, logística, melhores tratamentos e mais rápidos no setor privado, contudo, o dispositivo do acesso para todos é a tônica. Atores e ações podem ser analisados numa perspectiva das ciências humanas e sociais em Spink (2021) e Piani (2023).

Pode parecer contraditório assinalar um evento como responsável para uma mudança interpretativa do fazer ciência. Nesse evento, as redes de conexão ficaram mais evidentes. Os veículos de comunicação, agora mais rápidos em sua fase de produção da notícia, multiplicaram-se para além da TV aberta, como dito anteriormente. As chamadas redes sociais funcionam como uma passagem de energia elétrica alimentando uma cidade, se é para utilizar uma figura comparativa. Os atores, na compreensão da teoria ator-rede, são constitutivos na fabricação das práticas ou dos fatos, como é mais habitual enunciar-se, e na pandemia da Covid-19, esses atores humanos e não humanos apareceram na grande mídia, debateram, discutiram, foram citados muitas vezes, tiveram imagens e vídeos publicados. O chamado mercado acelerou suas produções farmacológicas. Se há uma máxima no mercado de que tempo é dinheiro, isso está em alta na atualidade e extrapolou para todos os setores do mercado, inclusive o da ciência.

Os governos e suas agências de pesquisa destinaram muitos recursos para o estudo do vírus, seu comportamento, suas mutações, a repercussão em cada sistema do corpo humano. Pesquisadores das ciências médicas e biológicas migraram de suas áreas costumeiras para o estudo da Covid-19 e seus efeitos. Viveu-se não só uma tendência, mas uma gama de estudos foi iniciada sobre o vírus SARS-CoV-2 e outros vírus classificados como da mesma família, assim como na pós-Covid, estudos estão avaliando seus impactos em determinados sistemas do corpo humano.

No sistema nervoso e seu principal órgão, o cérebro, estuda-se memória, cognição, raciocínio. No campo em evidência da saúde mental, os efeitos dos problemas sociais e emocionais que a pandemia produziu são analisados no trabalho, na escola, na família, instituições que foram afetadas quer pelo desemprego em massa, pela suspensão das aulas presenciais ou pelo isolamento e confinamento familiar nucleado, este no sentido em que parentes próximos não poderiam se ver, a não ser por vídeo ou telefonemas. Nesse rol de problemas, as ciências humanas e sociais, e incluiria a psicologia social, tiveram e têm ainda uma agenda que pode ser foco de inúmeras pesquisas.

O retorno da empregabilidade após a pandemia, das instituições de ensino em regime presencial, da sociabilidade familiar, comunitária e da cidade, não resolveram certos problemas: baixos salários, perda do desempenho escolar, uma melancolia sobre as cidades, como se o perigo, o estranhamento, ainda pairassem sobre o cidadão, sobre a pessoa. A ciência, em várias narrativas, saía fortalecida com as vacinas e a redução importante da gravidade da doença. O que muitos não esperavam é que um movimento negacionista de amplos setores da sociedade eclodisse. Isso que

chamamos de movimento está presente na história humana, pois grupos, pessoas e até mesmo governos nacionais se posicionam em oposição a pressupostos da ciência estabelecida nas universidades, centros de pesquisa e ministérios de governos nacionais. Mais uma vez, aqui trazemos a característica da velocidade e alcance dos meios de comunicação na atualidade para disseminar e ampliar posições anticiência.

A posição anticiência aqui é entendida como uma postura que não se restringe à oposição aos métodos científicos. Geralmente, essa posição vem amparada em fundamentos tanto religiosos como políticos-ideológicos. Foi isso que ocorreu nos EUA e no Brasil, por meio de governos que administravam durante o período decretado de pandemia pela OMS e que alinharam suas posturas e programas de ações em oposição ao que os seus opositores defendiam.

CONFIGURAÇÕES ATUAIS: DISPUTAS INTERNACIONAIS, DISPUTAS ENTRE ÁREAS E CAMPOS, REDES SOLIDÁRIAS

O tempo confirmará pelas narrativas históricas se a Ciência está configurando-se de forma distinta a outros períodos e numa velocidade imposta pela concorrência e necessidades atuais. A descrição exposta na seção anterior, entendida por atores implicados na situação sanitária, principalmente a indústria farmacêutica, os governos nacionais, a parceria e concorrência dos governos mais ricos e que abrigavam as sedes das empresas farmacêuticas como EUA, Suécia, Inglaterra, Rússia, evidenciaram a mudança no tempo da Ciência, agora mais célere para atingir seus produtos, assim como a organização do trabalho transformada pelo isolamento social, sustentado como medida mais adequada por sanitaristas e epidemiologistas, e que viabilizou o trabalho *home office* em larga escala, redes de trabalho transnacionais, compartilhamento de informações científicas entre parceiros, bem como o sigilo mais absoluto entre possíveis concorrentes.

Outro aspecto que chama atenção é o reforço às ciências médicas e biomédicas, por meio de planejamentos para implantação de novas unidades de pesquisa e produção de fármacos, fora do grande eixo dos países ricos. A pandemia da Covid-19, ao acelerar a produção de vacinas e aumentar enormemente a cadeia de produção de insumos e equipamentos da saúde, sobrepôs esse setor aos outros, e associado a engenharias com a construção de hospitais e serviços menores de saúde. A biotecnologia avança em produtos voltados para a saúde. Altos investimentos aguardando retornos financeiros maiores, sendo essa a lógica do mercado que atua na saúde.

O campo que envolve a produção do conhecimento científico continua aberto. Das naves que sobem para o espaço financiadas por multibilionários, que movimentam uma indústria considerável ou a agricultura local que necessita de territórios vivos de práticas culturais e que movimentam uma cadeia produtiva também considerável, com o uso de conhecimentos científicos, teremos um mundo diverso e

amplo para a ciência, onde não haverá uma ciência. Esta dependerá de interesses e fluxos internacionais de capitais, governos nacionais, universidades, trabalhadores.

Latour, em sua tese *Pasteur: guerre et pax des microbes*, diz: “*Les microbes jouent dans mon récit un rôle plus personnel que dans les histoires dites scientifiques et plus central que dans les histoires dites de société*” (Latour, 2001, p. 234, tradução nossa: “Os micróbios desempenham, na minha narrativa, um papel mais pessoal do que nas chamadas histórias científicas e mais central do que nas chamadas histórias sociais”). São eventos científicos que transformaram uma época. Mais tarde, Latour desenvolve o conceito de estandardização como uma noção-chave para entender como modos de fazer ciência se instalam. Quando se fala na universalidade da ciência, é preciso não esquecer jamais das redes de estandardização (Latour, 2016, p. 40).

Se a ciência continua com um campo aberto, o que muda com uma pandemia? Este século já pode ser considerado longo demais, para abrigar a velocidade do que está acontecendo, os processos e mudanças que ocorrem. A lucratividade, considerada uma qualidade essencial do mercado, tem sido o motor das decisões em saúde, educação e Ciência. A associação entre bem comum e lucro já está consolidada no planejamento das grandes empresas farmacêuticas, ficando a cargo da sociedade continuar e fortalecer a discussão ética na análise dessas conexões. A pressão das grandes corporações, farmacêuticas, do agronegócio, da pecuária, da especulação imobiliária e, numa dimensão macro, a disputa por grandes territórios no mundo constitui-se fator determinante na balança das decisões governamentais. Em pouco tempo, as conexões mudam e produzem todo tipo de acontecimentos, dispositivos e artefatos. A proximidade, a solidariedade dos pontos das redes não é necessariamente o efeito exclusivo das conexões. Essas podem produzir disputas e conflitos. A evidência é que visibilidade e celeridade dos acontecimentos vão do global ao local ou do local ao global de forma nunca vista antes, e essa evidência pode ser superada rapidamente.

Guerra entre Rússia e Ucrânia, com interesses explícitos da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN e dos EUA, Guerra de Israel com Hamas, evidenciando o problema não resolvido do Estado Palestino, o interesse pela Amazônia, são questões de território que mantêm uma relação direta com o futuro da ciência, determinando aquilo que se deve investigar e produzir, como a alocação dos recursos disponíveis: desenvolvimento de armamentos, indústria de alimentos, medicina de urgência. Essas serão as agendas da grande Ciência, agora mediada pelo potencial da inteligência artificial, a chamada IA. Qualquer lugar, qualquer território, é potencial para produzir os usos da ciência. Para Santos (2010), é uma característica da chamada ciência pós-moderna o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico tornarem-se senso comum.

Trago esses eventos para ressaltar e dar pistas sobre a questão central deste texto, sem a pretensão de respondê-la, sobre seguir o itinerário das práticas de ciência

para uma efetiva e iluminada análise da produção do conhecimento científico na atualidade, determinado pelos interesses de Estado e da sociedade ora representada por este, ora procurando outros meios de se fazer ouvir e chamar a atenção para suas demandas coletivas, humanitárias, regionais, territoriais, que são construídas e se evidenciam, hoje, mais do que em tempos anteriores, em redes de comunicação rápidas e nem sempre controladas. Uma boa leitura é o livro *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (2011), em que Latour traz elementos produtores das redes sociotécnicas, suas regras metodológicas e princípios, de natureza histórica, que produzem, não de forma mecânica, uma ciência em rede, mesmo que as narrativas a definam de forma totalizante e unilateral.

Seguindo as práticas de ciência, é possível identificar os gatilhos de políticas e seus interesses, entendendo política como a arte de planejar e atuar na sociedade, no território, que têm e terão grande repercussão e efeitos sobre a vida da pessoas nas maiores e nas menores cidades, nos pequenos lugarejos com pequeníssimas populações, mapeadas não mais por GPS portáteis, mas por drones que sobrevoam qualquer área e esquadrinham o território para os interessados, provindos de vários ramos econômicos como mineração, hotelaria e turismo, ou ainda para a saúde. O evento pandemia da Covid-19 evidenciou uma produção múltipla da ciência, por meio das redes sociotécnicas, agenciadas e financiadas por diversos atores.

Finalizo o texto trazendo uma diretriz ética intrínseca à análise anterior. Ao afirmar-se que não há ciência sem atores, interesses, financiamentos, a dicotomia histórica entre natureza e cultura, entre política e técnica, entre objetividade e subjetividade pode ser dissipada, dando lugar a modos de fazer ciência que tenham como pressuposto e propósito formas de sociabilidade construídas na história: o bem comum, o estado do bem-estar social para todos, os direitos de grupos e populações. Essas formas, longe de serem abstratas, viabilizam políticas como vacinas gratuitas e para todos na população, redução da corrida armamentista que retornou no início do século XXI como, por exemplo, a Alemanha anunciando aumento de seu orçamento para questões bélicas, afastando-a de suas décadas de bem-estar social crescente, em parte explicada pela aplicação de seus recursos junto aos direitos básicos da população.

Investigar as práticas de ciência em todo o seu processo de criação pode nos levar a entender a realidade como construção social (Cordeiro *et al.*, 2023, p. 17) e atuar na perspectiva ético-solidária no mundo. Os autores Kuhn, Santos e Latour foram apresentados aqui pontualmente em suas leituras históricas do fazer ciência. Eles expõem reflexões epistemológicas que abrem caminhos para uma linguagem não hermética sobre a ciência, em contraposição a uma linguagem hermética, intencionalmente política, de autorrepresentação, que visa a fechar o debate científico, que sempre foi um debate social constituído por redes sociotécnicas de posicionamentos e práticas que produzem efeitos globais e locais.

REFERÊNCIAS

- Bynum, William** (2019). *Uma breve história da ciência*. L&PM.
- Cordeiro, Mariana Prioli** (2012). *Psicologia Social no Brasil: multiplicidade, performatividade e controvérsias* [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP]. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16969/1/Mariana%20Prioli%20Cordeiro.pdf>
- Cordeiro, Mariana Prioli, Lopes, Felipe T. Paes, Brigagão, Jacqueline Machado, & Rasera, Emerson** (Orgs.). (2023). *Diálogos sobre o construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink & Tomás Ibáñez*. CRV; IPUSP.
- Feyrabend, Paul K.** (2011). *Contra o método*. Editora UNESP. (Original publicado 1975)
- Horton, Richard** (2020). Off-line: Covid-19 is not a pandemic. *The Lancet*, 397(10274), 579-580. <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932000-6>
- Kuhn, Thomas** (2011). *A tensão inicial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*. Editora UNESP. (Original publicado em 1977)
- Kuhn, Thomas** (2017). *A estrutura das revoluções científicas* (13ª ed.). Perspectiva. (Original publicado em 1962)
- Latour, Bruno** (2001). *Pasteur: guerre et pax des microbes; suivi de Irréductions*. La Découverte.
- Latour, Bruno** (2011). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (2ª ed.). Editora UNESP.
- Latour, Bruno** (2013). *Jamais fomos modernos* (3ª ed.). Editora 34. (Original publicado em 1991)
- Latour, Bruno** (2016). *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. Editora 34.
- Latour, Bruno** (2019). Desencarcerar os corpos? *Revista do NUFEN*, 11(2), 208-219. <https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.n01tradução01>
- Piani, Pedro Paulo F.** (2023). Sindemia, Ciência e Produção de Conhecimentos: apontamentos para análise a partir da pandemia da Covid-19. In Claudia Malinverni et al. (Orgs.), *Desinformação e Covid-19: desafios contemporâneos na comunicação e saúde* (pp. 48-63). Instituto de Saúde. https://saude.sp.gov.br/recursos/instituto-de-saude/homepage/pdfs/temas_32_desinformacao.pdf
- Santos, Boaventura Souza** (2010). *Um discurso sobre as ciências* (7ª ed.). Cortez.
- Sayare, Scott** (2020). O arauto da cloroquina. *Revista Piauí*, 165. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-arauto-da-cloroquina/>
- Schwartzman, Simon** (2015). *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil* (4ª ed.). Editora da Unicamp.
- Spink, Peter** (2021). Covid-19: uma bricolagem de sentidos caminantes. In J. Spink, Mariana P. Cordeiro, Jacqueline M. Brigagão, & Claudia Malinverni (Orgs.), *Covid-19: versões da pandemia na mídia* (pp. 17-67). IPUSP.
- Tirano-Serrano, Francisco & Domènech-Argemí, Miquel** (2005). *Asociaciones heterogéneas y actantes: El giro postsocial de la teoría del actor-red*. *Revista de Antropología Ibero-Americana*, 1(nspe.), 1-27. <https://www.redalyc.org/pdf/623/62309905.pdf>

III

INDAGAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS:
OUTROS FUTUROS PARA A VIDA

FUTUROS POSSÍVEIS A PARTIR DO RESGATE DA ANCESTRALIDADE:

NARRATIVAS PRODUZIDAS POR
MULHERES AMARELAS BRASILEIRAS

Mayara Liye Arita
Carla Guanaes-Lorenzi

“lembre-se do corpo
da sua comunidade
respire o ar do povo
que costurou seus pontos
é você quem se tornou você
mas as pessoas do passado
são parte do seu tecido.”
(honre as raízes) Rupi Kaur (2018)

Neste capítulo, refletimos sobre o papel do resgate da própria ancestralidade por pessoas amarelas para a maior apropriação de suas racialidades e, por conseguinte, construção de novas versões identitárias. Abordamos esse tema pensando em seu potencial para a produção de novos futuros possíveis, partindo de algumas perguntas que orientaram a produção deste livro: “Como podemos refletir sobre os efeitos dos discursos sociais na configuração de práticas sociais e formas de vida?” e “Como podemos seguir juntos, sustentando a vida em comunidade e preservando uma ética relacional que possibilita o bem comum?”.

Este texto resulta de uma pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais (LAPEPG-USP), aprovada por um Comitê de Ética,

em que foram produzidas narrativas com mulheres amarelas sobre a construção de seu senso de identidade, considerando o processo de reconhecimento e apropriação de suas racialidades (Arita, 2022). Essa temática foi escolhida por reconhecermos a importância de uma maior visibilização das histórias de pessoas amarelas, cujas vivências são frequentemente marcadas por violências raciais essencializadas, que somente podem ser compreendidas como fenômenos sociais, e não individuais, a partir de uma perspectiva que exponha a realidade racial da sociedade em que vivemos. A pesquisa relatada foi desenvolvida a partir de uma epistemologia construcionista social, que dá ênfase à linguagem como produtora das realidades sociais em que vivemos. Compreendemos que é pelo processo de narrarem a si mesmas e de serem narradas por outros que as pessoas produzem sentido sobre si mesmas, isto é, seu senso de identidade ou *self*. Ou seja, produzimos discursiva e relacionalmente quem somos (Shotter, 1989, 1993).

Assim, ao longo deste texto, buscamos refletir sobre os processos de apropriação das racialidades por pessoas amarelas a partir do interesse genuíno pelas suas histórias ancestrais. Discutiremos como esse processo, de resgate das ancestralidades, pode contribuir para a construção de versões identitárias descolonizadas e novos futuros para pessoas amarelas. Futuros em que as narrativas dessas pessoas não sejam restritas à história dominante e naturalizada que nos foi contada sobre o processo de colonização.

Para isso, organizamos este texto em seis momentos:

1. Iniciamos apresentando a narrativa da primeira autora deste trabalho (Mayara), que se reconhece como uma mulher amarela e vivenciou, assim como as participantes da pesquisa relatada, um processo de mergulho em suas histórias autobiográficas – o que aconteceu antes e durante todo o processo da pesquisa.
2. Apresentaremos um breve histórico da participação de leste-asiáticos e seus descendentes no contexto social brasileiro, a fim de se construir um breve panorama sobre como ocorreu o processo de racialização dessa população.
3. Abordaremos como o contexto da pandemia da Covid-19 tornou ainda mais visível o processo de racialização de pessoas amarelas, devido ao encarceramento das violências raciais direcionadas a esse público.
4. Apresentaremos as narrativas de duas participantes de nossa pesquisa, ilustrando o impacto que a maior aproximação que

elas tiveram às suas ancestralidades teve na apropriação de suas racialidades e na produção de novas versões identitárias.

5. Refletiremos, a partir disso, sobre o papel do resgate da ancestralidade no processo de conscientização e descolonização das narrativas identitárias de pessoas amarelas.
6. Finalizaremos com o entrelaçamento deste tema com a narrativa da primeira autora.

“MAYARA LIYE ARITA”: A JUNÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO NA SUA NARRATIVA IDENTITÁRIA

Meu nome é Mayara. Mayara Liye Arita. “Mayara”, meu primeiro nome, foi escolhido por minha mãe. É um nome brasileiro que têm significados derivados de duas culturas indígenas brasileiras: da junção entre os elementos do tupi-guarani “maya” (“mãe”) e “arya” (“avó por parte de mãe”), significado como “bisavó” ou “senhora”; e associado ao termo uapixana “maiaré”, que significa “bicho”. Ou, segundo minha mãe, significa “rainha do mar”. Já “Liye”, meu segundo nome, foi escolhido por meu pai. Segundo seu relato, foi escolhido pensando no nome de uma cantora japonesa (“Lie”). “Liye”, então, seria meu nome japonês, meu segundo nome, escolha derivada de uma ação muito comum entre descendentes de japoneses como forma de preservar a cultura japonesa e as tradições ancestrais. Por fim, meu sobrenome, “Arita”, é um sobrenome japonês de origem paterna.

No meu nome é observado a junção clara entre Brasil e Japão, de duas culturas que também se integram na construção de minhas narrativas de mundo e de identidade. Essa integração, contudo, nem sempre foi tão visível para mim, que por muito tempo estive afastada da minha “parte” japonesa e imersa no que eu considerava ser a “brasilidade autêntica”. Reconhecer-me como uma pessoa amarela também foi um processo demorado, tendo ocorrido uma desconstrução gradativa das histórias que tinha sobre mim, até entender-me como uma mulher não branca. Nesse processo, um percurso fundamental foi buscar conhecer outras pessoas com vivências semelhantes às minhas: relatos e histórias de descendentes de leste-asiáticos brasileiros. Nessa trajetória de buscar encontrar outras pessoas amarelas, comecei a ter mais interesse em conhecer mais sobre mim por meio da história daqueles que não me eram distantes: conhecer minha família, a sua história de pertencimento e (des)pertencimento e, assim, fazer dessa também minha própria história. Um olhar para as minhas raízes e para a minha própria ancestralidade. Esse texto talvez seja mais uma forma de eu tentar honrar tudo isso.

UM BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DE LESTE-ASIÁTICOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A participação de leste-asiáticos na sociedade brasileira é marcada por dubiedades. A depender do cenário geopolítico vigente, leste-asiáticos e seus descendentes foram vistos ora por uma perspectiva degenerativa, humorística e imoral, ora como figuras extremamente ameaçadoras e violentas, ora como modelos positivos a serem seguidos. Para entendermos qual é o espaço social assumido atualmente por essas pessoas, é fundamental o resgate de alguns recortes históricos que auxiliaram na construção de discursos racializados sobre essa população. Com o objetivo de explicitar a construção social desses lugares ambíguos, abordaremos de forma sucinta três momentos históricos em que discursos sobre essa população foram disseminados na sociedade brasileira: a entrada expressiva de imigrantes leste-asiáticos no país após a abolição da escravidão da população africana, a acentuação do discurso antinipônico no governo Vargas e o resgate de uma imagem positiva do japonês (e do leste-asiático) no pós II Guerra Mundial.

A primeira entrada expressiva de imigrantes leste-asiáticos ocorreu no final do século XIX, contexto em que houve a abolição da escravidão e instauração da necessidade de substituição, pelos latifundiários brasileiros, da mão de obra anteriormente escravizada e negra por uma assalariada (Higa, 2009; Sasaki, 2006; Ueno, 2020). Diante da impossibilidade de uma emigração em grande número de europeus, e do interesse dos latifundiários por trabalhadores não anárquicos (tal como eram descritos os italianos), houve um direcionamento do interesse ao “tipo mongólico”, entendido como um possível intermediário entre o branco, “anárquico”, e o negro, “pouco inteligente” (Costa, 2020; Lesser, 2015; Ueno, 2020). Nesse cenário, a política nacional incentivou, a princípio, a imigração dos chineses, vistos de forma objetificada como trabalhadores servís, semelhante às populações nativas das Américas e de fácil assimilação (Costa, 2020; Ueno, 2020).

A “importação” desses trabalhadores, contudo, foi bastante rechaçada no país, considerados pelos fazendeiros e pela elite como “indolentes, indisciplinados, inúteis e prejudiciais” (Dezem, 2005 como citado em Higa, 2009, p. 4). A exposição das crueldades vivenciadas por esses trabalhadores denominados de “coolies”, junto ao alto número de mortes nas viagens migratórias e ao tratamento que receberam em Cuba e Peru, resultou na proibição pela China, na década de 1870, da emigração de seus cidadãos, a não ser que fosse voluntária e em nações com as quais mantinha relações comerciais, limitando a imigração chinesa no Brasil (Conrad, 1975 como citado em Shimabuko, 2020). Perante o ocorrido, o país modificou seu foco à atração de imigrantes japoneses, país que passava por um processo de modernização aos moldes do modelo ocidental e que contribuía para a construção da imagem dos japoneses como “os brancos da Ásia”, considerados etnicamente como menos asiáticos (Higa, 2009; Lesser, 2015; Shimabuko, 2018; Ueno, 2020).

O discurso sobre o embranquecimento do imigrante japonês, contudo, não foi unânime dentro da sociedade brasileira (Shimabuko, 2018). Ao mesmo tempo em que houve o contraste do corpo japonês (mais “branco”) ao dos corpos negros e indígenas, e o desejo pelas elites cafeicultoras de lucrarem com a mão de obra asiática, houve também um receio de que a mão de obra asiática criasse “uma casta de escravos amarelos” (Von Koseritz, 1885, como citado em Lesser, 2015, p. 108). Essa leitura eugenista, somando-se aos discursos sobre a “insolubilidade” dos japoneses, alinhava-se ao medo gradativamente instaurado em parte da sociedade brasileira, compartilhada pelos estadunidenses, de uma colonização japonesa no país, no contexto em que o Japão vivenciava uma ascensão econômica e militar (Shimabuko, 2018).

Com a eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945) e o alinhamento do Japão às potências do Eixo (Alemanha e Itália), instaurou-se a radicalização desse medo, com a concretização do país como ameaça militarizada aos países ocidentais e a definição do Japão como “novo perigo amarelo” (Shimabuko, 2016). Nesse contexto, houve a instalação de uma política explícita antinipônica importada dos Estados Unidos, culminando na expulsão, em junho de 1943, de cerca de 6500 nipo-brasileiros residentes na região de Santos/SP, vistos, junto aos italianos e alemães, como possíveis espões de guerra e ameaças à segurança nacional (Shimabuko, 2016, 2018). Houve, então, uma mudança radical na imagem do imigrante japonês: se antes era descrito como um trabalhador dócil e pacato, passou, nesse contexto, a ser considerado como “espão sanguinário, traiçoeiro, fiel apenas a seu Imperador” (Shimabuko, 2016, p. 6).

Com a derrota do Japão na segunda guerra e o seu novo posicionamento sob a tutela dos Estados Unidos, houve a inserção do país no cenário do capitalismo global com uma política denominada de “*Cool Japan*”. Iniciada na década de 1960, essa política teve como intuito mudar progressivamente a imagem do país no cenário internacional (Rodrigues, 2014; Shimabuko, 2018), resultando também no resgate da visão do japonês como “dócil, trabalhador e desejável (em diversos sentidos)” (Shimabuko, 2018, p. 6). Nesse contexto, na década de 1990, houve a popularização exponencial da cultura japonesa que permitiu “que o Ocidente abrace o Japão” (Shimabuko, 2016, p. 7), coexistindo uma admiração crescente pelo que é “oriental” junto a um sentimento residual antinipônico (Shimabuko, 2016, 2018) e anti-amarelo.

A RACIALIZAÇÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E O IMPACTO SOBRE AS PESSOAS AMARELAS

No contexto da pandemia do novo coronavírus, iniciada em 2020, foi perceptível a racialização do vírus causador da doença, a Covid-19, designado de forma pejorativa como “vírus chinês”. A partir dessa racialização, chineses foram descritos

como causadores e propagadores da doença pelo mundo, perspectiva atravessada pela leitura orientalista dessas pessoas como estrangeiras, o “outro”, responsáveis pela disseminação do vírus por serem sujas e contaminadas (Orazem, 2021).

A responsabilização dos chineses pela proliferação do coronavírus promoveu a exacerbação de práticas de extrema violência direcionadas aos leste-asiáticos, como o assassinato de seis mulheres asiáticas ocorrido em Atlanta, nos Estados Unidos, no dia 16 de março de 2021 (Lynch & Almasy, 2021; Orazem, 2021). O ato constituiu um entre os muitos crimes de ódio ocorridos nos Estados Unidos que, segundo relatório divulgado pelo *Stop Asian Hate*, movimento que denuncia o aumento das violências durante a pandemia direcionados a leste-asiáticos nos Estados Unidos, somavam 6.603 casos entre os meses de março de 2020 e março de 2021 (Jeung, Horse, & Cayan, 2021), sendo ainda visualizado um aumento de 1900% desses incidentes no país (Tammaro, 2021).

A terminologia racista que racializa a Covid-19, importada dos Estados Unidos (Orazem, 2021; Tammaro, 2021), também presentificou-se no cenário brasileiro, revelada em casos como o ocorrido com a universitária Marie Okabayashi, de 23 anos, que relatou ter sido abordada no metrô do Rio de Janeiro no dia 31 de fevereiro de 2020 por uma idosa, que a chamou de “chinesa porca” e a responsabilizou por estar “passando doença para todo mundo”, enquanto mostrava a ela o seu dedo do meio (Rodrigues, 2020). Apesar dessas práticas serem orientadas aos chineses, elas frequentemente também atingem outras pessoas amarelas, já que há uma indiscriminação da população amarela através do estereótipo que generaliza todas as etnias leste-asiáticas (Tammaro, 2021). Além disso, embora tenham sido mais evidenciadas no contexto da pandemia, essas posturas não são circunscritas a esse momento, sendo observadas ao longo de todo o processo de racialização e discriminação que vem ocorrendo desde o processo migratório de leste-asiáticos.

Junto à maior exposição das violências raciais vividas por pessoas amarelas, a racialização da Covid-19 também permitiu um maior interesse por parte dessas pessoas em buscar entender melhor a própria racialidade, tendo ocorrido uma maior propagação, via redes sociais, de discussões sobre a temática. Canais de *Youtube* como o “Yoo Ban Boo”, onde são compartilhados vídeos com vivências de asiático-brasileiros através do humor, e o próprio criador de conteúdo Leo Hwan, que compartilha vídeos com reflexões sobre experiências de asiático-brasileiros, junto a diversos outros perfis no *Instagram* foram importantes disparadores de reflexões sobre a racialidade amarela e as vivências particulares de “asiático-brasileiros”. Todo esse cenário favoreceu uma maior visibilização dos impactos da racialização da população amarela, ainda frequentemente lida socialmente a partir de estereótipos raciais. Esses, por sua vez, justificam discriminações e microagressões direcionadas às pessoas amarelas.

NARRATIVAS DE MULHERES AMARELAS: RESGATE DA ANCESTRALIDADE COMO VIA PARA PRODUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS SOBRE SI MESMAS

A maior visibilização dos processos de racialização de pessoas amarelas e os seus impactos nesta população despertaram, por outro lado, um interesse crescente por estas pessoas de produzirem sentido sobre suas vidas e sobre si mesmas, por meio de questionamentos como: “quais as minhas ascendências?”, “como a parte leste-asiática da minha família veio parar no Brasil?”, “o que meus familiares passaram por serem estrangeiros/descendentes de estrangeiros?”, “como meus familiares buscaram manter essas raízes leste-asiáticas?”, “que desafios elas tiveram quando buscaram manter essas tradições?”, “que tradições leste-asiática carrego comigo?”, “de que modo essas raízes me constituem?”, “de quais raízes eu me aproximo e de quais eu me distancio?”. Ou seja, tais questionamentos levaram também a um processo de maior conscientização, favorecendo o reconhecimento de si mesmas como pessoas inseridas em um contexto e em uma história (Freire, 1974; Martin-Baró, 2006).

Essa curiosidade sobre as próprias raízes também apareceu nas narrativas compartilhadas pelas participantes da pesquisa da qual deriva este texto, que teve como objetivo construir narrativas com mulheres que se autodenominam amarelas sobre o processo de produção de suas próprias identidades como mulheres racializadas. Essa construção foi realizada pensando em três eixos: os momentos significativos em suas histórias para o reconhecimento das próprias racialidades, os desafios vivenciados por terem corpos racializados, e as potencialidades do reconhecimento racial na produção de novas versões identitárias. A partir desses eixos, um dos aspectos que atraíram nossa atenção em suas narrativas foi o papel do resgate da ancestralidade em suas histórias e na forma como se entendiam: como mulheres racializadas. Esse elemento foi trazido principalmente por duas participantes, nomeadas ficticiamente neste texto como Nami e Regina.

A primeira, Nami, é uma mulher nipo-brasileira de 20 anos que habita no interior do Paraná. É nascida no Brasil e é bisneta de japoneses por parte materna e paterna. Atualmente Nami se descreve como uma pessoa amarela, mas, por muito tempo, reconheceu-se como uma pessoa branca, apesar de ter vivido muitas experiências que expunham sua condição de “diferença”. Por conta dessas experiências, que produziam nela um sentimento de constrangimento, Nami se afastou por bastante tempo de muitas coisas que remetiam à cultura japonesa: afastava-se de conteúdos asiáticos, tentava esquecer o que sabia da língua japonesa, evitava estar com outras pessoas amarelas e tentava ser mais extrovertida. Tudo isso para evitar situações que a levassem novamente a se sentir constrangida por ser nipo-brasileira.

Regina, por sua vez, é uma mulher sino-brasileira de 25 anos que reside no interior de São Paulo. Também é nascida no Brasil e é filha de imigrantes chineses vindos da região de Cantão por parte materna e paterna. Regina, diferente de Nami, se vê e sempre se viu como uma pessoa amarela. No entanto, o significado que atribuía a isso foi mudando a partir das experiências que teve durante a sua vida. Assim como Nami, Regina viveu situações em que se sentiu constrangida por não ser branca que a levaram a nutrir uma repulsa por seu grupo étnico e desejo, de modo semelhante à Nami, de se afastar de tudo que remetia a sua história: afastava-se de outras pessoas amarelas e de sua própria família, bastante vinculada às tradições da cultura chinesa. Nesse processo, também foi se sentindo muito angustiada por não conseguir integrar duas versões tão distantes: sua versão mais “abrasileirada” e sua versão mais “achinesada”.

Em algum momento da história de Nami algo mudou para ela, disparando um movimento diferente: o de buscar conhecer a história de sua família, sua ancestralidade. Nesse percurso, um momento foi vivido como muito marcante para ela: quando pôde ir com sua avó visitar o Museu da Imigração Japonesa em São Paulo, em 2020. Ao lado da sua avó, Nami pôde reconhecer os elementos contidos na exposição como parte de sua história: contavam como seus antepassados chegaram ao Brasil. Além disso, Nami também pôde conversar com seu tio-avô sobre essas experiências antes de ele vir a falecer, tendo sido marcante uma frase proferida por ele: sobre a importância de buscar conhecer a própria história, isto é, a história dos imigrantes japoneses, e valorizá-la:

Tinha exposição de um navio lá, e aí o meu falecido tio-avô, ele veio num desses navios, até porque ele morreu com um, o que, 100 anos, assim, bem recentemente, ano passado. Então eu tive muito contato com ele e ele veio num desses navios. Então eu tive a oportunidade de conversar com pessoas que viveram aquilo, sabe, de pessoas que estavam ali. E eu acho que uma das coisas muito legais foi quando eu conversei com ele e ele pegou e falou “você tem que ter orgulho da sua história, você tem que ir atrás de conhecer mesmo a história dos imigrantes”. E aí ele sempre usava, assim, no dia da independência, esses eventos, ele sempre usava, assim, colocava na casa dele uma bandeira do Brasil e uma bandeira do Japão, eu achava muito bonitinho. (Relato de Nami, sobre a relação que teve com seu tio-avô)

Algo semelhante aconteceu na história de Regina que, num determinado momento de sua vida, também buscou aproximar-se mais de sua família e da cultura chinesa nutrida por ela. Para Regina, essa aproximação permitiu desenvolver um olhar mais sensível aos aspectos de sua família que antes não tinham tanta importância para ela, como, por exemplo, a forma como seus familiares demonstravam cuidado e afeto pelas pessoas que amam: a partir da preocupação com a

saúde do ente querido, junto à oferta de comida, de companhia e de condições para ascensão social:

Uma coisa que mudou também foi a forma de eu me relacionar com minha família, porque muitas vezes eu achava que eles eram pessoas secas, grossas, que não se importavam com as outras pela forma que agiam, se você for usar aquela ideia das linguagens de amor, elas eram pessoas dos atos... das ações, então eles fazem as coisas, mas não é um fazer no aspecto de abraçar, do contato físico, é o fazer de fato, então se você chegar para algum deles e falar “nossa, achei esse doce maravilhoso”, eles vão ser as pessoas que vão lotar sua casa desse doce, e aí você vai olhar para esse doce até enjoar. E a minha família sempre foi prática nesse aspecto, então se eu dissesse que eu tava com dor nas costas, ou eles iriam me arrumar um remédio para dor, ou eles iriam me arranjar um massageador, de onde eles iam tirar esse massageador eu não sei, mas eles iam fazer isso. (Relato de Regina, sobre o reconhecimento das linguagens de afeto da sua família)

Podendo aproximar-se de seus familiares, então, Regina pôde entender o papel da família na construção de seu senso de *self*, conseguindo integrar em si duas partes que antes eram cindidas: seu lado “brasileiro” e seu lado “chinês”. Isso permitiu a ela construir, gradativamente, uma descrição mais integrada sobre si mesma:

Acho que isso é uma coisa que vem muito da forma como a minha família me construiu, e eu sempre vou ressaltar bastante o aspecto “minha família” porque apesar de eu perceber que tem esse marcador da raça eu percebo que aqui é o lugar em que eu me construí bastante, então pra mim isso acaba sendo um grande, é, uma grande parte da minha identidade, e eu acho que eu não consigo mais separar como eu fazia antes. Quando eu era mais nova, eu tinha uma tendência maior de tentar separar que a minha família era a minha família e eu era eu, e eu não era uma parte como eles, mas hoje em dia, né, depois de ter passado por vários processos eu fui descobrindo e percebendo o quanto que, não, eu sou uma parte dessa minha família, eu tenho uma parte, tenho essa mesma raiz, e acho que essa não é uma parte de mim que eu possa negar. (Relato de Regina, sobre o papel fundante de sua família na construção de sua identidade)

Já no caso de Nami, ao poder conhecer melhor a história de sua família e a sua própria história, ela pôde gradativamente valorizá-las mais. Assim, ela passou a nutrir um desejo de se reaproximar daquilo de que antes se afastou: tudo aquilo expunha que ela era diferente das pessoas ao seu redor, majoritariamente brancas. E, mais que reaproximar, Nami conseguiu aceitar e admirar elementos que faziam parte da sua história, em um processo semelhante àquele vivido por Regina: a integração de elementos de duas culturas diferentes, a brasileira e a japonesa:

Foi um baque do tipo “olha, sua cultura não é só anime, tá?”. Não é só anime e sushi, sabe? Tem mais coisas sobre isso, assim, você pode explorar mais coisas, olha que legal. E também acho que foi muito gratificante porque o que me trazia antes vergonha e até ódio, sabe, dos meus traços, da minha cultura etc., foi uma coisa que comecei a parar e falar “nossa, que legal”, sabe, “eu tenho tipo a cultura brasileira e a cultura japonesa comigo, tipo, meu, quem tem a oportunidade de comer ‘gohan’ todo dia com uma feijoada”, sabe? Quem no Brasil vai comer, sei lá, “oniguiri” com churrasco, sabe? É uma coisa, uma mistura muito louca, é uma mistura muito legal, assim. Então eu acho que foi esse passar, assim, de vergonha para olhar com esses de gratidão, de falar “meu Deus! Que bom que eu sou nipo-brasileira”. (Relato de Nami, sobre o processo de valorização de sua identidade intercultural)

Por meio das narrativas dessas participantes, podemos perceber, primeiro, o processo vivido por Nami e Regina de ódio e repulsa pelo que as tornavam diferentes racial e culturalmente, acompanhado de um movimento de afastamento de tudo que expunha essa diferença. Depois, um processo contrário: um interesse crescente em buscar entender a sua história a fim de nomear violências raciais sofridas (antes ininteligíveis) e de construir novas versões identitárias, mostrando o interesse e resgate da própria ancestralidade como um caminho para a apropriação da própria racialidade.

O RESGATE DA ANCESTRALIDADE COMO VIA PARA PRODUÇÃO DE NOVAS VERSÕES IDENTITÁRIAS

Quando buscamos entender quem somos, é interessante, para além de uma investigação somente introspectiva, buscarmos também conhecer e reconhecer quais são nossas raízes: onde nascemos, de quem nascemos, onde crescemos, quem nos ajudou a crescer, que espaços habitamos, com que pessoas habitamos e como todas essas pessoas existem para nós. Para pessoas racializadas, o processo de buscar raízes pode ter repercussões um pouco mais profundas – como temos aprendido com as reflexões já produzidas pelo povo negro (Munanga, 1990; Souza, Damico, & David, 2020). Assim, pode não ser simplesmente compreender que seus antepassados, às vezes familiares não tão distantes assim, saíram de suas terras natais por algum motivo e embarcaram numa viagem a uma terra distante sem um retorno programado. Pode não ser só entender a história de seus antepassados, de seus familiares e deles próprios. A investigação das próprias raízes e o resgate da história familiar e ancestral, para além de um processo de sanar curiosidades aparentemente triviais, pode também ser um importante recurso para o processo de conscientização (Freire, 1974) e descolonização de suas narrativas de vida e identidade (Araújo, Moura, & Dantas, 2021; Martin-Baró, 2006).

No caso específico das pessoas amarelas, quando elas buscam entender suas histórias e suas raízes, elas resgatam o evento da imigração das tantas populações leste-asiáticas, cada uma delas em um contexto histórico e geopolítico específico, como sendo marcos importantes nas histórias desses imigrantes e das famílias descendentes. Marcos importantes porque, junto com o desbravamento de um mundo novo, imigrantes carregam consigo vivências compartilhadas e herdadas pelos seus descendentes: de serem vistos como corpos estranhos, exóticos, de terem que se adaptar para “se misturarem melhor”, de serem eternos estrangeiros, nunca “brasileiros”. E, no caso de seus descendentes, internalizando essas experiências reiteradas pelos estereótipos raciais, de não se sentirem de fato pertencentes ao território em que nasceram e cresceram.

Fincar raízes num território em que são frequentemente vistos como estrangeiros traz alguns custos: serem pessoas sem uma “brasilidade” reconhecida como autêntica e terem suas histórias pouco contadas. Pouco contadas ora por escolha dos próprios imigrantes de não a narrarem, num movimento de tentarem silenciar o sofrimento que vivenciaram para sofrerem menos, ora pelo silenciamento existente nos próprios livros de história que ensinam que a população brasileira é produto da união de três raças: brancos, negros e indígenas (Shimabuko, 2018), isto é, sem espaço para as pessoas amarelas. Silenciamento esse que também pode produzir, no processo de subjetivação das pessoas amareladas, a naturalização do olhar de estranhamento para aquilo que faz parte de sua cultura e cotidiano: o jeito de falarem, os alimentos que comem, as tradições que valorizam, a forma como demonstram afeto e os valores que os orientam.

Como é possível construir uma identidade “autêntica”, potente, quando uma pessoa estranha tudo que compõe sua história? Quando não existe a certeza de que se habita um território e a ele pertence? Invasidos por tantas leituras prévias de pessoas que parecem os conhecer mais do que eles próprios, como eles podem se posicionar como sujeitos, e não como objetos da história de outros? Segundo hooks (2019), existe uma ligação íntima entre representação e dominação: quando as pessoas não se veem representadas, ou somente se veem representadas de modo negativo, elas internalizam a experiência de serem “os outros”. De serem pessoas sem profundidade, sem histórias, sem raízes, sem ancestralidade.

hooks (2019) também aborda a temática da descolonização, como uma luta constante para nos definirmos internamente a partir da recordação do passado, ao mesmo tempo em que buscamos imaginar e construir novos futuros. Esse é um movimento que já vem sendo realizado há tempos pelos movimentos de negritude. Munanga (1990), por exemplo, já ressaltava, no final do século passado, a importância de o povo negro resgatar suas raízes ancestrais e recordar o processo histórico em que a resistência afro-brasileira foi sendo produzida. Para o autor, é importante resgatar e reescrever a história de dominação praticada pelos europeus

no contexto colonial, mascaradas pela escrita branca a partir do racismo, e que forçou o evento da diáspora das populações africanas como processo necessário para elas salvarem suas almas. Resgatar e recordar de onde vieram, como vieram e como ficaram, para questionarem quem são e como poderão ser no futuro, para poderem coexistir na história e construí-la junto com os outros, e não mais ter sua história somente contada em terceira pessoa, por eles.

Para as pessoas amarelas, resgatar as particularidades de sua própria história e ancestralidade pode permitir a elas refletir sobre os seus espaços de “privilegio”, comparando-os à história de outros grupos racializados (populações negras e indígenas); e, assim, também compreender o quanto tais espaços se mostram, por vezes, como dúbios e frágeis: se, por vezes, são posicionados como “superiores” a negros e indígenas, reforçados por estereótipos positivos sobre seus comportamentos e sua moral, ainda são os “outros”, os “exóticos” (Said, 1990), aqueles que não podem narrar a si mesmos como protagonistas, porque são melhor narrados pelos brancos (Bento, 2002).

Quem, então, tem direito à ancestralidade? Quem pode preservar a própria história e quem não pode? Quando se retira de uma pessoa a possibilidade de conscientização acerca de sua própria história, promove-se a alienação da realidade social que a cerca e onde vive (Araújo, Moura & Dantas, 2021; Freire, 1974; Martin-Baró, 2006). Quando pessoas racializadas não conseguem significar a violência racial sofrida como algo social, e não algo individual, elas ficam enfraquecidas. Podem muitas vezes se calar, ter vergonha do que viveram – por acreditarem ser algo individual. A vergonha, como diz novamente hooks (2021), nos separa de nós mesmos e dos outros. A vergonha, o complexo de inferioridade (Munanga, 1990), o sofrimento por ser “diferente”, a escolha por buscar apagar um pouco os traços de diferença, o desejo de buscar uma assimilação aos brancos, tudo isso faz parte da política de silenciamento das histórias coletivas. Ao contrário, quando a questão é vista como social, como produto do racismo, há espaço para construção de novos futuros. Quando as pessoas racializadas conseguem compreender de onde vieram, o que suas famílias tiveram que fazer para estarem aqui, para eles mesmos estarem aqui, há espaço para maior protagonismo e autonomia. O acesso à história, à ancestralidade, permite a costura entre o passado, o presente e o futuro. A partir dessa costura narrativa, a vida dessas pessoas pode ganhar um novo sentido. Como diz Regina, uma vida com propósito:

eu acho que eu, ainda não assimilei cem por cento o que é ser amarela, mas na minha experiência de vida eu consigo entender o que eu sou, por que eu sou, como eu sou. E a partir de ter esses entendimentos eu consigo estabelecer o que mais eu gostaria de ser, e acho que isso para mim tem feito hoje muito mais sentido e tem me feito entrar em

contato com uma forma de ser que hoje faz muito mais sentido e me aproxima muito mais dos meus propósitos, que eu acho que isso também foi uma coisa que foi ensinado muito pela minha família, você tem que fazer uma coisa que te aproxima de um propósito, e aí minha mãe sempre me falou de tentar fazer uma coisa que me fizesse feliz mesmo que ela não entendesse. (Relato de Regina, sobre o papel do entendimento da sua racialidade na produção de uma vida com propósito, algo que também foi ensinado por sua família)

Resgatar e valorizar as narrativas ancestrais que atravessam a vida dessas pessoas permite a produção de novos sentidos de vida e identidade, favorecendo a busca por outros e um senso de coletividade e o enfrentamento das situações de violência (Munanga, 1990). Permite, ainda, transformar aquilo que enfraquece e gera isolamento em um sentimento de orgulho de suas ancestralidades, possível pela produção de novos sentidos sobre suas origens (André, 2007). Esse processo pode, ainda, contribuir para o rompimento da reprodução continuada e naturalizada da história sobre leste-asiáticos e seus descendentes, para que novas narrativas possam ser contadas: contadas e escritas por pessoas amarelas, protagonistas de suas próprias histórias.

TECENDO UMA “COLCHA DE RETALHOS”: MAYARA E O RESGATE DA SUA ANCESTRALIDADE

Ao retratar sobre o processo de buscar entender sua identidade nipo-brasileira a partir da investigação das histórias fragmentadas de sua família, Inara, em seu documentário “*Onde as ondas quebram*” (Chayamiti, 2023), define a necessidade de construir o “*kintsugi*” da própria história e da própria brasilidade, de buscar os fragmentos da história de suas famílias espalhadas em tantas vidas pouco contadas, às vezes silenciadas, de tantas pessoas. Buscar e unir esses fragmentos. Costurar uma colcha de retalhos integrando passado, presente e futuro.

Eu, Mayara, ainda estou buscando costurar a minha colcha de retalhos – é uma colcha ainda em construção. E ela começa assim: sou neta e bisneta de imigrantes japoneses que abriram mão de tudo que tinham para buscarem uma vida melhor no Brasil, no país tropical onde a promessa era de que ficariam ricos. Mas não ficaram. Além disso, também sou filha de pais *dekasseguis*, brasileiros (mesmo que não reconhecidos como tais) que fizeram o caminho contrário: foram para o Japão trabalhar, buscando alcançar melhores condições de vida. Talvez, a um custo alto. Trabalhavam em condições precárias em diferentes ramos: componentes eletrônicos, produtos alimentícios, peças de aviação, componentes de plástico. E alcançaram. Alcançaram e me permitiram me graduar em uma faculdade pública, espaço em que nunca antes haviam pisado. Eles me permitiram estar aqui,

estudando sobre racialidade amarela e sobre ancestralidade, mais curiosa do que nunca para conhecer mais minha própria história. E me permitiram escrever este capítulo, por meio do qual busco honrar a eles e a todos que vieram antes de mim.

“você é uma só pessoa
mas quando você avança
uma comunidade inteira
anda por meio de você”
- ninguém anda sozinho
Rupi Kaur (2020)

REFERÊNCIAS

- André, M. C.** (2007). Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 27(2), 87-102. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.11745>
- Araújo, D. C., Moura, V. A., & Dantas, B. S. A.** (2021). O resgate da memória histórica como estratégia de desconstrução do racismo. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(2), e-3983. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200004&lng=pt&tlng=pt
- Arita, M. L.** (2022). *Narrativas de pessoas amarelas sobre a experiência da racialidade: Desafios e potencialidades na construção de suas identidades* [Monografia de Conclusão de Curso, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP].
- Bento, M. A. S.** (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 28-63). Vozes.
- Chayamiti, I.** (2023). *Onde as ondas quebram* [Documentário, 1h 25min]. Bonde Filmes/Chayamiti Films.
- Costa, E. A. S.** (2020). A presença asiática no Brasil entre os séculos XIX e XX: ‘A questão chinesa’ e a construção da identidade nacional brasileira. *Enfoques*, 17(1), 19-32. <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/16536>
- Freire, P.** (1974). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Higa, M. L.** (2019). “Eu achava que era branca”: raça e gênero no feminismo asiático brasileiro [Trabalho preparado para o I Congresso de Estudos de Interseccionalidades das Ciências Sociais da USP, SP]. <https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJRf9BUIFVSZVZPljtzOjM6Ijg0NCI7fSI7czoXOiJoIjtzOjMyOiIyZWE5MTkxZTEzYjYiYjE4NDdjOGVmMmI5YmJhNWU1ZSI7fQ%3D%3D>
- hooks, b.** (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- hooks, b.** (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Jeung, R., Horse, A. J. Y., & Cayan, C.** (2021). *Stop AAPI Hate National Report 3/19/20 – 3/31/21*. StopAAPI. <https://stopaapihate.org/wp-content/uploads/2021/05/Stop-AAPI-Hate-Report-National-210506.pdf> - <https://stopaapihate.org/national-report-through-march-2021/>
- Kaur, Rupí** (2018). *O que o sol faz com as flores*. Planeta.
- Kaur, R.** (2020). *Meu corpo minha casa*. Planeta.
- Lesser, J.** (2015). *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. Editora UNESP.
- Lynch, J. & Almasy, S.** (2021, 17 de março). EUA: Ataques a tiros em três spas de Atlanta deixam ao menos 8 mortos. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-ataques-a-tiros-em-tres-spas-de-atlanta-deixam-ao-menos-8-mortos/>
- Martin-Baró, I.** (2006). Hacia una Psicología de la Liberación. *Psicología sin Fronteras: Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 1(2), 7-14.
- Munanga, K.** (1990). Negritude afro-brasileira: Perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, 33, 109-117. <https://doi.org/10.11606/21790892.ra.1990.111217>
- Orazem, E.** (2021, 25 de mar.). Ódio contra asiáticos não é novidade nos EUA, e cresce

com pandemia. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/odio-contra-asiaticos-nao-e-novidade-nos-eua-e-cresce-com-pandemia>

Rodrigues, P. L. (2014). O caso do Cool Japan: A construção de uma política cultural para a promoção da identidade nacional. *Observatório da Diversidade Cultural*, 1(1), 50-63.

Rodrigues, M. (2020, 04 de fev.). Estudante diz ter sido chamada de 'chinesa porca' por idosa no metrô do Rio e registra queixa na polícia. *G1 Rio*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/04/estudante-diz-ter-sido-chamada-de-chinesa-porca-por-idosa-no-metro-do-rio-e-registra-ocorrencia.ghtml>

Said, E. (1990). *Orientalismo*: O Oriente como invenção do Ocidente. Companhia das Letras.

Sasaki, E. (2006). A imigração para o Japão. *Estudos Avançados*, 20(57), 101-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200009>

Shimabuko, G. A. (2016). *A origem do Perigo Amarelo*: orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana [Trabalho final da disciplina de História Geral, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara/SP].

Shimabuko, G. A. (2018). *Para além da fábula das três raças*: uma introdução à percepção racial do amarelo e do japonês no Brasil [Trabalho final da disciplina Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara/SP].

Shimabuko, G. A. (2020). *Do ópio à sopa de morcego*: a construção histórica e função política do nojo do "extremo oriente" no imaginário ocidental [Trabalho final da disciplina de Sociologia Histórica, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara/SP].

Shotter, J. (1989). Social accountability and the social construction of you. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of identity* (pp. 133-151). Sage.

Shotter, J. (1993). Becoming someone: identity and belonging. In N. Coupland & J. F. Nussmbaun (Eds.), *Discourse and lifespan identity*: language and language behavior (pp. 5-27). Sage.

Souza, T. de P., Damico, J. G., & David, E. de C. (2020). Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 42(3), 1-10. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i3.56465>

Tammara, R. (2021, 25 de maio). População de origem asiática é vítima de violência e preconceito na pandemia. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/atualidades/populacao-de-origem-asiatica-e-vitima-de-violencia-e-preconceito-na-pandemia/>

Ueno, L. S. (2020). *Amores (des)racializados*: um estudo psicossocial dos casamentos de "amarelos" com negros e brancos em São Paulo [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, SP]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-05112020-194908/en.php>

FUTUROS POSSÍVEIS NUM MUNDO INCERTO:

UMA LEITURA DO FILME “O TEMPO QUE LEVA”

Lenise Santana Borges
Jacqueline I. M. Brigagão

Em um país onde a propriedade privada é defendida pelo maior arsenal de armas de fogo do mundo, e onde três séculos de escravidão produziram divisões profundas no corpo social, a recriação da noção de comum/bens comuns aparece como tarefa de enormes proporções que só chegará a ser bem-sucedida se passar por um longo processo de experimentações, coalizões e reparações. Apesar de essa tarefa agora parecer absolutamente complicada, ela é também a única saída que temos para expandir o espaço da nossa autonomia e para nos recusarmos a aceitar que a reprodução das nossas vidas aconteça às custas de outros comuns do mundo.

Silvia Federici (2019, p. 389)

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto da discussão que realizamos no nosso grupo de trabalho da ANPPEP e de debates que temos travado em nossas pesquisas e também em nosso cotidiano. Trata-se da análise do filme “*O tempo que leva*”, escrito e dirigido por Cintia Domit Bittar (Bittar, 2013). Compartilhamos da perspectiva de que a construção de sentidos é um processo dialógico, em que “Cada palavra (cada

signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos” (Bakhtin, 2017, p. 66). Assim, neste texto, utilizamos autores como Bruno Latour e conceitos como antropoceno, as autoras feministas como Silvia Federic, Donna Haraway, Carol Gilligan também contribuíram com conceitos como a ética do cuidado, os comuns e a importância do coletivo para discussão da centralidade dos humanos na produção da crise climática e dos possíveis enfrentamentos para a mesma.

Bruno Latour (2020) propõe novas formas de dar sentido à nossa existência e à nossa relação com o planeta terra, ou, melhor dizendo, com Gaia. Ele utiliza a Teoria de Gaia proposta por Lovelock para pensar as questões climáticas. Nessa teoria, a Terra é um organismo vivo composto por sistemas não lineares fora do equilíbrio. Junges (2021) nos explica que:

Gaia expressa a intencionalidade presente em todos os agentes, cada qual transformando seu entorno segundo sua conveniência, modificando seus vizinhos, mesmo que ligeiramente, para garantir sua sobrevivência. Os humanos, da mesma maneira, ajustaram o meio ambiente a suas necessidades, como fazem todos os seres vivos. Assim, é necessário estender as potências do agir e da intencionalidade a todos os agentes, o que tira o foco da intencionalidade da totalidade, embora seja possível detectar retroalimentações positivas e negativas entre atores que já não são intencionais, e cujo resultado não é cooperação nem egoísmo, mas caos. (pp. 738-739)

Latour (2020) articula o conceito de Gaia com o de antropoceno, apresentado pelo químico Paul Crutzen, como uma nova era geológica moldada pela humanidade e que está em andamento; é um conceito muito potente que permite explicitar as múltiplas interações que provocam mudanças climáticas e ambientais. Ou seja, possibilita o reconhecimento que somos parte de um organismo maior e implica romper com a clássica separação humanos/natureza e admitir que as noções de global, natural e universal não são úteis e dificultam identificar os efeitos das ações das redes locais compostas por múltiplos actantes, como bactérias, humanos, materialidades etc.

A noção de antropoceno traz muitas dimensões para a discussão sobre o presente e o futuro e nos possibilita admitir que somos coparticipantes nas alterações profundas e de longo alcance em Gaia. Além disso, Gaia não é entendida como passiva, mas com potencial para ação e reação numa interação constante e permanente com tudo e com todos. Ou seja, nós, juntamente com os outros terrestres que habitam Gaia, estamos constantemente construindo e reconstruindo nosso meio ambiente. E é por isso que Donna Haraway (2016b) propõe que nós temos que assumir o problema, ampliar nossos vínculos para conseguir construir um mundo melhor para as próximas gerações:

Ficar com o problema exige que façamos *oddkin*; ou seja, precisamos uns dos outros em colaborações e combinações inesperadas, em pilhas de compostagem. Nós nos tornamos uns com os outros ou não nos tornamos. Esse tipo de semiótica material está sempre situada em algum lugar e não em nenhum lugar, emaranhado e mundano. (p. 4, trad. nossa)

Assim, a ética do cuidado, as possibilidades de enfrentar as questões climáticas, as nossas relações com humanos e não humanos têm sido objeto de nossas conversas e reflexões e nos levaram a escrever este texto, mas é importante lembrar que começamos essa conversa sobre o filme *O tempo que leva* em 2021. Naquela época, o filme mobilizou afetos de diversas ordens nas duas autoras. Pensamos que o fato de estarmos vivendo os horrores da pandemia da Covid-19 também contribuiu com a nossa escolha de usar uma obra de arte para escrever este ensaio e refletir sobre alguns aspectos do tempo presente e as possibilidades de existência num mundo incerto. Acreditamos que para pensar “futuros possíveis” precisamos aterrar no presente e entender o que nós, como sociedade, estamos fazendo, e as implicações dessas ações para o planeta e para as relações que estabelecemos com humanos e não humanos. Vale lembrar que as autoras são feministas, adotam a perspectiva do construcionismo social e têm uma trajetória marcada pelas experiências como docentes de cursos de graduação e pós-graduação.

PRODUZINDO SENTIDOS PARA O FILME

A linguagem cinematográfica tem características próprias e opera utilizando imagens, sons, palavras, movimento, luz e cor. Nesse contexto, é muito difícil realizar análises que deem conta da complexidade das interpretações que um filme pode gerar. Assim, nossa proposta neste texto é apresentar a nossa leitura de alguns aspectos do filme que foram disparadores de reflexões, questionamentos e angústias.

O tempo que leva é um curta metragem de ficção (15 min.) produzido no Brasil em 2013. A história se desenrola ao longo de um dia, que supostamente todos, menos uma jovem mulher, Jamila (Mayana Neiva), a protagonista, acreditaram que seria o dia do fim do mundo e abandonaram a cidade em busca de fugir da catástrofe. Assim temos o cenário de uma cidade abandonada tomada por névoa, carros destruídos, ruídos estranhos vindos do céu. A jovem, que está sentindo um calor insuportável, busca incessantemente resolver o problema de um ventilador quebrado. Em vez de focalizar a catástrofe, a narrativa se dirige para a cotidianidade, para os pequenos/grandes estragos na vida, para os gestos de restauração, para as ações in(significantes), os entrelugares que podem significar uma forma de enfrentar, expor e lidar com o caos que a vida encerra. Mas a catástrofe é onipresente no filme como um todo.

O filme tem várias camadas e nos permite pensar alguns aspectos fundamentais sobre nossa vida em sociedade, as narrativas de fim do mundo e o tempo que leva para reconhecermos que estamos fabricando o fim do mundo.

A cidade não é somente cenário, ela é também um elemento ativo da matururgia e produz sentidos no filme. A cena de abertura mostra, sob uma névoa, imagens de uma ponte estaiada, típica das grandes cidades no Brasil. A noção de caos e de que tem algo estranho acontecendo é mostrada através dos carros e motos que passam rapidamente pela protagonista. Porém, o mais interessante é observar a quantidade de lixo espalhado pelas ruas, que ao mesmo tempo que remete ao abandono do lugar, nos faz pensar na quantidade de lixo produzidas diariamente. Quando vamos até a casa de Jamila, temos a oportunidade de refletir um pouco sobre a arquitetura dos prédios de apartamentos. Ela vive num pequeno apartamento e, como o calor está intenso, ela opta por ficar no único espaço aberto que existe em muitos prédios, a laje, acima do telhado. Assim, utilizando os termos de Maria Helena da Costa (Costa, 2009), há no filme uma escritura cinematográfica da cidade, onde essa não é passiva, e sim um dos agentes que produz e é produto da destruição do mundo.

Uma cena muito interessante, no início do filme, é a que Jamila, na busca por alguém para consertar seu ventilador, para no bar de um casal de idosos, que são seus conhecidos, e pede um suco de laranja. No clima de mudança, Vera (Amélia Bittencourt) diz que não pode fazer o suco porque não tem laranja suficiente, mas como eles têm uma relação próxima, Alberto (Henrique César) parece não querer deixar Jamila com sede e insiste que Vera faça o suco com meia laranja.

Essa primeira cena no bar nos leva a pensar também na nossa interdependência de outros humanos, das verduras e frutas, das materialidades como energia elétrica, espremedor, ou seja, de tudo que compõe nosso modo de vida. As nossas realidades são coconstruídas e, é impossível viver sem outros cohabitantes do planeta. Essa interdependência vai ficando explícita ao longo do filme, não só para questões objetivas como consertar o ventilador, mas também para questões subjetivas como o desejo sexual. No que se refere à nossa necessidade dos outros, a expressividade do cuidado tem sido apontada como uma estratégia fundamental para a sobrevivência, e continuidade da vida das pessoas e do planeta. Ilze Zirbel e Tania Kuhn (2022) recuperam as reflexões de Carol Gilligan sobre a ética do cuidado tendo por referência as obras: *In a Different Voice* (1982) e posteriormente *Joining the resistance* (Gilligan, 2011), e demonstram a potência da obra dessa autora para pensar o tempo presente. Elas afirmam que Gilligan inicialmente argumentava que os relacionamentos humanos se constituíam como lugares centrais para a construção de uma ética do cuidado, mas num segundo momento tal entendimento ampliou-se, englobando outras espécies para além da interdependência humana. Esse alargamento da noção de ética do cuidado na forma de

pensar de Gilligan nos provoca a refletir sobre o valor da ética do cuidado como algo político, ou seja, como um aspecto central para a existência humana, que nos permite pensar em futuros possíveis de sociedades democráticas. Há, na reflexão das autoras Zirbel e Kuhnén (2022) e Gilligan (1982, 2011), grande potencial para a utilização da ética do cuidado, como um lugar de resistência frente à lógica capitalista desenvolvimentista neoliberal, na qual tudo gira em torno do lucro, da competição. Trata-se, portanto, de assumir a cooperação, a solidariedade, como valores intrínsecos a um pensamento para uma vida mais justa e comum, cuja prática se desdobra em políticas para a proteção das pessoas e do planeta.

Um outro aspecto que aparece de modo explícito nessa primeira cena é: como é mais fácil acreditar nas grandes narrativas de fim do mundo e embarcar em processos coletivos de crença em *fake news* e desinformação, ao invés de refletir sobre o tempo presente. No diálogo que a nossa protagonista trava com os donos do bar, fica evidente a crença deles no fim do mundo e na possibilidade de salvação se saírem da cidade grande e irem para o interior:

Jamila: eu só passei para saber se vocês conheciam algum lugar para consertar o meu ventilador.

Vera e Alberto (falam juntos num tom de estranhamento na voz): Hoje??

Jamila: Hoje, agora.

Vera (num tom condescendente): Não tem nada aberto hoje, todo mundo já se mandou, a cidade está vazia.

Jamila: Não vai acontecer nada, Dona Vera.

Vera: Já está acontecendo...

Jamila: Só está acontecendo, seu Alberto, porque dessa vez as pessoas estão acreditando, entende? Você vai ver, vai chegar a noite e vai ser tudo como sempre foi.

Alberto: Olha menina, isso é bobagem, nós que somos velhos nós estamos indo embora.

Jamila: Vocês vão para fora?

Alberto: Para fora? Nós vamos para dentro (risos), vamos para o interior. Nós vamos para o interior, porque lá se come bem e lá eu vou encher o meu cu de vinho (gargalhadas). Mas aquele vinho bom. Vinho de garrafão. [Enquanto falam, tem um pico de energia e tudo fica escuro por alguns segundos].

Vera (volta com o suco e entrega a Jamila): Queimou o espremedor...

Jamila: Não tem problema.

Alberto: Já deu meio suquinho...

Vera: Querida. Vá embora, não fique sozinha aqui nesse fim de mundo. Vá embora, Jamila.

Nesse diálogo, há duas dimensões muito interessantes. A primeira, é a que há, por parte de Vera e Alberto, a crença de que algo muito ruim está acontecendo e que vai piorar, e que Jamila deveria ir embora. A segunda é o argumento de Jamila de que quando todos acreditam num fato, coletivamente construímos esse fato.

Rowland Hughes e Pat Wheeler (2013), discutindo as narrativas de fim de mundo na literatura e no cinema, afirmam que:

As visões apocalípticas têm o poder de transfixar seu público com horror, para chamar a atenção e chocar as pessoas para fora de uma posição de apatia confortável, de uma forma que a adesão estrita aos dados não pode, mesmo que as implicações a longo prazo desses dados sejam aterrorizantes o suficiente em si mesmas. A escrita de ficção científica e a produção de filmes tem abraçado as possibilidades de adivinhação apocalíptica, desde a era vitoriana até hoje em dia. (p. 2)

Mas no filme o apocalipse não é o foco da narrativa, ele é pano de fundo. Parece-nos que essa escolha é um modo que Cintia encontrou de criticar essas narrativas clássicas que buscam, através do terror e do medo, discutir temas fundamentais como as mudanças climáticas. O caminho que ela escolhe gera muita angústia, porque mostra que a protagonista não consegue escapar da sensação de calor intenso, num cenário que somente ela parece se preocupar em lidar com o calor, já que as outras pessoas estão muito ocupadas fugindo de um suposto apocalipse. Assim, o que a afeta não é possibilidade de extinção imediata, compartilhada coletivamente, e sim o calor abissal que faz parte de seu cotidiano.

O que está em jogo nesse filme? O que, apesar de ser de 2013, ainda é tão atual? Como a narrativa de fim do mundo é construída? É possível resistir a essa destruição? Ainda é possível pensar em futuros possíveis?

Não há como não fazer uma analogia com o presente. Vivemos sob o manto da incerteza, em um mundo cada vez mais ameaçado por desastres ambientais que podem dar fim não somente à vida humana, mas ao próprio planeta. Mary Jane Spink (2014), discutindo a gestão dos riscos, explica que nesse contexto o termo incerteza é:

utilizado tradicionalmente em oposição à possibilidade de cálculo e de estimativa de probabilidade de ocorrência de um evento. Para alguns autores, como Ulrich Beck, esta seria a condição típica da modernidade tardia, que tem como característica a multiplicação das incertezas manufaturadas e, nesse sentido, aplica-se à imprevisibilidade de ocorrência de eventos como desastres ambientais. (p. 3752)

Os efeitos da ação direta dos seres humanos na transformação e na destruição da terra é tema de estudos científicos, matérias jornalísticas e conversas cotidianas que tratam de risco iminente de desastres naturais, como furacões, terremotos, epidemias, bem como das mudanças climáticas e seus desdobramentos no nível dos oceanos, na crise hídrica, entre outros. Numa das cenas do filme a protagonista assiste, acompanhada pelo único eletricista (Ivo Muller) que encontrou, a uma notícia sobre uma catástrofe no Peru. A narradora da TV diz o seguinte:

Se manifestou pela última vez no Peru, com a morte de mais de 800 golfinhos e 1500 aves. Segundo os cientistas esse evento, assim como as mudanças climáticas, deve estar relacionado com as mudanças nos polos magnéticos ocasionada pela aproximação do...

O eletricista desliga a TV, segue olhando em frente e diz: - é reprise. (O tempo que leva, online)

Parece-nos que, com essa cena, o filme quer nos mostrar que essas notícias, de tão frequentes que são, perderam o potencial de afetar as pessoas, é como se elas tivessem sido naturalizadas e aceitas como parte da realidade. E, mais que isso, que nós, como sociedade, lidamos com as questões ambientais como se elas fossem parte de uma realidade externa que não nos diz respeito e que não há nada que possamos fazer.

O desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da inteligência artificial reafirmou ideias iluministas de que tais descobertas seriam suficientes para evitar a destruição do planeta. Tais ideias evolucionistas colidem com a promessa utópica de que os saltos tecnológicos nos levariam a uma “evolução da consciência”, propiciando uma ética transformada na relação com a vida e com os habitantes deste planeta. Essa posição colide com outras posições, que não veem a promessa de progresso com efeitos tão auspiciosos para a construção de um ser humano mais ético e responsável com seus laços e comunidades. Há inclusive aqueles que advogam o fracasso da espécie humana, e os que admitem o lado sombrio da humanidade, porém acreditam que há formas de escapar de uma destruição total.

A abordagem do tempo se dá de modos diferentes no filme. A primeira é a do tempo que decorre a história. Assistimos a saga da protagonista na luta contra o calor ao longo do dia e da noite, nas atividades de rotina, como assistir TV, ter relações sexuais, cozinhar, comer e a última ceia, é do deleite que ela sente com o vento produzido pelo ventilador. A segunda é através do personagem do eletricista, que anota sistematicamente em um caderninho o tempo que gasta em todos os trabalhos que faz. O diálogo que Jamila trava com ele sobre isso é muito interessante:

Jamila: Qual que é? A do caderninho do cronômetro?

Eletricista: É o tempo que eu levo para fazer as coisas.

Jamila: Que coisas?

Eletricista: Tudo, consertos, caso aconteça alguma coisa eu vou saber o tempo que eu levo para resolver. Tudo para não perder tempo. (O tempo que leva, online)

O diálogo desperta o questionamento sobre o porquê ele não pode perder tempo. Por que é tão importante para ele controlar o tempo? O personagem personifica a realidade de milhares de pessoas no mundo que vivem em função do trabalho. Byung-Chul Han (2015) nos ajuda a pensar sobre as transformações intensas que estamos passando, e que elas fabricam, de alguma forma, a relação que estabelecemos uns/umas com outros(as) e também com algumas categorias essenciais ao capitalismo, como o tempo. A lógica produtivista sob o controle da “batuta dos ponteiros” nos envolve em armadilhas e nos lança à sociedade do cansaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arnauld Schmitt (2016), analisando as narrativas fictícias de fim do mundo, explica que existem duas tendências na literatura sobre o fim do mundo, uma que focaliza na destruição em grande escala e outra que faz a descrição da sobrevivência diária num cenário em que a destruição é o pano de fundo. Para o autor, essas histórias fazem um apelo à ação ecopolítica:

Sim, encontramos os conhecidos tropos de destruição, mas no caso da ficção *cli-fi*, eles não são causados por monstros ou zumbis, mas simplesmente pela teimosia da humanidade; além do mais, estes tropos fornecem apenas um fundo narrativo. (p. 2)

Para nós, o filme pode ser entendido como estando dentro desta segunda tendência. Trata-se de um gênero de ficção que aborda as mudanças climáticas denominado “*cli-fi*” (*climate-fiction*) (Hughes & Weller, 2013; Schimtt, 2016). No filme, o calor intenso impossibilita a nossa protagonista de viver sem um ventilador e, mais que isso, até durante a relação sexual, o calor insuportável faz com que tenham que transar debaixo do chuveiro. Impossível assistir a essas cenas e não pensar no aquecimento que o planeta vem sofrendo e em como o clima é fundamental nas nossas vidas e que não paramos para pensar nessas questões. Ligamos o ventilador, o ar-condicionado e seguimos em frente (mesmo sem saber para onde vamos...).

No filme, a noite chega, o dia amanhece e o mundo não acaba, mas o calor persiste e o ventilador segue ligado.

A pandemia da Covid-19 abriu diversos debates sobre como a humanidade sairia do pesadelo e colocou na agenda pública a necessidade de pensarmos novos futuros. Ailton Krenak (2019), no livro *“Ideias para adiar o fim do mundo”*, nos provoca com uma crítica à ideia de antropoceno, nos alertando para a falácia de que a paisagem da Terra e de humanidade são estáticas. Ao mesmo tempo, nos convoca para um movimento de não nos paralisarmos com as narrativas de fim do mundo, nos estimulando a refletir e resgatar perguntas centrais sobre nossa existência como ser humano. Krenak nos convida à abertura para poder contar outras histórias e ressignificar o imperativo da ideia de que tempo e consumo são inesgotáveis, e que somos fadados ao extermínio. Não podemos nos render a essa narrativa fatalista do fim do mundo, que nos faz tristes, desiludidos e desistentes. Precisamos olhar e nos perguntar o que estamos ou não fazendo nesse tipo de situação. Nesse sentido, o título do filme *“Quanto tempo leva?”* nos faz pensar quanto tempo precisaremos para acordar e reconhecer que nas interações diárias com Gaia ampliamos ou diminuímos a destruição e que precisamos, como afirma Geneviève Azam (2020, p. 31):

extrair e compartilhar a energia do luto de um mundo definitivamente inabitável, indesejável, um mundo do qual devemos desertar massivamente para não mais fabricá-lo e para encontrar coragem de nomear e afrontar, as forças destruidoras que quebram um encanto dos mundos aos quais nos atemos.

Para ela, o discurso neoliberal de que o bem-estar do planeta depende de cada cidadão consumidor é um engodo, que protege as grandes corporações, que seguem com seus modos de produção predatórios, destruindo o planeta. Agora, com calor excessivo na Europa (donos do antropoceno!), todos querem resolver o problema da “estrutura”, que é traduzido como sinônimo de ventiladores e aparelhos de ar-condicionado individuais.

Nesse sentido, a pergunta com que ficamos é: quanto tempo ainda vamos levar para compreender que nossa luta não é por resolver o problema da “falta de infraestrutura”, traduzido como falta de equipamentos, mas por novos modos inventar o mundo e estratégias de subjetivação coletivas que nos possibilitem produzir uma sociabilidade pautada pela ética do cuidado?

Cuidado que deve ser entendido não como um valor individual, essencializado na ideia de uma ética feminina, e sim como um valor societário, civilizatório e sobretudo um lugar a ser pensado por meio do “reencantamento dos comuns”, como nos ensina Silvia Federici (2017). A proposta de Federici de enfatizar a ideia

de “comuns” inspira-se nas lutas políticas dos movimentos sociais em encontrar saídas para o impasse que busca construir alternativas ao sistema capitalista: de um lado, a falência do modelo estatista de revolução; de outro, a saída neoliberal que propunha subordinar toda a existência sob a lógica do mercado (Federici, 2019). A despeito do conceito dos “comuns” ser polissêmico, ela oferece uma perspectiva política para refletirmos e elaborarmos análises e projetos, nos quais a noção de comuns seja problematizada e seja coerente com tal posicionamento. A autora deixa claro que o olhar que dirige aos comuns é mediado pelo pensamento feminista, no qual as mulheres cumprem um papel fundamental para a produção social, a despeito de sua contribuição para a subsistência e para a sobrevivência do planeta ser totalmente invisibilizada e desqualificada.

A reflexão de Federici sobre a importância da luta pela comunidade e pelos comuns a partir de uma perspectiva feminista faz coro com as ideias de Donna Haraway (2016a) sobre as ações antrópicas que têm impactado de forma inegável e grave o futuro do planeta. Ambas também interpelam o modelo de produção capitalista, no qual o trabalho reprodutivo das mulheres (a reprodução dos seres humanos, ou, nas palavras de Haraway, “fazer bebês”), função básica e imprescindível para a manutenção de uma economia capitalista, torna-se o lugar naturalizado e invisível do trabalho realizado por elas, como também um lugar de laços que só é reconhecido se estiver no contexto do parentesco e da consanguinidade. Haraway (2016a, p. 142) brinca com as palavras fazendo trocadilhos e nos provoca a pensar em um mundo no qual a máxima seria “faça parentes e não bebês”, no qual os parentes são “os não familiares - humanos ou não, fora do que pensávamos ser a família ou os genes), estranhos, assombrosos, ativos”. Ela propõe que o termo parente

signifique algo diferente, mais do que entidades ligadas por ancestralidade ou genealogia. O movimento suave de desfamiliarização pode parecer, por um momento, um erro, mas depois (com sorte) aparecerá sempre como correto. Fazer parentes é fazer pessoas, laços e relações não necessariamente como indivíduos ou como seres humanos. (Haraway, 2016a, p. 147)

Assim, depois de vários encontros, reflexões, leituras, devaneios, resta-nos terminar acreditando nessas propostas e nas possibilidades de que pode levar tempo, mas que podemos construir um mundo pautado na ética do cuidado.

PÓS-ESCRITO

O modo como vivemos, produzimos, trabalhamos e desfrutamos de atividades de lazer estão provocando mudanças climáticas e fazendo que o nosso planeta

passar por um colapso climático e ecológico. No momento que finalizamos este texto, nós estamos passando por uma intensa e longa onda de calor que se iniciou em 17 de setembro e prolongou-se até 27 de setembro de 2023. O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) emitiu, para vários estados brasileiros, um alerta vermelho, que indica:

Grande Perigo. Situação meteorológica de grande perigo. Estão previstos fenômenos meteorológicos de intensidade excepcional. Grande probabilidade de ocorrência de grandes danos e acidentes, com riscos para a integridade física ou mesmo à vida humana. Mantenha-se informado sobre as condições meteorológicas previstas e os possíveis riscos. Siga as instruções e conselhos das autoridades em todas as circunstâncias e prepare-se para medidas de emergência. (INMET, 2023, 3 de out.)

Nesse período, foram batidos vários recordes de calor, sendo que nas cidades onde vivem as autoras do texto, o dia mais quente foi 24/09, quando São Paulo atingiu os 36,5°C e Goiânia 39,3°C (Climatempo, 2023).

Essa situação demonstrou a atualidade e importância do filme para a discussão do tempo presente e ampliou nossa identificação com o filme *O tempo que leva* de Cíntia, porque, assim como a protagonista, foi impossível passar por esses dias sem um ventilador ligado.

REFERÊNCIAS

- Azam G.** (2020). *Carta à Terra*. Relicário.
- Bakhtin, M.** (2017). *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* (Org. & trad., Paulo Bezerra). Editora 34.
- Bittar, Cíntia Domit** (Dir.). (2013). *O tempo que leva* [Curta metragem, 15 min.]. Novelo Filmes <https://www.youtube.com/watch?v=z2Fsl48VqC4>
- Climatempo** (2023). *Fim da onda de calor de setembro de 2023*. Autor. <https://www.climatempo.com.br/noticia/2023/09/27/fim-da-onda-de-calor-de-setembro-de-2023-2405>
- Costa, M. H. B. V.** (2009). Espaços de subjetividade e transgressão nas paisagens filmicas. *Pro-posições*, 20(3), 109-119. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072009000300008>
- Federici, S.** (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Federici, S.** (2019). O feminismo e a política dos comuns. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 391-410). Bazar do Tempo.
- Gilligan, C.** (1982). *In a different voice: psychological theory and Women's development*. Harvard University Press.
- Gilligan, C.** (2011). *Joining the resistance*. Polity.
- Han, Byung-Chul** (2015). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Haraway, D.** (2016a). Antropoceno, Capitoceno, Plantationnoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Culutra Científica*, 3(5), 139-146.
- Haraway, D.** (2016b). *Staying with the trouble*. Duke University Press.
- Hughes, R. & Wheeler, P.** (2013). Introduction, *Critical Survey*, 25(2), 1-6.
- Instituto Nacional de Meteorologia - INMET** (2023, 3 de out.). *Situação meteorológica*. Autor. <https://portal.inmet.gov.br/>
- Junges, J. R.** (2021). O novo regime climático do Antropoceno e de Gaia. *Revista Bioética*, 29(4), 734-742. <https://doi.org/10.1590/1983-80422021294507>
- Krenak, A.** (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Latour, B.** (2020). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. Ubu.
- Schmitt, A.** (2016, sept.). Introduction. Chronicles of the End of the World: The End is not the End. *Transatlantica: Revue d'Études Américaines* (online), 2. <http://journals.openedition.org/transatlantica/8349>
- Spink, M. J. P.** (2014). Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3743-3754. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.01182014>
- Zirbel, I. & Kuhnén T. A.** (2022). O Cuidado como resistência e enfrentamento de práticas nocivas à vida coletiva. *Schème*, 14, 179-208. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2022.v14.esp.p179-208>

Capítulo 8

TRABALHO DE MULHERES:

UMA RELEITURA INTERSECCIONAL DO CURTA BAILE

Luciana Kind
Emanuelle Figueiredo
Cássia Beatriz Batista
Fernanda Sardelich Nascimento

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, 2017, *Vozes-mulheres*)

O poema de Conceição Evaristo (2017) escolhido para abrir este ensaio indica a esperança geracional que se deposita sobre os corpos do presente. Seguindo princípio semelhante, no curta-metragem *Baile*, Cíntia Domit Bittar (Bittar, 2021) nos apresenta gerações de mulheres de uma mesma família, sob o ângulo da personagem principal. A cena final do filme mostra Andreia, menina negra, fotografando sua bisavó. Os corpos negros das mulheres em quadro, apartadas por gerações, e as marcas históricas que incidem sobre eles, por si só, nos colocam em reflexão. Andreia cuida da bisavó, funções invertidas na condição de classe em que são retratadas, enquanto a enfeita para a foto. Durante a sessão de fotos, no esforço de lhe arrancar um sorriso, Andreia pede: “Pensa alguma coisa boa da sua vida!”. A bisavó responde: “Nós vamos pro baile, Suzana?” A menção a uma personagem nova na trama deixa Andreia e as espectadoras em indagação: *quem é Suzana?*

É o ângulo de Andreia que nos guia pelo filme, uma criança negra que se apropria dos espaços públicos, se engaja em diálogos com mulheres adultas, sem rodeios, usa a palavra e a imaginação para inscrever-se politicamente em cada cena. A crítica de Bruno Carmelo sintetiza a força dessa personagem:

A jovem protagonista representa uma pessoa capaz de questionar a sociedade ao redor, antes que tantos mecanismos lhe pareçam naturais ou inevitáveis. Por que pode fazer fotos com o celular, mas está proibida de imprimi-las no papel? O que lhe impediria de atravessar a rua sozinha e comprar um medicamento na farmácia? Por que seu retrato não pode figurar ao lado de uma extensa galeria de homens na Câmara dos Deputados? Sem ter plena consciência de sua condição de mulher negra, ela apresenta um ponto de vista de inconformidade às normas. A diretora percebe na infância a potência preciosa de admirar estruturas com uma indagação: e se fosse diferente? (Carmelo, 2021)

É pelo olhar de Andreia e sua interação final com a bisavó que nos damos conta de elementos pouco explorados no curta-metragem. Como se chamava a bisavó de Andreia? Qual é a história dela? Que tipo de baile ela frequentava? Afinal, qual é a idade da bisavó? Por que Lourdes, mãe de Andreia, tem pele mais clara do que a bisavó? A casa onde as três mulheres vivem é simples, mas confortável; não seria incompatível com uma jornada de três funções laborais de Lourdes?

Neste ensaio, nos deixamos conduzir pela produção de Bittar (2021) para problematizar experiências interseccionais presentes no filme e que dele derivamos. Nossa proposta é tecer um franco diálogo com a realizadora, num exercício de retroceder ao tempo dos bailes da bisavó e discutir interseccionalidades de classe e raça na divisão do trabalho de mulheres. Tecemos esse diálogo com a proposição de um roteiro, um possível *spin-off* do curta como dispositivo para tecer a discussão pretendida. Assim como em Bittar, a crítica social ao lugar das mulheres na sociedade é um ponto de partida. Contudo, em vez de dar ênfase à inserção na cena política, investimos na construção de outras personagens que dão visibilidade ao trabalho das mulheres.

Como estratégia metodológica, essa proposta de diálogo com a diretora se faz como diagnóstico do presente do trabalho de mulheres no Brasil, com inspiração na genealogia foucaultiana (Foucault, 1971/2000a, 1984/2000b). O espaço doméstico foi naturalizado como o de domínio das mulheres (Bairros, 1995/2020). A herança escravagista relegou às mulheres negras os espaços confinados das áreas de serviço e “dependências completas de empregada”, enquanto às antigas “sinhas” o trabalho foi significado como “dupla jornada”, quando permitido, já que sua função seria a de cuidar da prole. Esse cenário coincide com a ponderação de Lélia Gonzalez (2020b, p. 141) de que sobre os corpos das mulheres negras incide uma dupla opressão decorrente de um “esquecimento” da questão racial nas lutas feministas.

Da discussão proposta por Michel Foucault (2000a), nos apoiamos na tarefa genealógica de análise da proveniência (*Herkunft*). Nas palavras do autor, a genealogia, com essa inflexão, está “na articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (Foucault, 2000a, p. 267). Esse modo de trabalhar, como esboça o autor em outros de seus textos, permite-nos menos indagar o que somos, mas recusar o que nos tornamos, instaurar novos modos de subjetivação.

A seguir, exploramos vestígios históricos sobre o trabalho de mulheres. Os feminismos negros denunciam a condição de trabalho de mulheres negras. Sueli Carneiro (2019) reporta, situando as muitas vozes de mulheres negras:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quitesas, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados. ... Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (Carneiro, 2019, p. 314)

Enquanto às brancas e mestiças de pele clara foram se inaugurando possibilidades diversas de carreira profissional, às negras, a colonialidade do poder, como propõe Maria Lugones (2020), as conduziu a outros usos destinados para seus corpos. Esse breve estudo nos conduziu à construção de personagens e à elaboração de um roteiro de curta-metragem.

ANTES DO BAILE

Nosso passado, marcado pela colonização e a escravidão, deixou uma “ferida colonial”, que utilizou da raça e da identidade racial para classificar socialmente a população, tomando como referência o homem branco, europeu, heterossexual, legitimado como conquistador/dominador. Lélia Gonzalez (2020b, p. 143) alerta para a especificidade do racismo latino-americano que manteve “negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” e que utilizou do mito da democracia racial como aparato ideológico eficaz para a sua manutenção.

Esse aparato ideológico permitiu que a ideia da miscigenação da população tornasse invisível o racismo estrutural em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, mantivesse a segmentação racial, relegando as populações negra e indígenas a um *status* de subalternidade. As mulheres, segundo Gonzalez (2020b, p. 145), num sistema capitalista-patriarcal-racista, ocupam um lugar de maior subordinação dado o “caráter

duplo de sua condição biológica - racial e/ou sexual”, destacando a importância de o feminismo pensar de forma articulada raça, classe, sexo, geração e poder.

O que se convencionou chamar de primeira onda do feminismo, o sufrágismo, ecoou com mais força no Brasil no início do século XX. Como consequência, as mulheres brancas puderam se inserir na cena política. Apesar disso, ao longo dos anos, vê-se a manutenção da desigualdade de gênero nesse contexto. De modo semelhante, propomos a mirada para os efeitos da segunda onda do feminismo, cuja crítica central ao patriarcado tensiona o posicionamento das mulheres na vida doméstica e reivindica a inserção no mercado de trabalho, com direitos iguais aos dos homens de circulação e ocupação da esfera pública. Uma das consequências mais diretas desse momento é o ingresso das mulheres, especialmente as mulheres brancas de classe média, em carreiras profissionais. As mulheres pobres e, no Brasil, particularmente as negras, permaneceram relegadas ao trabalho doméstico, com baixa qualificação profissional e remuneração.

Os anos 1960 foram conturbados no país. Em julho de 1962 tivemos a implementação da Lei nº 4.090, que instituía “gratificação de Natal para trabalhadores” e foi assinada pelo então presidente João Goulart (Lei n. 4090/1962). A proposta era impopular entre setores conservadores da elite. A Figura 1 mostra uma manchete de abril de 1962 sobre a recepção da elite sobre o tema:

Seguimos essas pistas históricas para pensar o enredo possível para o roteiro em construção. O nome da bisavó, personagem de *Baile* (2021) com quem deliberadamente queremos dialogar, seria Sebastiana (Tiana). Ela teria frequentado bailes de gafeira, que se tornaram populares em Belo Horizonte nos anos 1950 e já estavam cedendo lugar às primeiras escolas de carnaval da cidade nos anos 1960¹. Havia outros bailes na cidade. A sede do Automóvel Clube recebia a elite belo-horizontina para jantares dançantes. A história de Tiana pretende dar visibilidade à libertação de mulheres de classes mais abastadas, que, paradoxalmente, manteve mulheres negras na subalternidade.

Ela é empregada doméstica, e Suzana sua parente. Uma patroa que trabalhava e vinha da elite de pensamento progressista compõe o trio de protagonistas. A história se ambienta nos anos 1960. Buscamos referências dessa elite emergente de mulheres educadas. Maria das Mercês Vasques Bittencourt foi nossa inspiração criativa. Formada em arquitetura no final dos anos 1950, Maria das Mercês foi professora da Faculdade de Arquitetura da UFMG, sendo um destaque entre seus pares (Esperidião & Silva, 2021). É claro que qualquer semelhança com Maria Alice, a personagem que contracenava com Suzana e Tiana, é coincidência.

1 Os bailes de gafeira na região central e bairros do entorno em Belo Horizonte animavam as noites nas décadas de 1940-50, associando-se aos primórdios do carnaval da capital mineira (Guimarães, 2010; Rodrigues, s/d). A elite, por outro lado, frequentava os bailes do Automóvel Clube, com regras de costume compatíveis com a “tradicional família mineira”. (Marina, 2018)

Figura 1: Matéria sobre o 13º salário

ANO XXXVII — Rio de Janeiro, 5ª-Feira, 26 de abril de 1962 — N.º 11.630

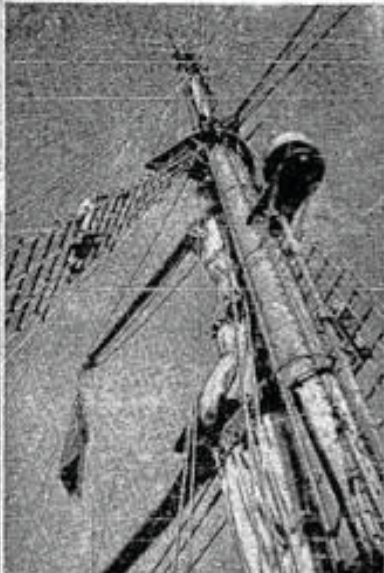
O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Director-Editor-Chefe: ROBERTO MARINHO Director-Tenente: HERBERT MOSES
Director-Administrativo: RICARDO MARINHO Director-Substituto: ROGERIO MARINHO

Dê Sua Opinião os Senadores Mem de Sá e Padre Colazans e os Deputados Raimundo Padilha, Adauto Cardoso, Aníz Bado e Paulo Sarrazine (ENQUÊTE NA SEXTA PÁGINA)

SEGUIU O "SAGRES"



Recebe a Lábrea, com suasas em Cabo Verde e Canário, defronte a Ilha de São Paulo e Rio de Janeiro da Marinha de Portugal "Sagres", antigo "Gustavus", da Marinha Brasileira. Seu comandante, Capitão-Tenente Henrique da Silva Harta, afirma que o barco terá a preferência em um mês, aproximadamente, para navegar de preferência quando as vagas. Antes terá tratado a sua tripulação e sua tripulação será adestrada. O Comandante Silva Harta, cuja presença de espírito ajudou a evitar o naufrágio de vários embarcações que com ele viajaram num DC-7, que há tempos está em Recife, disse, ao despedir-se, que levava de Brasil e de seu povo uma lembrança inextinguível, não na foto, de um detalhe das velas, um tripulante em plena atividade.

Considerado Desastroso Para o País um 13º Mês de Salário

Mal Recebido Nos Meios Econômicos e Financeiros e Aprovação, Pela Câmara, do Projeto do Sr. Acácio Steinbruch — A Medida Teria Cunho Meramente Eleitoral (Texto na Décima-Primeira Página)

Os Bancos Dos E. U. A. Têm Concorrido Para Desafôgo do Balanço de Pagamentos

O Ministro Moreira Salles Qualifica o Viagem do Presidente Aos Estados Unidos Como Marco de um Novo Capítulo Nas Relações Entre os Dois Países (TEXTO NA QUARTA PÁGINA)

Fonte: Revista Fórum (Em seu aniversário..., 2016)

Para a elite mineira, havia o paradoxo da arquitetura modernista florescendo pela cidade, em uma capital que crescia com as marcas das grandes famílias de matriz cultural conservadora, enriquecida pela herança colonial. O luxuoso Edifício Niemeyer foi entregue aos moradores no início daquela década. O edifício

é referência criativa para a ambientação da história. Apartamentos de luxo, com dependências de empregada, permitiria o desenvolvimento do contraste de classe e raça como reflexão sobre o trabalho de mulheres.

As referências aqui explicitadas indicam o clima social e político de uma época da história de Belo Horizonte e, por que não, do país, que se alinha à crítica pretendida com esta produção audiovisual. As três mulheres estão unidas no entre-meu de suas histórias, mas distanciadas por classe e raça. Os bailes populares e de elite oferecem um contexto cultural, mas também espaços de circulação possíveis para essas mulheres. A seguir, apresentamos *Sinopse*, *Argumento* e *Roteiro*, recurso criativo para nos aprofundarmos no diálogo com *Baile* (2021), e refletirmos sobre interseccionalidades e decolonialidade nessa tecedura de histórias.

ANTES DO BAILE

SINOPSE

Tiana chega ao apartamento de luxo onde se tornará babá para uma família de elite. Suzana, sua prima e empregada doméstica da família, a apresenta aos patrões, Maria Alice e Aurélio. As três mulheres são trabalhadoras, expostas a tipos de opressão distintos, dadas as diferenças de classe e raça que se articulam em suas experiências.

ARGUMENTO

Tiana é recebida por Suzana, sua prima, no apartamento de luxo em que trabalhará como babá. Ambas são negras e oriundas de uma pequena cidade do interior. Maria Alice, a patroa, é arquiteta, professora universitária e investe em sua carreira profissional, sob protestos do marido. Percebe-se o contraste da criação liberal que Maria Alice recebeu e o conservadorismo do marido. As mulheres têm como momento de alegria os bailes, para os quais se arrumam e parecem deixar escoar as mágoas cotidianas. Bailes da elite para a patroa e bailes de gafeira para as empregadas. O brilho, luxo e brancura dos corpos nos bailes de elite se contrastam com a negritude, a simplicidade e a alegria despojada dos bailes de gafeira. Em um momento em que estão sozinhos no apartamento, Aurélio violenta Tiana. A tristeza e o silêncio de Tiana são percebidos por Suzana e Maria Alice. Ela engravida, em decorrência do estupro. Maria Alice expulsa o marido de casa, a despeito dos protestos de ambas as famílias. Ela compra uma casa para Tiana. Desgostosa do ambiente hipócrita dos salões de luxo, Maria Alice passa a frequentar os bailes de gafeira com Tiana e Suzana.

ROTEIRO

1. **EXT.² DIA - Prédio de luxo**
Uma moça de roupas simples, com uma mala surrada, caminha em direção a um prédio de luxo. À distância, a vemos ser recebida pelo porteiro.
2. **INT. DIA - Entrada de serviço**
Suzana, mulher negra, esguia e enérgica, com uniforme de empregada, recebe Tiana pela entrada de serviço.

SUZANA:

Fez boa viagem? Como tá mainha?

TIANA (COM VOZ BAIXA):

Fiz sim. Minha tia tá boa. Mandou biscoit' de xiringa procê.

Suzana coloca a mala de Tiana no chão e a conduz para a sala.

3. **INT. DIA - Copa**
Maria Alice assina documentos com timbre da universidade, com data de abril de 1962. Aurélio lê o jornal O Globo.

SUZANA:

Dona Maria Alice, minha prima chegou.

MARIA ALICE:

Sebastiana, não é?

TIANA:

Sim, senhora. Tiana.

MARIA ALICE:

Perfeito. Suzana vai te mostrar a casa. Depois do jantar conversamos.

Aurélio levanta os olhos e observa as empregadas saírem.

4. **INT. Cozinha**
Suzana e Tiana terminam o *tour* pela casa na cozinha.

SUZANA:

E aqui tem a cozinha... Cadê o biscoito que mainha mandou?

Enquanto comem, elas escutam a conversa dos patrões. Não há gritos, apenas rispidez e ironia polida nas vozes.

AURÉLIO (O.S.):

Você é uma Alencar! Você não precisa trabalhar. Não está certo abandonar sua filha.

- 2 Na escrita de roteiros para audiovisual, as siglas EXT. e INT. nos cabeçalhos de cada cena indicam se o espaço em que a ação se desenrola é externo ou interno. Para maiores detalhes, cf. <https://www.aicinema.com.br/modelo-de-roteiro/>
- 3 Sigla para *off screen* (fora da tela), indicando que o diálogo se passa fora da cena.

MARIA ALICE (O.S.):

O que é isso agora? Por que você não diminui seus plantões no hospital para ficar com Tereza Cristina? Não me importune, Aurélio.

Ouve-se barulho de papéis sendo recolhidos, passos e a porta batendo. Suzana sorri. Tiana olha, confusa, para a prima.

5. INT. DIA - Quarto de Tereza Cristina

Tiana cantarola ao lado do berço. Aurélio para no solar da porta e observa Tiana. Ele se assusta com a chegada de Suzana, que olha desconfiada para o patrão.

SUZANA:

Tiana, preciso de você na cozinha.

Tiana cobre Tereza Cristina e sai atrás de Suzana.

6. INT. NOITE - Porta de saída

Suzana estende a estola de peles para Maria Alice.

MARIA ALICE:

Amanhã vocês vão para o baile do Floresta?

SUZANA

(SORRINDO CONFIANTE, ENQUANTO TIANA ABAIXA A CABEÇA,

TAMBÉM SORRINDO):

Vamos sim, senhora.

7. INT. NOITE - Baile em salão de luxo

Decoração suntuosa, canapés, todas as pessoas na cena são brancas. Tudo é visto como detalhe. Som diegético. Gargalhadas, orquestra, brindes. Maria Alice está radiante.

8. INT. NOITE - Baile de gafeira

Salão simples, banda tocando, todas as pessoas são pardas ou negras. Tons vibrantes. Copo lagoinha. Tudo é visto como detalhe. Som diegético. Chorinho, risadas, palavras soltas. Tiana está radiante.

9. INT. DIA - Corredor

Uma luz pálida atravessa o umbral da porta do quarto de Tereza Cristina. Escuta-se o cantarolar suave de Tiana vindo do quarto. Barulho de chaves vem da sala.

MARIA ALICE (O.S.):

Aurélio, estamos indo ao mercado.

Ouve-se o baque da porta do *hall*. Aurélio entra no quarto da filha e fecha a porta atrás de si.

10. INT. Quarto de empregada

O rosto de Tiana denuncia tristeza e apatia. Luz, sombra e detalhes (cabelo, brincos) em Tiana mostram a passagem do tempo, entremeando-se falas desconectadas, abafadas, em eco.

SUZANA (O.S.):
Ele te machucou? Eu vou matar ele!

AURÉLIO:
Nossas famílias são contra! Você vai se arrepender!

MARIA ALICE (O.S.):
Não se preocupe. Ele não vai voltar
mais aqui.

11. **EXT. DIA - Carro**
Maria Alice estaciona. Suzana está ao seu lado e Tiana atrás. A gestação de Tiana já começa a se mostrar.

MARIA ALICE
(OLHANDO PARA A FACHADA MODESTA DA CASA EM FRENTE.):
Não é muito, mas é um começo.

12. **INT. NOITE - Quarto de bebê**
Tiana cantarola para a bebê no berço. Sua vizinha, Vanda, está ao lado.

VANDA:
Pode ir sossegada, Tiana.

13. **INT. NOITE - Entrada do galpão de gafeira**
Tiana e Suzana chegam à gafeira. Maria Alice, que já não é aceita nos bailes de luxo depois do desquite, está à espera das duas para entrarem juntas no baile. Com feições constrangidas e se desviando de quem passa por ela, ela está nitidamente fora de lugar. Tiana e Suzana se entreolham ao verem Maria Alice.

DISCUSSÃO

Compreendemos não ser possível pensar de forma segmentada a vivência das mulheres. Nesse sentido uma análise interseccional permite considerar a “complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins & Bilge, 2021, p. 17). Entender que as experiências das mulheres são marcadas por gênero, raça e geração, entre outros marcadores sociais de poder, e que essas intersecções possibilitam formas de ser, circular e se compreender no mundo. A lente da interseccionalidade enquanto práxis crítica considera a maneira “pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana” (Collins & Bilge, 2021, p. 56), visando explicar como os marcadores sociais da diferença operam de forma entrelaçada e posicionam pessoas de formas diversas no mundo e promovem a transformação social.

Não podemos esquecer que somos fruto de um passado colonial que nos deixou de herança um sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/

colonial europeu, que se estabeleceu em torno da acumulação de capital e das relações de poder, tendo na raça e no racismo seu cerne organizador (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). A esse sistema-mundo Lugones (2020, p. 59) acrescenta gênero como um eixo do sistema de poder que atravessa o acesso ao sexo, à subjetividade e à intersubjetividade, à produção de conhecimento, ao qual denomina de “sistema moderno-colonial de gênero”. Nesse sentido, nos convida a compreender gênero como categoria colonial, imbricada ao patriarcado, à heteronormatividade e à classificação racial.

Ser mulher nesse sistema moderno-colonial é estar atravessada pelo lugar de subalternidade, entretanto, compreendemos que há sempre possibilidade de agência, ainda que não seja exercida de forma totalmente livre. Nesse sentido, consideramos que:

os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidade para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação. (Piscitelli, 2008, p. 268)

María José Magliano (2015) destaca que a lente interseccional permite superar a dicotomia entre identidade e estruturas interseccionais ao compreendê-las como complementares, pois dizem respeito tanto a estruturas econômicas e políticas quanto a processos de relações sociais. Assim, para a autora, a potência dos estudos interseccionais se dá na possibilidade de entender as complexas relações sociais de poder produzidas nas desigualdades sociais, em que as pessoas estão inseridas e são posicionadas de diferentes formas, a partir de classificações sociais historicamente situadas. Na ficção proposta neste ensaio, deixamos o paradoxo que assombra historicamente as mulheres brasileiras apartadas por classe, raça e sexualidade. Por um lado, temos Maria Alice, que pode ser pensada não como uma mulher que se emancipa diante dos dilemas enfrentados com o marido estuprador, mas como a “branca salvadora”, que expia algo de culposos de que não pode escapar, sendo tão branca e tão rica. Mantém-se a condição de exploração. A ida de Maria Alice para a gafeira tampouco a liberta de suas amarras sociais. Ao contrário, os salões dourados aos quais ela está acostumada se fecham para mulheres desquitadas. Tiana, a despeito da violência sofrida, nina a filha em quem vislumbra outros futuros. A cumplicidade emancipatória com a prima e a filha se forja na “dororidade”, contraponto proposto por Vilma Piedade (2017) para assinalar o sofrimento que une e é produtor de resistência de mulheres negras. A “sororidade branca” tem pouco espaço nessa narrativa.

Nossa herança colonial que coloca as mulheres em um lugar de subalternidade, que tem sua opressão intensificada pela questão racial, como já dito, respalda a perspectiva de que a mulher é um “objeto” dos homens, o que é comum observar em situações de violência noticiadas, em que um término de relacionamento coloca a mulher em risco iminente de morte. Esse cenário é, infelizmente, visibilizado nos números da violência contra a mulher, como vemos no *Atlas da Violência* de 2021, que aponta que 66% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019 eram negras, e que a taxa de mulheres mortas em suas residências subiu 6,1%, o que demonstra que a intersecção entre gênero e raça intensifica a condição de vulnerabilidade social das mulheres e aumenta significativamente o risco de ser assassinada (Cerqueira *et al.*, 2021). Porém, é possível afirmar que independente da geração, raça, classe social, território, as mulheres vivenciam violência, pois ela ocorre “dentro da própria casa e os autores de violência são pessoas conhecidas da vítima”, e essa realidade tem suas bases no sexismo e no machismo estrutural (Bueno *et al.*, 2021, p. 9).

DEPOIS DO BAILE

Uma das autoras teve a oportunidade de dialogar com Cíntia Domit Bittar. Naquela ocasião, compartilhou com a diretora sua impressão de que o filme se abre para muitas discussões. Tomou ciência de que o curta contou com financiamento de um edital destinado à produção audiovisual infanto-juvenil, daí a centralidade de Andreia na trama. Um mundo visto pelos olhos e circulação do corpo de uma criança negra, mas com uma trama que não se ocupa de demarcar, a não ser como imaginação de futuro, sua própria inserção numa galeria de homens brancos.

Andreia, marcada pelo olhar curioso da criança, parece questionar o motivo de só existirem homens na galeria de quadros da Câmara dos Deputados, e ousa ocupar esse espaço não apenas com a circulação de seu corpo no local, mas deixando sua foto “colada com chiclete” ao lado daqueles quadros que ilustram bem a colonialidade do poder. Sua mãe parece ter se resignado aos lugares de cuidado e de condições precarizadas ou informais de trabalho. Além disso, o lugar de Lourdes, mãe de Andreia, retrata a divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002; Hirata & Kergoat, 2003), em que, além da jornada de trabalho remunerado, ainda realiza a dupla/tripla jornada com os cuidados com a casa, das pessoas adoecidas, como sua avó e o cuidado da filha.

Já Tiana não conseguiu muitas brechas para se distanciar dos efeitos do racismo estrutural, que naturaliza o trabalho das mulheres no contexto doméstico. Como mulheres negras, Suzana e Tiana permanecem na área de serviços da classe média alta. A elas, a economia colonial de poder reserva a lacuna no lar deixada por Maria Alice em sua busca emancipatória. É importante lembrar que foi a

mulher negra que “possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (Gonzalez, 2020a, p. 35). Pesa sobre a mulher negra uma “tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”, que tem seu desdobramento também na classe social (Gonzalez, 2020a, p. 50).

A ficção embalada no filme de Bittar e no diálogo proposto no roteiro *Antes do Baile* foi aqui apresentada como modo de atualizar essa questão fundamental da nossa herança colonial. Junto à pauta da emancipação das mulheres, há que se fazer evocar as contribuições de feministas latino-americanas, ou amefricanas, e nos deixarmos tocar pelos desencontros e ressentimentos produzidos por feministas brancas. Trabalho é uma categoria que se analisa na articulação de raça e gênero, mas também considerando a colonialidade do poder. Com esse pressuposto de partida, esboçamos ferramentas para outros futuros.

REFERÊNCIAS

- Bairros, Luzia** (1995/2020). Nossos feminismos revisitados. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 206-214). Bazar dos Tempos.
- Bernardino-Costa, Joaze & Grosfoguel, Ramón** (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24.
- Bittar, Cíntia Domit** (Dir.). (2021). *Baile* [Curta metragem, 18 min]. Novelo Filmes. https://www.youtube.com/watch?v=PO_iwPpkL0Q&t=9s
- Bueno, Samira, Martins, Juliana, Pimentel, Amanda, Lagrecia, Amanda, Barros, Betina, & Lima, Renato Sérgio** (2021). Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (3ª ed.). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Carmelo, Bruno** (2021). *Baile*. In *Papo de Cinema* (online). <https://www.papodecinema.com.br/filmes/baile/>
- Carneiro, Sueli** (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. (pp. 313-321). Bazar dos Tempos.
- Cerqueira, Daniel, Ferreira, Helder, Bueno, Samira, Alves, Paloma Palmieri, Lima, Renato Sérgio, Marques, David et al.** (2021). *Atlas da Violência 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Collins, Patricia Hill & Bilge, Sirma** (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Esperidião, Adriana Santos & Silva, Maristela Siolari** (2021). Formação e atuação das mulheres arquitetas em Minas Gerais (anos 1930-1960). *Alemur*, 6(1), 93-117.
- Evaristo, Conceição** (2017). Vozes-mulheres. In *Poemas da recordação e outros movimentos* (pp. 24-25). Malê.
- Foucault, Michel** (2000a). Nietzsche, a Genealogia, a História. In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (pp. 260-281). Forense Universitária. (Original publicado em 1971)
- Foucault, Michel** (2000b). O que são as luzes? In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (pp. 335-351). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gonzales, Lélia** (2020a). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 25-44). Zahar.
- Gonzales, Lélia** (2020b). Por um feminismo afro-latino-americano. In *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 139-150). Zahar.
- Guimarães, Julia** (2010). Um convite para bailar à moda antiga. *O tempo*. <https://www.otempo.com.br/entretenimento/magazine/um-convite-para-bailar-a-moda-antiga-1.381041>
- Hirata, Helena** (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, 17/18, 139-156.
- Hirata, Helena & Kergoat, Daniele** (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 109-123). SENAC.
- Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962** (1962). Institui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm

Lugones, Maria (2020). Colonialidade e gênero. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais* (pp. 52-83). Bazar dos Tempos.

Magliano, María José (2015) Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Estudios Feministas*, 23(3), 691-712.

Marina, Anna (2018). Os bailes da época de ouro nos salões da cidade. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/90anos/2018/05/07/interna_90_anos,956355/bailes-salao-automovel-club-decada-1940-bh.shtml

Piedade, Vilma (2017). *Dororidade*. Nós.

Piscitelli, Adriana (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.

Rodrigues, Naiara (s/d). Mestre Conga: memória viva do samba de Belo Horizonte. *Revista Cangerê*. <https://revistacanjere.com.br/mestre-conga-memoria-viva-do-samba-de-belo-horizonte/>

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

CARLA GUANAES-LORENZI

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela USP-Ribeirão Preto. Livre-docente em Psicologia (Área: Práticas Grupais: Teorias e Técnicas) pela FFCLRP-USP. Professora Associada do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP, onde coordena o Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais (LAPEPG-USP). Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Saúde e Construcionismo Social (CNPq). Membro Associada do Taos Institute. Bolsista Produtividade CNPq.

http://lattes.cnpq.br/5305070621567074.
Email: carlaguanaes@usp.br

CÁSSIA BEATRIZ BATISTA

Professora dos programas de pós-graduação em Educação e de Psicologia e das graduações de Psicologia e Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei. Doutora em Psicologia pela UFMG. Integrante do GRENA-Nesc e do grupo Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS).

http://lattes.cnpq.br/5707831064901009.
Email: cassiabeatrizb@gmail.com.

CINTIA BRAGHETO FERREIRA

Graduada em Psicologia (1999) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestra em Enfermagem em Saúde Pública (2003) e doutora na mesma área (2007) pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Professora As-

sociada do Departamento de Psicologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM). Membro do Instituto Taos (USA). Realiza pesquisas e intervenções baseadas nas artes.

http://lattes.cnpq.br/5727264135148838.
Email: cintiabragheto@gmail.com

EMANUELLE FIGUEIREDO

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Integrante do grupo Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS).

http://lattes.cnpq.br/7272241397311469.
Email: emanuellefigueiredo@yahoo.com.br

EMERSON F. RASERA

Possui Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado pela PUC/SP e University of New Hampshire (EUA). É Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. É ex-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social e membro do Taos Institute (EUA). Seu trabalho é focado nas contribuições construcionistas sociais para as práticas psicológicas, especialmente em saúde, comunidade e diversidade sexual. Seus livros mais recentes são "The Sage Handbook of Social Constructionist Practice" (com McNamée, Gergen & Camargo-Borges, 2020),

“Practicing Therapy as Social Construction” (com McNamee & Martins, 2023) e “Diálogos sobre Construcionismo Social” (com Cordeiro, Lopes & Brigagão, 2023).

<http://lattes.cnpq.br/4150720668977002>.
Email: emersonrasera@gmail.com

FERNANDA SARDELICH NASCIMENTO

Psicóloga. Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação. Doutora em Psicologia pela UFPE. Pesquisadora nas áreas de Gênero, Sexualidade, Interseccionalidade, Juventude, Ruralidade e Relacionamento afetivo-sexual. Integrante do grupo Narrativa, Gênero e Saúde (NaGeS) e do grupo Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidades (SEGS/UFPE).

<http://lattes.cnpq.br/3334230123280583>.
Email: fsardelich@gmail.com

JACQUELINE I. M. BRIGAGÃO

Graduada em Psicologia (UFU), Mestre em Psicologia Social (PUC/SP), Doutora em Psicologia (IPUSP) e Livre-Docente (EACH/USP). Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Docente do curso de Obstetrícia e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas Gênero e Saúde.

<http://lattes.cnpq.br/1533188485721174>
Email: jac@usp.br

JEFFERSON BERNARDES

Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas; Professor do PPG Psicologia/

UFAL; Tutor em Psicologia da Residência Multiprofissional em Saúde/UFAL; Co-coordenador do Grupo de Pesquisa Prosa.

<http://lattes.cnpq.br/0410138491087637>
Email: jefferson.bernardes@ip.ufal.br

LAURA VILELA E SOUZA

Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do “Laboratório de Pesquisas em Práticas Dialógicas e Colaborativas” (DIALOG-USP) e membro do Grupo de Trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

<http://lattes.cnpq.br/2143784258009012>
Email: laura@ffclrp.usp.br

LENISE SANTANA BORGES

Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Professora do Programa de Pós-graduação strict sensu em Psicologia – PSSP e da graduação em psicologia da PUC/GO, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Construção de Fatos Sociais – GEPCFS.

<http://lattes.cnpq.br/6303031940238761>
Email: lenise@pucgoias.edu.br

LUCIANA KIND

É professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Doutora em Saúde Coletiva pela UERJ. Coordenadora do grupo Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/2780090534877370>
E-mail: lukind@gmail.com

MAYARA LIYE ARITA

É graduada em Psicologia pela FFCRLP-USP, Ribeirão Preto, e pós-graduada em Doenças Crônicas na Atenção Primária à Saúde pela Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto (PAMHADM). Atualmente realiza especialização em Saúde Mental (FMRP-USP).

<http://lattes.cnpq.br/1763582812294673>

Email: mayara.arita@gmail.com

PEDRO PAULO FREIRE PIANI

Professor na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará e no PPG em Psicologia e PPG em Atenção e Estudo Clínico no Diabetes. Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, pós-doutor pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Social - Amazônia (LAPPS-UFPA). Atualmente é Gerente de Ensino e Pesquisa do Complexo Hospitalar da UFPA/ Ebserh.

<http://lattes.cnpq.br/6434100473666705>

Email: pedropiani@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

POR ORDEM ALFABÉTICA

A

Abordagem hermenêutico-dialógica de direitos humanos [p. 20]

Anarquismo ontológico [p. 35]

Ancestralidade [p. 81, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 106]

Antirrealistas em ciência [p. 35]

Antropoceno [p. 98, 105]

Aquecimento [p. 35, 104]

Arts-based research [p. 41, 43]

Atores [p. 42, 69, 75, 76, 78, 98]

Audiovisual [p. 114, 115, 119]

Autonomia [p. 43, 44, 47, 71, 92, 97]

Autoridade [p. 70]

Autorreflexivo [p. 31]

B

Bruno Latour [p. 33, 70, 73, 98]

C

Carol Gilligan [p. 98, 100]

Ciência performativa social [p. 43]

Classe [p. 109, 110, 112, 114, 118, 119, 120]

Colonialidade do poder [p. 111, 119, 120]

Comunidade [p. 19, 20, 23, 25, 31, 43, 44, 45, 48, 49, 70, 81, 94, 106]

Conhecimento científico [p. 42, 45, 47, 48, 76, 77, 78]

Construcionismo social [p. 15, 16, 19, 21, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 53, 58, 59, 99]

D

Debate moral [p. 19, 22]

Descolonização [p. 83, 90, 91]

Direitos humanos [p. 16, 18, 19, 20, 21, 25]

Discurso [p. 15, 16, 18, 19, 20, 25, 31, 42, 58, 71, 84, 85, 105]

Donna Haraway [p. 98, 106]

E

Empregada doméstica [p. 112, 114]
Epistemologias construcionistas
sociais [p. 28]
Ética do cuidado [p. 98, 99, 100, 101, 105, 106]

F

Feminismo [p. 112]
Feminismos negros [p. 111]

G

Gaia [p. 98, 105]
Guerra de ciências [p. 70, 71]

I

Interseccionalidades [p. 110, 114]

K

Krenak [p. 105]

L

Língua [p. 71, 87]
Linguagem [p. 17, 18, 19, 29, 31, 32, 36, 43, 53,
56, 58, 59, 60, 62, 64, 78, 99]
Linguagem como produtora das
realidades [p. 82]

M

Mary Jane Spink [p. 102]
Materialismo [p. 32, 34, 38]
Mudanças climáticas [p. 102, 103, 104, 106]
Múltiplas verdades [p. 30]
Músicas [p. 44, 45]

P

Pandemia [p. 15, 35, 42, 68, 69, 74, 75, 76, 77,
78, 82, 85, 86, 99, 105]
Pertencimento [p. 42, 83]
Práticas discursivas [p. 32, 58]
Práticas narrativas coletivas [p. 44, 48, 50]
Práticas relacionais [p. 23, 42]
Produção de sentidos [p. 58]
Psicologia social e saúde [p. 43]

R

Raça [p. 89, 110, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 120]
Racialidade amarela [p. 86, 94]
Racialização [p. 82, 85, 86, 87]
Racismo [p. 92, 95, 111, 118, 119, 120]
Realismo [p. 15, 16, 17, 18, 29, 31, 32, 33, 34, 36]
Recurso [p. 45, 48, 49, 90, 114]
Redes sociotécnicas [p. 71, 78]
Reduccionismo linguístico [p. 32, 36]
Relativismo [p. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 30, 31, 35]
Responsabilidade relacional [p. 18, 25]
“Ritmos da Vida” [p. 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49]

S

Science studies [p. 68, 72]

Senso de identidade [p. 82]

Silvia Federici [p. 97, 105]

Sindemia [p. 74]

T

Teoria ator-rede [p. 73, 75]

Terapia [p. 23, 24, 44, 45]

Trabalho de mulheres [p. 109, 110, 111, 114]

Trabalho doméstico [p. 112]

U

Universalismo crítico [p. 20, 21]

V

Vacinas [p. 69, 75, 76, 78]

Valores [p. 15, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 31, 43,
46, 91, 101]

Versões identitárias [p. 81, 82, 83, 87, 90]

Violência [p. 22, 24, 44, 86, 92, 93, 118, 119]

Virada ontológica [p. 32, 34]

Virada pragmática [p. 35]

ÍNDICE REMISSIVO

POR CAPÍTULO

CAPÍTULO 1

*Antigas disputas, novos tempos:
o debate construcionismo-realismo na
construção de futuros possíveis*

Abordagem hermenêutico-dialógica de direitos humanos [p. 20]
Comunidade [p. 19, 20, 23, 25]
Construcionismo social [p. 15, 16, 19, 21]
Debate moral [p. 19, 22]
Direitos humanos [p. 16, 18, 19, 20, 21, 25]
Discurso [p. 15, 16, 18, 19, 20, 25]
Linguagem [p. 17, 18, 19]
Pandemia [p. 15]
Práticas relacionais [p. 23]
Realismo [p. 15, 16, 17, 18]
Relativismo [p. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25]
Responsabilidade relacional [p. 18, 25]
Terapia [p. 23, 24]
Universalismo crítico [p. 20, 21]
Valores [p. 15, 17, 20, 21, 22, 23, 25]
Violência [p. 22, 24]

CAPÍTULO 2

*A possibilidade crítica da perspectiva
construcionista social de produção de
conhecimento*

Anarquismo ontológico [p. 35]
Antirrealistas em ciência [p. 35]
Aquecimento [p. 35]
Autorreflexivo [p. 31]
Bruno Latour [p. 33]
Comunidade [p. 31]
Construcionismo social [p. 30, 31, 32, 33, 37]
Discurso [p. 31]
Epistemologias construcionistas
sociais [p. 28]
Linguagem [p. 29, 31, 32, 36]
Materialismo [p. 32, 34, 38]
Múltiplas verdades [p. 30]
Pandemia [p. 35]
Práticas discursivas [p. 32]
Práticas relacionais [p. 23]
Realismo [p. 29, 31, 32, 33, 34, 36]
Reduccionismo linguístico [p. 32, 36]
Relativismo [p. 21, 25, 30, 31, 35]

Valores [p. 30, 31]

Virada ontológica [p. 32, 34]

Virada pragmática [p. 35]

CAPÍTULO 3

Trabalhando com a metodologia do “Ritmos da Vida” para a construção de inteligibilidades de pesquisa

Arts-based research [p. 41, 43]

Atores [p. 42]

Autonomia [p. 43, 44, 47]

Ciência performativa social [p. 43]

Comunidade [p. 43, 44, 45, 48, 49]

Conhecimento científico [p. 42, 45, 47, 48]

Construcionismo social [p. 41, 42, 43]

Discurso [p. 42]

Linguagem [p. 43]

Músicas [p. 44, 45]

Pandemia [p. 42]

Pertencimento [p. 42]

Práticas narrativas coletivas [p. 44, 48, 50]

Psicologia social e saúde [p. 43]

Recurso [p. 45, 48, 49]

“Ritmos da Vida” [p. 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49]

Terapia [p. 44, 45]

Valores [p. 43, 46]

Violência [p. 44]

CAPÍTULO 4

Memórias, Narrativas e a pesquisa construcionista

Construcionismo social [p. 53, 58, 59]

Discurso [p. 58]

Linguagem [p. 53, 56, 58, 59, 60, 62, 64]

Práticas discursivas [p. 58]

Produção de sentidos [p. 58]

CAPÍTULO 5

*Ciência como prática social:
Novas configurações a partir da pandemia da Covid-19*

Atores [p. 69, 75, 76, 78]

Autonomia [p. 71]

Autoridade [p. 70]

Bruno Latour [p. 70, 73]

Comunidade [p. 70]

Conhecimento científico [p. 76, 77, 78]

Discurso [p. 71]

Guerra de ciências [p. 70, 71]

Língua [p. 71]

Linguagem [p. 78]

Pandemia [p. 68, 69, 74, 75, 76, 77, 78]

Redes sociotécnicas [p. 71, 78]

Science studies [p. 68, 72]

Sindemia [p. 74]

Teoria ator-rede [p. 73, 75]

Vacinas [p. 69, 75, 76, 78]

CAPÍTULO 6

Futuros possíveis a partir do resgate da ancestralidade: Narrativas produzidas por mulheres amarelas brasileiras

Ancestralidade [p. 81, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94]

Autonomia [p. 92]

Comunidade [p. 81, 94]

Descolonização [p. 83, 90, 91]
 Discurso [p. 84, 85]
 Língua [p. 87]
 Linguagem como produtora das
 realidades [p. 82]
 Pandemia [p. 82, 85, 86]
 Pertencimento [p. 83]
 Raça [p. 89]
 Racialidade amarela [p. 86, 94]
 Racialização [p. 82, 85, 86, 87]
 Racismo [p. 92, 95]
 Recurso [p. 90]
 Senso de identidade [p. 82]
 Valores [p. 91]
 Versões identitárias [p. 81, 82, 83, 87, 90]
 Violência [p. 86, 92, 93]

CAPÍTULO 7

*Futuros possíveis num mundo incerto:
 Uma leitura do filme “O tempo que leva”*

Ancestralidade [p. 106]
 Antropoceno [p. 98, 105]
 Aquecimento [p. 104]
 Atores [p. 98]
 Autonomia [p. 97]
 Bruno Latour [p. 98]
 Carol Gilligan [p. 98, 100]
 Comunidade [p. 106]
 Construcionismo social [p. 99]
 Discurso [p. 105]
 Donna Haraway [p. 98, 105]
 Ética do cuidado [p. 98, 99, 100, 101, 105, 106]
 Gaia [p. 98, 105]

Krenak [p. 105]
 Linguagem [p. 99]
 Mary Jane Spink [p. 102]
 Mudanças climáticas [p. 102, 103, 104, 106]
 Pandemia [p. 99, 105]
 Silvia Federici [p. 97, 105]
 Valores [p. 101]

CAPÍTULO 8

*Trabalho de mulheres:
 Uma releitura interseccional do curta baile*

Audiovisual [p. 114, 115, 119]
 Classe [p. 109, 110, 112, 114, 118, 119, 120]
 Colonialidade do poder [p. 111, 119, 120]
 Empregada doméstica [p. 112, 114]
 Feminismo [p. 112]
 Feminismos negros [p. 111]
 Interseccionalidades [p. 110, 114]
 Raça [p. 110, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 120]
 Racismo [p. 111, 118, 119, 120]
 Recurso [p. 114]
 Trabalho de mulheres [p. 109, 110, 111, 114]
 Trabalho doméstico [p. 112]
 Violência [p. 118, 119]

